

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS.

Aurino José Góis

Parque Municipal de Belo Horizonte: público, apropriações e significados.

Belo Horizonte, 2003.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
- Gestão das Cidades -

Aurino José Góis

Parque Municipal de Belo Horizonte: público, apropriações e significados.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em
Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Cultura urbana e modos de vida.
Orientadora: Prof^a Dr^a Luciana Teixeira de Andrade.

Belo Horizonte, 2003.

**Dedico este trabalho às minhas filhas Luísa, Letícia e a
minha esposa Neurice que carinhosamente me
acompanharam e me apoiaram durante meus estudos.**

Agradecimentos

Agradeço a Deus, Senhor da vida que guia o homem em sua liberdade na escolha de seus caminhos.

À Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais pelo apoio institucional.

À professora Luciana Andrade que acreditou neste projeto e me orientou até a sua conclusão.

À professora Magda Neves pelo importante apoio e auxílio.

Aos professores, funcionários e colegas do Mestrado, em especial a Maria Inês por compartilhar essa trajetória.

Aos funcionários do Parque Municipal que gentilmente se dispuseram a fornecer informações e materiais necessários a realização desta pesquisa, especialmente a socióloga Ana Beltrão.

À Alexandre e Leonardo pela leitura atenciosa dos textos e pelas sugestões.

Agradeço de modo especial ao meu amigo e compadre Edvaldo que contribuiu decisivamente na concretização deste projeto.

E, finalmente, à minha comadre Dona Maria e através dela ,toda a sua comunidade ,que me motivou a retomar o caminho do saber.

SUMÁRIO

Introdução	8
-------------------------	---

PARTE I - A PAISAGEM

CAPÍTULO 1- Parque Municipal - uma testemunha espacial da cidade de Belo Horizonte.

1. Parque Municipal - entre o <i>glamour</i> e o descaso, cem anos de história.....	11
2. O Parque Municipal e a cidade 106 anos depois.....	26
2.1. O Parque Municipal na espacialidade da capital mineira.....	26
2.2. Os Parques e as áreas verdes de Belo Horizonte.....	33
3. Parque Municipal - um conjunto paisagístico-histórico-ecológico.....	34

PARTE II - O OBJETO

CAPÍTULO 2 - Os usuários do Parque Municipal e suas apropriações.

1. Espaço e Cidade.....	39
1.1. A problemática do espaço na análise social.....	39
1.2. Espaço urbano e cidade.....	46
2. A espacialidade do Parque Municipal.....	50
3. O Parque e suas apropriações.....	56
4. O Parque Municipal na representação dos entrevistados.....	61
4.1. Um local seguro, acessível e barato.....	61
4.2. Parque Municipal - patrimônio histórico de Belo Horizonte.....	70
4.3. O "Lazer da cidade".....	73
4.4. Local de descanso e refúgio.....	75
5. O uso efetivo do Parque Municipal de Belo Horizonte.....	77
6. O Parque na percepção dos entrevistados.....	78
6.1. Um lugar "precário" mas acessível.....	78

PARTE III - O SIGNIFICADO

CAPÍTULO 3 - Parque Municipal - um espaço para todos.

1. A violência urbana em Belo Horizonte.-----	81
2. Identificando os grupos usuários do Parque.-----	85
2.1. O "grupo das seis".-----	85
2.2. O "grupo das famílias".-----	87
2.3. O grupo dos albergados.-----	89
3. Os grupos de usuários e suas apropriações.-----	91
3.1. Rememorações no uso do espaço.-----	91
3.2. Atributos de segurança: proximidade e distanciamento.-----	94
3.2.1. O "popular" e o "estranho"-----	96
4. Lazer e cidadania.-----	111
Considerações finais -----	116

LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 1 - Quadra de Tênis e de Patinação

FIGURA 2 - O Parque Municipal e seu entorno.

FIGURA 3 - Fotografos do Parque.

FIGURA 4 - Trenzinho, Cavalinho e Brinquedos.

FIGURA 5 - Praça dos Fundadores.

FIGURA 6 - Pessoas sentadas nos bancos e Alameda.

FIGURA 7 - Parque de diversões e play ground.

FIGURA 8 - Teatro Francisco Nunes e Imaco.

FIGURA 9 - Teatro Palácio das Artes e avenida Afonso Pena.

FIGURA 10 - Escadaria e Mercado das Flores.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre o uso e os modos de apropriação do Parque público da cidade de Belo Horizonte. Trata-se de uma área localizada no centro da capital, inaugurada antes mesmo da fundação dessa cidade, constituindo-se como a primeira área de lazer de sua população além de, decorridos mais de cem anos e não obstante os tempos em que ficou abandonado, apresentar um uso intenso e um público bastante diversificado. O objetivo deste trabalho foi verificar o significado desse uso e os modos de apropriação desse espaço. Nossa hipótese é de que a sua centralidade não seja suficiente para explicar seu uso. A conclusão do estudo confirma esse espaço como um lugar diversamente significado pelos diferentes usuários e suas apropriações.

Palavras chave: apropriação, espacialidade, significado.

ABSTRACT

This paper presents a study about the use and the manners of appropriation of the Public Park of the city of Belo Horizonte. An area located in the city center, inaugurated even before the foundation of the above mentioned city, it was the first leisure center of its inhabitants, besides presenting an intense use and a very diversified set of users, even after more than a hundred years, notwithstanding the periods it remained abandoned. The objective of this paper was to verify the signification of this use and the manners of appropriation of the referred to space. Our hypothesis is that the centrality of the park is not enough to explain its use. The outcome of the study confirms the space as a diversely signified venue by the different users and its appropriations.

Key words: appropriation, spaciality, signification.

PARTE I - O CENÁRIO

Capítulo 1 - Parque Municipal – uma testemunha espacial da cidade de Belo Horizonte.

1. Parque Municipal - entre o *glamour* e o descaso, cem anos de história.

Podemos dizer que uma cidade é conhecida por seus "monumentos" e estes constituem seu patrimônio cultural. Esses "monumentos" podem ser tanto uma obra ou construção que se destina a transmitir à posteridade a memória de fato ou pessoa notável quanto aquilo que confere identidade a uma determinada cidade como, por exemplo, as paisagens que ela proporciona a seus moradores e visitantes, o conjunto arquitetônico de suas construções que revela ao mesmo tempo a sua história e a história da nação, ou mesmo uma característica peculiar que a diferencia de outras cidades. Nessa perspectiva, podemos citar alguns exemplos: a cidade do Rio de Janeiro, que tem no Pão de Açúcar e no Bondinho de Santa Teresa referências identitárias, constituindo-se para essa cidade como monumentos de seu patrimônio cultural e paisagístico. Esses dois monumentos fazem parte da vida e da história dos cariocas. A cidade de Salvador, além das belas paisagens que oferece sua geografia, deixa-se revelar no conjunto arquitetônico do Pelourinho que conta e continua a contar a história do povo baiano e a compreender a assim chamada baianidade. A cidade de São Paulo, por sua vez, não nos chega à memória através de um símbolo ou monumento mas sim pela suntuosidade de uma grande metrópole. São Paulo se apresenta imediatamente à nossa consciência como o lugar do progresso, como o centro econômico do país.

A cidade de Belo Horizonte, que completou cem anos em 1997, também revela-se através de seus "monumentos". Quem vem a Belo Horizonte certamente será levado a conhecer a lagoa da Pampulha, o Parque das Mangabeiras, a Praça da Liberdade, o Parque Municipal e a Serra do Curral. São essas as obras, espaços e paisagens, verdadeiros "monumentos" dessa cidade. Dentre esses "monumentos" interessa-nos aqui o Parque Municipal, objeto de nossa pesquisa.

O Parque Municipal foi inaugurado em 26 de setembro de 1897, três meses antes da fundação da nova Capital do Estado de Minas Gerais. Em 1955 recebeu o nome oficial de

Parque Municipal Américo Renné Giannetti _ nome do Prefeito que governou Belo Horizonte no período de 1951 a 1954 e realizou a primeira grande reforma do Parque. Esse Prefeito, no ano de 1952, destinou boa parte do orçamento municipal para essa finalidade (CVRD, 1992:96).

As reformas, entretanto, só foram concluídas na gestão seguinte do Prefeito Celso Melo de Azevedo (1955-1959). As benfeitorias realizadas revelam o estado de abandono em que se encontrava esse espaço na época: limpeza e asfaltamento das Alamedas, drenagem das águas poluídas do córrego Acaba Mundo¹ que cortava o Parque, eliminação dos focos de esquistossomoses, abertura de novas Alamedas, instalação de carrossel e gangorras para as crianças; instalação de bar, sanitários, bebedouros e construção de um aquário; perfuração de poço artesiano, construção de uma concha acústica e plantio de cercas-vivas ao longo da avenida Afonso Pena (Alvarenga, 1985: 28/32).

O abandono do Parque nessa época e os sucessivos desmembramentos de sua área no decorrer dos anos acenam para uma perspectiva diferente daquela idealizada pelos construtores da cidade de torná-lo o maior Parque das Américas.

Era previsto inicialmente um grande lago para passeios em canoa, ruas largas para carros e bicicletas além de um observatório meteorológico, um restaurante, um coreto, um cassino com teatro, uma ponte artística e um imponente portão de entrada. Mas dessas construções apenas o cassino foi iniciado numa esplanada onde hoje se encontra a Moradia Estudantil Borges da Costa. (CVRD, 1992:22). Entretanto, o propósito de fazer da área de aproximadamente seiscentos mil metros quadrados, destinada ao Parque, um espaço agradável e atraente para a população da cidade, foi modificado pelas circunstâncias para propósitos mais modestos.

A escassez de recursos não permitiu dar continuidade ao projeto do Parque apesar de, quando da apresentação das plantas da cidade ao governo do Estado, o engenheiro chefe Ter elencado que a área escolhida para o Parque exigiria um pequeno dispêndio relativo para torná-lo o maior atrativo da cidade.

A parte central dessa faixa _ onde dá-se a confluência do córrego Acaba Mundo com o Ribeirão Arrudas e existem várias fontes naturais, sendo muito acidentada a topografia do terreno _ ficou reservada para o grande Parque, já em construção, o qual, pela ondulação do solo, exigirá pequeno dispêndio relativo para tornar-se o maior atrativo da nova cidade, cujo, clima seco e saudável, é dos melhores que há no Estado de Minas Gerais (ofício n.º 26 de 23 de março de 1895) (Apud, Gomes, 1992:17).

¹ Esse córrego formava uma pequena cascata dentro do Parque, que foi utilizada num certo período para gerar a energia elétrica que iluminava o Parque. Hoje, encontra-se totalmente canalizado.

O arquiteto Paul Villon foi encarregado de dar continuidade ao projeto. Apesar das dificuldades financeiras, esse paisagista conseguiu com muita dedicação que córregos e lagos lamacentos, infestados de insetos e bichos, fossem transformados em jardins e paisagens muito apreciados pelos recém - chegados moradores da cidade.

As águas que desordenadamente, corriam, formando, aqui e ali, charcos, somem-se para dar lugar a curvas graciosas, perimetrando a superfície de lagos sobre os quais se destacam ilhotas verdejantes, rochedos esparsos e pontes rústicas. Aqui um rio serpeia e desliza suavemente; lá uma adorável cascata escorre marulhosamente. A vegetação surge bela, vicejante, mostrando todo o fervor de um carinho. (BARRETO, 1996:581)

O Parque Municipal tornou-se nos primeiros anos da capital palco dos mais diversos acontecimentos e lugar de encontro e de lazer das elites nas tardes de domingo. Nele foi realizado uma missa campal por ocasião da inauguração do ramal férreo (atual Praça da Estação) em 7 de setembro de 1895, dois anos antes dele ser inaugurado e um banquete para 200 convidados, oferecido pela Comissão Construtora, na noite em que a cidade foi inaugurada, em 12 de dezembro de 1897. Esse evento foi lembrado por muito tempo pelo fato de que o peixe servido intoxicou os convidados (Barreto, 1996; apud CVRD, 1992).

A partir de sua inauguração, um público cada vez maior comprazia-se em admirar sua paisagem.

Desde então, nas tardes de domingos e quintas-feiras, a melhor sociedade da Capital nascente ia para ali, dar agradáveis passeios a pé ou de carro ou de charrete, sob o pretexto das retretas, ao passo que muitos rapazes e moças lhe percorriam as ruas, avenidas e alamedas em bicicletas, exercício esportivo que estava em moda (Barreto, 1995:577).

Também foi no Parque Municipal que se realizou o primeiro jogo de futebol da cidade, quando esse esporte foi introduzido em Belo Horizonte, por Victor Serpa, no ano de 1904. Foi nesse espaço que, em 1908, um grupo de 22 adolescentes interioranos, entre 13 e 17 anos, fundou o Clube Atlético Mineiro. No Parque fundou-se em 1898 o Velo Club que promovia competições esportivas tais como corridas de bicicleta, de velocípede e a pé além de ter promovido a primeira competição pública de natação na cidade, em um de seus lagos, rompendo com a monotonia reinante nos primórdios da nova capital.

Mas, passados cem anos, muitas transformações ocorreram nesse espaço, desde a redução de sua área inicial _ atualmente a área do Parque Municipal é de cento e oitenta mil metros quadrados_ até o público que o frequenta, hoje majoritariamente popular. Essas transformações não estão desvinculadas do processo de crescimento, desenvolvimento e consolidação da cidade, nesses seus 106 anos de existência.

De fato, como veremos mais adiante, o Parque Municipal passará por um processo gradativo de desmembramento de sua área para edificações que serão justificadas como necessárias ao desenvolvimento da cidade. Este processo só será contido com o tombamento de sua área atual.

Com o decorrer dos anos, a área projetada para ser um Parque inglês, uma ilha de romantismo na geométrica cidade de Aarão Reis_ engenheiro chefe da Comissão Construtora da cidade (CVRD, 1992:20), vai sucumbindo ante a escassez de recursos do município que, na impossibilidade de dar prosseguimento ao projeto inicial, procura aproveitar esse espaço da maneira menos onerosa possível. Ainda em 1905, boa parte do Parque não tinha sido urbanizada. Isso causava um certo desconforto na paisagem urbana insurgente da cidade que preocupava os administradores na época e exigia deles soluções pragmáticas.

Em 1907, encontrou-se uma solução menos onerosa aos já sobrecarregados cofres públicos municipais: entregar ao governo do Estado a porção sudoeste do Parque, que se abria para a Avenida Mantiqueira, atual Alfredo Balena. Ali, deveriam ser instalados a Diretoria da Agricultura e um laboratório de análises. Não estava mais em cogitação continuar os trabalhos de Paul Villon. Depois do afastamento do paisagista francês e da morte de seu sucessor, José Jorge da Silva Penna, extinguiu-se o cargo de diretor do Parque, que passou aos cuidados do diretor-geral de obras do município.(CVRD, 1992:38)

Cinco anos depois, em 1912, o governo do Estado, que detinha o poder de distribuir a seu critério as terras da capital, doou 45.241 metros quadrados da superfície do Parque para a implantação da Faculdade de Medicina e do Centro de Saúde do Estado. Ainda na área do Parque, é instalado em 1914 o forno de incineração de parte do lixo produzido na capital. É construído o campo do América Futebol Clube que arrebatou 19.388 metros quadrados de sua área, no ano de 1914. E instalados os hospitais São Geraldo em 1920 e o hospital São Vicente de Paula em 1925, posteriormente demolidos. Desse modo, "vai se conformando ali, onde antes era Parque, uma região hospitalar"(CVRD, 1992:48/9).

O Parque Municipal vai gradativamente cedendo sua área para outros projetos que se impõem no processo de desenvolvimento da cidade. Assim, em 1935, outra parte de sua área

é cedida para a construção do hospital universitário; em 1941, outra área é destinada para a construção do Teatro Palácio das Artes²; em 1949, uma outra área é destinada à construção de um teatro de emergência que acabou ficando definitivo _ o Francisco Nunes_ enquanto o Palácio das Artes não era concluído. Continua ainda seu desmembramento em 1953 _ construção do hospital de Pronto Socorro João XXIII; Colégio IMACO (Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis) em 1954; Concha Acústica em 1958³; Mercado das Flores em 1967. Até que a Lei n.º 1538, de 26 de setembro de 1968, proíbe edificações na área reservada ao Parque Municipal. Desde 1906 até 1967, portanto, durante aproximadamente 60 anos, o Parque foi perdendo a cada gestão municipal parte de sua área, de seiscentos mil metros quadrados até a extensão atual de cento e oitenta mil metros quadrados (Alvarenga, 1985).

Nesse processo de desmembramento, ocorreram protestos os mais variados de setores da sociedade (Cavalcante, 1992:53), não obstante o prevalecimento da lógica auto-fágica (Martim, 1999:44) de desenvolvimento da cidade em que o novo toma o lugar do velho e logo torna-se antiquado (CVRD, 1992:53; Castriota, 1993:5). Essa lógica de desenvolvimento parece ainda persistir depois de cem anos de história como observa Cunha: "Às vésperas de seu primeiro centenário, Belo Horizonte ainda passa por transformações que rapidamente vão apagando os últimos vestígios de sua curta história" (Cunha, 1997:87).

Desse modo, por exemplo, a estação de passageiros de bondes da cidade sacrifica mais uma área do Parque na década de 50, apesar dos protestos da população, como veiculou o noticiário na época.

Apesar dos protestos dos belo-horizontinos, principalmente estudantes universitários, em 1950 a Prefeitura sacrificou mais uma área do Parque Municipal. De nada valeram os protestos que surgiram do meio do povo contra o projeto de mutilação daquele logradouro público. O trecho, na esquina da rua da Bahia com a avenida Afonso Pena, perdeu três lindas e tradicionais paineiras para dar lugar a um galpão para passageiros de bondes, mais tarde ocupado pelo Mercado das Flores. (Jornal Estado de Minas, 1950).

A mesma lógica verifica-se ainda na derrubada do Cine Metrópole, não obstante o protesto da população e, em 1970, quando os padres redentoristas derrubaram algumas

² Esse teatro, projetado por Oscar Niemeyer, levou 28 anos para ser concluído e teve seu projeto inicial modificado para baixar os custos da obra.

³ Não existe mais essa concha acústica no Parque. No projeto Parque 21, está previsto a construção de uma outra.

árvores na rua Rio de Janeiro para construção de lojas comerciais (Cunha, 1985:88). Em relação ao Cine Metrópole, a sua destruição ainda é lembrada com mágoa por uma geração de belo-horizontinos, pelo o que ele representou para a cidade numa certa época.

Ainda que no último século todas as grandes cidades do mundo tenham passado a ter seus cinemas, nenhum deles será lembrado com tanta mágoa por sua destruição quanto o Cine Metrópole, porque, ao perdê-lo, vimos ameaçado nosso patrimônio cultural, que é um dos elementos a dar forma coletiva às nossas interações sociais (Soares, 1997:132).

Essa lógica se explica, por um lado, pelo ideal republicano de fazer de Belo Horizonte a cidade moderna da América, que contagiou a elite dirigente nos primórdios da Capital no seu aparente desenraizamento interiorano-montanhês, transfigurado numa suposta cultura urbana emergente na nova capital do Estado, como nos sugere Magalhães.

Belo Horizonte não é uma cidade como as outras. Ela não é o fruto espontâneo da aglomeração de casas (...) Criada primeiro na prancheta (...) a Cidade de Minas, como era seu nome oficial, veio causar imenso impacto na contida gente da montanha. Era muito diferente das cidades de ruas e vielas tortuosas da mineração, de Ouro Preto, Mariana, Sabará e tantas outras a que o povo estava acostumado. A cidade moderna, positivista, eugênica, veio para romper de uma vez por todas com o passado ao inaugurar uma nova era, a da República e, ao mesmo tempo, coroar a tradição de Minas Gerais, a única região das colônias ibéricas cuja base cultural era enraizadamente urbana. Mais que uma cidade, era um símbolo ideológico e cultural. (Gomes, 2003: I)

Nessa lógica, não há culto ao passado. Importa apenas a submissão fatalista ao futuro, onde o moderno terá lugar e será alcançado. Foi assim que os moradores do antigo Arraial, onde foi construída a cidade, anteciparam simbolicamente a sua própria destruição, mudando seu nome para Arraial de Belo Horizonte.

Como símbolo a cidade não admitia concorrência, tinha de ser única. Para tanto havia primeiro que apagar o passado; nada que lembrasse a monarquia, o velho Império, poderia ficar; nem no nome. Por isso, em 1890, intuitivamente, como que prevendo seu destino, os moradores do vetusto Arraial do Curral Del Rey trataram de se adaptar aos novos ares republicanos, mudando seu nome para Arraial do Belo Horizonte. Pode-se dizer que foi o começo do fim do pequeno Arraial de quase duzentos anos. (Gomes,2003:III).

Por outro lado, a elite dirigente nos primórdios da Capital, por muitos anos, estava mais voltada para interesses externos do que para os interesses da população e, por conseguinte, pelo que realmente interessava à cidade, uma vez que a maioria dos Prefeitos foi nomeada em vez de eleita e alguns mesmos não tinham vínculo com a tradição mineira, segundo Gomes.

De 1897, ano da transferência da capital de Ouro Preto para cá, até 1947, em cinquenta anos, portanto, todos os trinta prefeitos foram nomeados. Desse ano até 1965 tivemos seis prefeitos eleitos, ou seus vices. De 1965 até 1987, mais oito nomeados. Daí para cá, tivemos mais cinco eleitos. Portanto, de quarenta e nove prefeitos que a cidade teve até o atual ano de 2000, apenas onze foram eleitos ou vice-prefeitos que assumiram o cargo definitivamente para terminar o mandato no impedimento do titular (Gomes, 2003: IV).

Até o ano de 1914, a nova capital do Estado de Minas Gerais foi se constituindo como um verdadeiro centro econômico. Nessa ocasião, já contava com 38.822 habitantes e um parque industrial com 91 estabelecimentos. A cidade crescia e se configurava ao estilo das cidades modernas à sua época. Um cinema com capacidade para 800 espectadores em 1908 _ Cinema Theatro Commercio; um imponente teatro em 1909 _ Theatro Municipal; um novo Palácio da Justiça em 1911; uma estação de bondes em 1912 _ Viação Elétrica; telefones, num total de 500 em 1913; e desde 1908, automóveis já circulavam em suas ruas amplas e poeirentas (CVRD, 1992:42/3). Mas todo esse progresso foi interrompido com a eclosão da Primeira Guerra Mundial que impossibilitou muito dos empreendimentos da Capital que dependiam de importações.

Belo Horizonte tem um novo surto de crescimento e modernização a partir de 1920. Foi possível então dispensar uma atenção merecida e devida ao Parque Municipal, impossibilitada antes por falta de recursos. Um dos grandes desejos de todas as administrações da época era o cercamento daquela área central da cidade para se ter dela um maior controle mas essa obra era bastante dispendiosa para a Prefeitura (CVRD,1992:56). Agora, porém, com sua área reduzida, esse sonho estava mais fácil de ser realizado.

O Parque recebe, entre 1926 e 1927, na administração de Flávio Fernandes dos Santos, elegantes e sóbrios portões para adornar suas entradas principais e um belo gradil no seu limite ao longo da Afonso Pena. É embelezado também internamente com um Coreto em ambiente francês, transferido da antiga Praça do Mercado para uma praça circular cuidadosamente construída, com canteiros e desenhos geométricos, típicos dos jardins

franceses, para recebê-lo no interior do Parque Municipal, próximo ao cruzamento da avenida Afonso Pena com a rua da Bahia. Ainda em 1926, a Ilha das Garças, que fica no Lago dos Barcos, antes Lago das Garças, foi contemplada com uma ponte romântica de madeira em forma de arco. Também em 1926, o Parque ganhou uma quadra de tênis e uma pista de patinação. (figura 1).

Essa quadra, conforme noticiário veiculado em 1993, era de uso exclusivo da Associação dos Tenistas do Parque _ ATP, que ganhara uma concessão a título precário, mas que foi se perpetuando por várias gerações, segundo relata a diretora do Parque, ao mesmo tempo em que acena as novas providências para torná-lo de uso do grande público (Jornal Estado de Minas, 1993:37).

A cidade e o Parque vão se modernizando bem ao estilo de uma época marcada pelo romantismo. "Minas progride. Também quer ter capital moderníssima também.", ironiza Mário de Andrade ao visitar Belo Horizonte em 1924. O romantismo da nova cidade tem no Parque seu espaço de expressão.

Na capital moderníssima daqueles anos, o Parque era um lugar para se passear, remar e namorar, especialmente aos domingos. Recordação de Cyro dos Anjos: (...) pares adolescentes transitavam pela pontezinha de troncos fingidos, que, em airoso arco, os depunha na Ilha dos Amores, pequena demais para caber tanto amor. Remava-se no Lago das Garças, bebia-se chope no quiosque e, com pequenas do subúrbio, o estudante se ressarcia do carinho que lhe negavam as emproadas moças dos palacetes" (CVRD,1992:64).

A entrada da primavera, no ano de 1927, é comemorada no Parque com muita pompa e romantismo.

Em 1927, no segundo ano do mandato de Antônio Carlos, o governo resolveu festejar com músicas e flores a entrada da primavera. O Parque romântico, graciosamente ornamentado, ostentava nessa ocasião uma iluminação especial: luzes azuis cuidadosamente espalhadas pelos coretos, árvores e pontes. As moças bonitas da Capital atenderam ao bucólico apelo oficial, comparecendo em massa, vestidas de azul, e dançaram nos gramados do Parque.(CVRD,1992:68)

Em 1936, implanta-se a zona industrial de Belo Horizonte. A capital mineira é agora um centro comercial, industrial e financeiro com uma população de mais de 200 mil habitantes. A cidade já não tem mais aquele ar bucólico dos primeiros anos de sua inauguração e sim as vicissitudes decorrentes de seu progresso.

Nos anos 40, a cidade se verticaliza sob o incentivo irrequieto de seu Prefeito _ Juscelino Kubistcheck. Cria-se a Pampulha _ um conjunto arquitetônico às margens de sua barragem que compreende: Cassino, Casa de Baile, Iate Clube e Igreja marcados pelos traços de Niemeyer. Avenidas são criadas, outras são urbanizadas e outras ampliadas. A cidade cresce em todas as direções. O centro desloca-se gradativamente do entroncamento da avenida Afonso Pena com rua da Bahia, no limite destas com o Parque Municipal, para a Praça Sete. Na crista desse desenvolvimento mais uma área do Parque é requisitada em nome do progresso da cidade e sob a alegação do alto custo de mantê-lo. Dessa vez o Parque cede espaço para o prolongamento da rua Pernambuco e para a construção da Cidade Universitária, que acabou não se concretizando. (CVRD, 1992:80).

O Parque Municipal, não obstante a criação de outros espaços de lazer como a Pampulha, permanece ainda imbatível, nos anos quarenta, graças a sua centralidade. Muito distante, a Pampulha era de difícil acesso para quem não tinha automóvel. Ainda hoje, conforme demonstraremos mais adiante, a localização do Parque no centro da cidade contribui decisivamente para sua intensa apropriação. Segundo Lemos, a centralidade do Parque na década de 40 do século passado, decorria da “ausência de uma praça que encarnasse o ideal da comunidade, o Parque acabou adquirindo esta vocação”. Todavia, observa a autora, a elite não freqüentava mais o Parque, pois tinha outras opções de lazer (Lemos, 1988:207).

Desse modo, o Parque passa a ser apropriado gradativamente por um público de poder aquisitivo mais baixo. Esse processo era comum nessa época, nas grandes metrópoles brasileiras, segundo nos sugere Frúgoli.

Nas grandes metrópoles brasileiras, já no começo dos anos 40, aos poucos, os espaços públicos centrais vão sofrendo crescente desvalorização, mergulhando num fluxo viário constante e sendo abandonados pelo público de maior poder aquisitivo, que passa a preferir locais mais privados para estabelecer suas relações, como as novas lojas de departamento e galerias (Frúgoli, 1995:27).

O que iremos observar neste trabalho é que o Parque Municipal de Belo Horizonte sempre foi marcado pela diversidade de público, não obstante a sua apropriação majoritária pelo público de poder aquisitivo mais baixo, sobretudo, nos últimos anos enquanto, que nos primórdios da Capital, sua apropriação era quase que exclusiva da elite da cidade, porquanto sua localização na área planejada da cidade, área de residência dessa elite, distanciava ou mesmo impedia a classe menos favorecida de apropriar-se dessa área (Lemos, 1988:88/9). Segundo Astréia Soares,

Não se pode deixar de observar que o Parque foi instalado dentro dos limites da Avenida do Contorno, área, segundo o planejamento da cidade, destinada aos funcionários da burocracia estatal, aos representantes do poder e à elite local (...) Talvez por isto é que, nas primeiras décadas de sua história, o Parque foi palco de atividades que falavam muito mais ao gosto da elite do que ao das classes populares, uma vez que a vida social na nova Capital era ainda restrita. Uma espécie de Champs Élysées mineiro por onde desfilaram os trajes da moda daquela época (Soares, 1997:133).

Ainda nessa década, em 1941, o Prefeito Juscelino retira o belo gradil que cerca o Parque que foi então agora destinado a cercar o Cemitério da Saudade. Na concepção da Prefeitura na época, o gradil constituía-se numa contradição na paisagística da área, pois se tratando de uma área pública, não deveria estar cercada. Mas a medida teve efeito contrário.

Em estado de abandono estava também o próprio Parque nos últimos anos da década de 40. com a retirada das grades, aconteceu o contrário do que JK desejava: maltratado e mal iluminado, o Parque começou a ser evitado. A imaginação popular povoava de perigos as alamedas; atrás de cada árvore ou arbusto podia-se esconder um bandido. Em 1947, um jornal se referiu ao Parque como um 'valhacouto de malfeitores' (CVRD, 1992:94).

Tamanha será a degradação desse espaço posteriormente que a solução encontrada pela Prefeitura foi novamente gradeá-lo, apesar dos protestos de alguns paisagistas (Alvarenga, 1985:40).

Na verdade, a retirada do gradil do Parque acentuou e agravou o processo de degradação desse espaço, pois já na década de 30 era lastimada na imprensa o seu ostracismo.

O Parque Municipal vivia no início da década de 30, uma tristeza acabrunhadora, mais abandonado do que político no ostracismo. Naqueles anos, a imprensa reclamava da falta de vida da principal área de lazer dos belo-horizontinos (...) Pouca gente continuava indo ao Parque. Era utilizado quase que exclusivamente como passagem dos estudantes da Escola de Medicina (Jornal Estado de Minas, 1992).

Para Lemos, na medida em que a cidade se desenvolvia, multiplicavam-se estabelecimentos de lazer pelo centro tradicional (centro planejado), tais como, teatros, cinemas e bares. Nesse cenário, segundo essa autora, o Parque ocupa o lugar de o ponto de encontro da boemia e daí a sua má reputação (Lemos, 1988:111). Um outro fato também que marcou decisivamente sua má reputação foi a descoberta de um corpo em 5 de dezembro de 1946. Esse crime teve grande repercussão na cidade dadas as circunstâncias e os requintes de crueldade na execução (CVRD, 1992:95).

O Parque quase que não apresenta registro de eventos como este. Como veremos no terceiro capítulo deste trabalho, há poucos registros de casos assim, no Parque. Um mais recente foi o de um suicídio por ocasião da comemoração dos seus 103 anos, conforme reportagem abaixo.

As comemorações de 103 anos do Parque Municipal, em Belo Horizonte, marcada para ontem, foram canceladas depois que um homem morreu enforcado em uma palmeira com mais de 20 metros de altura. O marmorista Gleisomar Valentino da Silva Souza, 27 anos, morreu enforcado com a corda que os próprios homens do Corpo de Bombeiros (Cobom) lançaram para tentar resgatá-lo (Hoje em Dia, 2000).

Nos anos 60, o Parque encontrava-se em total abandono. Parte de sua área era utilizada para depósito de carros velhos da Prefeitura e para armazenamento das madeiras, das árvores (ficus) que foram arrancadas da avenida Afonso Pena. Companhias circenses eram instaladas em seu espaço, sendo necessário para isso o corte de algumas árvores. (CVRD, 1992: 100).

Nesse período também, entre 1960 e 1970, a população da cidade saltou de 600 mil para 1,3 milhão de habitantes, modificando as relações sociais na capital mineira, dando origem a uma classe média emergente e uma classe operária especializada, aumentando, ao mesmo tempo, consideravelmente a população favelada da cidade. Crescem as demandas da cidade em todos os sentidos, em especial a demanda por lazer.

O que acontece nessa década e também na seguinte é um acentuado processo de segregação espacial, na medida em que a cidade se desenvolve. A elite afasta-se do centro tradicional, tanto como lugar de moradia quanto de consumo, consolidando uma outra região da cidade _ a Savassi_ como “centro metropolitano das funções nobres” (Andrade, 2003). Na medida em que a elite deixa o centro, um público de poder aquisitivo mais baixo, cada vez mais vai se apropriando desse vazío. Esse processo, embora um pouco longo, é claramente descrito por Lemos.

Os impactos causados pelas intervenções do poder público no centro nos anos 60 e 70 revelaram uma segregação social nos seus espaços (...) Houve um esvaziamento populacional expressivo na região, com uma perda de 14% dos seus habitantes. Grande parte desses moradores deixou o lugar devido ao alto custo dos aluguéis. Já os grupos de maior poder aquisitivo não só aboliram o centro enquanto opção de moradia, como ainda deixaram de frequentá-lo. Por outro lado, ao mesmo tempo em que parte desses grupos abandona o setor central, este passa a atrair um outro fluxo de população, formado pelas pessoas vindas do interior e também da periferia. Logo, os grupos de maior poder aquisitivo, que representavam a identidade do lugar, ao deixá-lo, ocasionam uma substituição em nível social. Nesse passo, o centro dos anos 70 passa por uma significativa mobilidade social e por uma renovação espacial (...) A partir dessa nova composição social, o centro adquire mais um papel _ o lugar da moradia provisória _ , sendo que seus espaços ganham um alto grau de rotatividade. (Lemos, 1988:261/2).

A partir de então, o centro passa a ser apropriado por grande parte da população de baixo poder aquisitivo, estimulada pelo acesso fácil dos transportes de massa. O centro torna-se para essa população tanto lugar de consumo quanto lugar de lazer.

Nessa perspectiva, podemos compreender, na década de 70, o ressurgimento do Parque Municipal no imaginário dos belo-horizontinos como um lugar a ser resgatado, como um patrimônio a ser querido e preservado e como um “monumento” a ser visitado.

Em setembro de 1974, (...) o Estado de Minas convidou seus leitores a serem ‘turistas dentro do verde coração desta histórica cidade’. O texto conduzia os leitores para um reencontro bem familiar, com direito a brincadeiras de crianças e adultos nos gramados, parque de diversões, passeios em cavalinhos ou carrocinhas puxadas por cabritos, corridas entre alamedas, descanso sob as árvores, admiração

dos jardins, dos lagos de peixes, do jardim botânico ao ar livre, visita aos monumentos dos fundadores da cidade ou ao orquidário (CVRD, 1992:108).

O conjunto paisagístico e arquitetônico do Parque Municipal é tombado em 1975 por comando do decreto número 17.086 do Instituto de Preservação do Patrimônio do Estado, reforçando o caráter de lazer desse espaço e garantindo a integralidade de sua área com a proibição de novas construções em seu território. Em 1977, o Parque é novamente cercado. E um novo Parque _ Parque das Mangabeiras, situado na parte alta da Avenida Afonso Pena, próxima à Serra do Curral, com 2,8 milhões de metros quadrados, é inaugurado no início dos anos 80.

Nos anos 90, o Parque Municipal recebe uma ampla reforma, reestruturando-o e valorizando-o como patrimônio público natural e cultural. Visando à preservação da memória desse espaço, é lançado um livro, narrando a história do Parque e que nos serviu de referência em boa parte desse nosso trabalho. Nesse livro, o Parque é reconhecido como um personagem de relevo intimamente associado à vida de Belo Horizonte.

Neste quase um século de existência, o Parque Municipal esteve intimamente associado à vida de Belo Horizonte, ao lazer, às atividades culturais e ao comportamento de seus moradores. Tornou-se ele próprio personagem de relevo e definitivo. É essa a história que o texto e as fotos deste livro procuram contar. (CVRD, 1992:8).

Com 106 anos de existência, o Parque Municipal é testemunha espacial do processo de desenvolvimento da Capital mineira e em especial da área central da cidade, onde está localizado. Nele, através de seus usuários no decorrer do tempo e da atenção dispensada pelo poder público a esse espaço, poderemos perceber as etapas do desenvolvimento da Capital, nesse período. Desde a sua área inicial de aproximadamente seiscentos mil metros reduzida para a atual área de cento e oitenta mil metros quadrados até a sua mudança de público, hoje, majoritariamente da classe popular, segundo pesquisa da Prefeitura coordenada pela gerência do Parque (PBH2); quando, nos primórdios da cidade, era o Parque o lugar de encontro da elite da cidade nos finais de semana. Segundo Astréia Soares, o Parque assiste à história da cidade sendo, ao mesmo tempo, um protagonista reconhecido de forma coletiva entre os moradores e visitantes da Capital. (Soares, 1997:132)

O Parque Municipal apresenta-se como testemunha histórico-espacial da cidade. A lapidação de seu espaço e a sua configuração atual como um dos espaços públicos de lazer de

maior uso e apropriação mais diversificada da cidade refletem mesmo a dinâmica de desenvolvimento da capital desde a sua fundação. Assim,

Toda a atenção que se dispensa ao Parque Municipal Américo Renné Giannetti, quer seja por parte dos seus olheiros atentos, críticos rigorosos, apaixonados declarados, é uma forma de se preservar os elementos significativos do modo de vida deste povo e a história da jovem metrópole para além destes cem anos (Soares, 1997:135).

Desse modo, uma primeira questão de nossa pesquisa seria perguntar se esse espaço apresenta-se ainda hoje para a cidade como um lugar de memória, como patrimônio cultural da cidade, a despeito de todas as lapidações, abandono e má fama que o caracterizou nesses 106 anos de existência. Ou, se ele simplesmente aparece como um espaço público agradável para o lazer, sobretudo das crianças. Ou mesmo ainda, se ele se apresenta apenas como local de passagem ou de acesso fácil às vias urbanas de seu entorno, isto é, como caminho mais curto entre a avenida Afonso Pena e a área hospitalar na Alameda Ezequiel Dias, por exemplo.

Nosso objetivo é verificar que lugar ocupa o Parque Municipal na espacialidade da Capital mineira, através do uso e apropriação de seus frequentadores. Especificamente, desejamos verificar o significado atribuído ao Parque por sua população usuária a partir da justificativa dada em escolher esse espaço para o uso de seu tempo livre e de lazer num dado momento.

2. O Parque e a cidade 106 anos depois.

2.1. O parque na espacialidade da capital mineira.

Nessa parte de nosso trabalho, pretendemos situar socioespacialmente o Parque Municipal na contemporaneidade de Belo Horizonte.

A cidade de Belo Horizonte com seus dois milhões de habitantes, já ultrapassou em muitos dígitos a estimativa de duzentas mil pessoas para o ano 2000 como assim previa o seu planejamento, influenciado pelos modelos urbanísticos que vigoravam na Europa, na época.

Embora a cidade tenha sido pensada em três áreas: urbana, suburbana e rural, apenas a área urbana fora efetivamente planejada. O perímetro urbano da cidade foi delimitado por uma avenida em forma de anel – a avenida 17 de dezembro conhecida como avenida do Contorno, e desenhado com largas e simétricas ruas e avenidas. Essa área era destinada às classes econômicas privilegiadas, demarcando desde o início um processo de segregação socioespacial na cidade. Nesse perímetro, lotes foram distribuídos a ex-proprietários em Ouro Preto sob o pretexto de atraí-los e convencê-los a mudar para a nova cidade, mas o mesmo não ocorreu com os operários.

No plano geral, não reservaram áreas no espaço urbano para as camadas populares, excluindo, assim, de antemão, os operários construtores da capital e outros que para cá vieram a partir da fundação da cidade. Expressivo desta política foi a distribuição de lotes, no momento da ocupação. O governo concedeu 1.143 lotes somente para os funcionários do estado, ex-proprietários em Ouro Preto e ex-proprietários em Belo Horizonte. (BUÉRE, 1997: 75).

Pensando deste modo, a delimitação da área planejada da cidade por uma avenida circular faz mesmo lembrar os muros ao redor dos Castelos dos nobres nas cidades medievais. Segundo Le Goff, “A Idade Média deu à cidade, ou à maioria delas, um espaço rodeado por uma muralha, cujo vestígio subsiste mesmo quando as muralhas desaparecem” (Le Goff, 1988:143). Mas, segundo Andrada, a avenida de Contorno, cujo nome oficial 17 de Dezembro lembra a data da mudança da Capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, “foi projetada quase que apenas para efeito paisagístico e como limite da zona urbana”, facilitando assim a cobrança dos impostos (Andrada, 1973:41). Todavia, o fato dessa avenida não ter sido criada com a intenção explícita de segregação social, conforme esse autor, não destitui a comprovação de sua função efetivamente segregadora, como assim analisam alguns autores (Lemos, 1988: 93). Não é o nosso objetivo aprofundar nessa temática, mas desejamos em nossas análises, neste trabalho, denotar a nossa concordância com esses autores.

Belo Horizonte é a quarta cidade do país em população e possui mais de dois milhões de habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2000. Um número bem maior do que os construtores da cidade no século XIX poderiam imaginar. A cidade se rebelou demograficamente para além dos limites que seu planejamento a limitou, ou seja, a população urbana da cidade no início do século vinte e um não obedece as delimitações restritas do perímetro da avenida do Contorno. Todavia, a área planejada da cidade permanece ainda hoje como centro cultural, econômico e político da cidade (PDB, 1990: 13). Essa área é constituída

pelos bairros Centro, Funcionários, Lourdes, Barro Preto, Santa Efigênia, Savassi e Santo Agostinho e parte do bairro da Floresta.

O hipercentro da cidade tem como ponto de referência a Praça Sete. Área demarcada por um obelisco, carinhosamente chamado de "Pirulito", no entroncamento da avenida Amazonas com a avenida Afonso Pena. Podemos afirmar, de certa forma, que a cidade passa pela Praça Sete. Ela é o ponto de convergência dos fluxos da população oriundas de todas as regiões da cidade, através dessas duas grandes avenidas que cortam o hipercentro.

A avenida Amazonas é a continuação da Fernão Dias (BR 381) que liga Belo Horizonte a São Paulo, ao mesmo tempo, que faz conexão da cidade com a estrada de acesso ao Oeste do Estado (triângulo mineiro), logo após a cidade de Betim. Por essa mesma avenida, a cidade liga-se à região do Barreiro e às cidades industriais de Contagem e Betim.

No projeto original da cidade, essa avenida tinha a função de fazer a ligação da Estrada de Ferro com o Centro Administrativo Municipal, situado aproximadamente na atual Praça Raul Soares. Posteriormente, em 1936, foi prolongada até a avenida 17 de Dezembro (avenida do Contorno) e, novamente, em 1940, seu prolongamento até a estrada para Capela Nova (atual Betim), ponto em que ela liga-se à BR 381 (Andrada, 1973: 34). Essa avenida termina no centro da cidade, na Praça da Estação a três quarteirões da Praça Sete em direção leste. Nesse trecho, temos os afluxos da região nordeste pela avenida Cristiano Machado e da região leste pela avenida dos Andradas que passa ao lado do Parque Municipal, bem como os afluxos da região metropolitana da cidade de Sabará, Santa Luzia, Ribeirão das Neves e também Contagem, através do metrô.

A avenida Afonso Pena _ concebida desde a época da construção da cidade como "centro obrigatório", é uma das mais importantes da capital. Ela tem início na Praça da Rodoviária (Praça Rio Branco) _ distante mais ou menos quatro quarteirões da Praça Sete _ e segue até a Praça da Bandeira, no início do bairro das Mangabeiras ao pé da Serra do Curral de onde se pode avistar toda a cidade.

O trecho da Afonso Pena entre a Praça Sete e Rio Branco é muito movimentado, devido ao fluxo vindo da avenida Pedro II (ligação do centro com a região noroeste da cidade) e da avenida Antônio Carlos que faz a ligação da cidade com a região norte e Pampulha. Continuando a Afonso Pena, após a Praça Sete, em direção sul, temos acesso ao bairro Mangabeiras ao pé da Serra do Curral que limita a cidade ao sul, a região da Savassi e a saída para o Estado do Rio de Janeiro via rua Rio Grande do Norte e Nossa Senhora do Carmo.

A região do hipercentro compreende, além da Praça Sete, a Estação Rodoviária, a Praça da Estação, a região hospitalar, a Praça Raul Soares e a Praça da Liberdade. É nessa área que a cidade pulsa. Nela localiza-se a maioria dos estabelecimentos bancários, do comércio, os principais cinemas, os *shopping centers* mais freqüentados, os principais hospitais da cidade de atendimento público como o hospital de pronto socorro João XXIII. É nessa região também que se localiza o Parque Municipal, nosso objeto de estudo.

O Parque Municipal é um espaço em forma de triângulo semi equilátero de cento e oitenta mil metros quadrado cercado por um gradil e situado entre as avenidas e ruas de maior circulação de tráfego e transeuntes da capital: a avenida Afonso Pena _ com cinco pistas de tráfego intenso, estacionamento e paradas proibidas e um amplo e variado comércio; a avenida dos Andradas, a avenida Carandaí, a avenida Assis Chateaubrian, a Alameda Ezequiel Dias_ antiga alameda de um bosque do Parque antes dele ser desmembrado_ e a rua da Bahia.

A Afonso Pena limita-se com o Parque, numa de suas margens, num perímetro linear de aproximadamente quinhentos metros que vai da rua da Bahia à avenida Carandaí. É nesse perímetro que se realiza aos domingos a Feira de Artesanato e atrai gente de todo Brasil. No mesmo perímetro da avenida, no lado oposto ao Parque, situa-se o prédio central de Correios, a Prefeitura da cidade, a Secretaria da Fazenda do Estado, o Conservatório de Música da UFMG, além de vários bancos, prédios de escritórios e estabelecimentos comerciais de vários tipos. O acesso à região da Savassi de quem vem da Afonso Pena se dá também nesse perímetro. Do lado do Parque, ainda na Afonso Pena, no limite dessa avenida com a avenida Carandaí, situa-se o Palácio das Artes _ o maior teatro da capital.

Atrás do Parque, de quem o avista a partir da Afonso Pena, a avenida dos Andradas e a Alameda Ezequiel Dias delimitam os lados que compõem a formação semi equilátera desse logradouro.

A Alameda Ezequiel Dias faz parte da região hospitalar e abriga boa parte dos hospitais que compõem a rede de atendimento médico da cidade, tais como: o hospital de atendimento particular SEMPER, o hospital dos servidores públicos do Estado _ hospital da Previdência; a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); a Fundação Hemominas, o Centro Geral de Pediatria, o Centro Mineiro de Toxicomania e o Centro de Saúde Carlos Chagas _ todos ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS); e, finalmente, o CEPECS (Centro de Estudos e Pesquisas Clóvis Salgado) e a Cruz Vermelha de Minas Gerais.

A avenida dos Andradas é uma via marginal ao Ribeirão Arrudas que corta o centro da cidade ao norte e, antes de canalizado, transbordava com frequência durante o período de chuvas na capital. Por essas três vias de acesso, circulam um grande número de ônibus que transportam passageiros de várias regiões da cidade impactando de modo decisivo no uso e apropriação do Parque Municipal, segundo pesquisa da Prefeitura da cidade (PBH2, 2002).

Nas vias próximas ao Parque, segundo essa pesquisa, circulam 282 linhas de ônibus com duas ou mais ocorrências de ponto (parada de ônibus). Só no entorno do Parque são 250: 106 na avenida Afonso Pena, 104 na avenida dos Andradas e 40 na Alameda Ezequiel Dias. As outras se repartem entre a avenida Alfredo Balena (11), a rua Tamóios (14) e a rua Bahia (7).

A considerar as linhas de ônibus do entorno do Parque e o seu trajeto _ origem e destino _ podemos afirmar que a cidade passa pelo Parque, uma vez que, as 282 linhas que circulam em suas proximidades atendem quase a totalidade das regiões da cidade.

Um outro dado a ser considerado é que o Parque está situado entre áreas de grande concentração de serviços que são oferecidos à população. De um lado, na Alameda Ezequiel Dias, concentram-se serviços médicos que atraem pessoas das diferentes camadas sociais da cidade e também do interior do Estado, quer seja para usufruto desses serviços, quer seja para prestação desses serviços. Na região hospitalar que tem início na Alameda Ezequiel Dias concentram-se serviços públicos e privados de saúde e a escola de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Do outro lado do Parque, ao longo da avenida Afonso Pena, além do prédio da Prefeitura da cidade, temos vários estabelecimentos bancários, prédios de escritório, lojas comerciais, o prédio do Ministério da Fazenda do Estado, atraindo um grande número de pessoas através dos diferentes serviços oferecidos por esses estabelecimentos. Desse modo, o Parque constitui-se como uma "ponte" entre essas espacialidades. (figura 2).

De acordo com a pesquisa da Prefeitura supra citada a respeito do fluxo interno do Parque, "cerca de 55,79% das pessoas que entram no Parque Municipal não vêm por seus atrativos, mas são transeuntes que usam o espaço como logradouro público, graças à atratividade do entorno, rico em recursos de serviços de todos os tipos" (PBH 1, 2002:3).

Durante a semana observa-se um grande movimento de pessoas pelos portões da Afonso Pena, da Alameda Ezequiel Dias, Andradas e rua da Bahia de onde se pode alcançar a Dias, pelos respectivos portões que se encontram nessas vias de acesso, são mais de 3000 transeuntes diários que utilizam-no como atalho, segundo a pesquisa supra da Prefeitura

Independente dos atrativos no entorno do Parque, os serviços que ele abriga em sua área já atrai por si só muita gente. O Colégio Imaco com seus alunos, funcionários e professores. Os funcionários do Parque, os ambulantes (fotógrafos, pipoqueiros) (figura 3), os concessionários, os artistas e os estudantes do Palácio das Artes e do Teatro Francisco Nunes, representam juntos um número significativo de pessoas que se relacionam com o Parque.

O uso intenso do Parque durante a semana pode ser explicado pelo dinamismo de seu entorno. O Parque Municipal constitui uma espacialidade integradora das espacialidades próximas a ele. Nesse sentido, podemos dizer que o Parque dialoga com a cidade e tem, para esta, um significado.

Quem entra no Parque durante a semana, por um de seus sete portões de acesso, não deixará de experimentar, se atento, uma mudança brusca de paisagem e de sonoridade. Os edifícios cedem lugar às árvores centenárias e os roncões dos motores são substituídos pela melodia suave dos cantos dos pássaros. Quanto mais se adentra no Parque mais tomado somos por uma nova paisagem. Estamos num outro espaço da cidade. Talvez por isto ele seja tão usado como atalho. Talvez esse atalho tenha o significado de um silêncio em meio ao burburinho; de uma pausa em meio a pressa; de um ar puro em meio a poluição. Talvez por isto observa-se durante a semana um grande número de usuários sozinhos, sentados nos bancos do parque como se estivessem contemplando a paisagem, sem pressa, sem preocupação (figura 4). Talvez por isto, a maioria das pessoas entrevistada afirma vir ao Parque porque é um lugar tranqüilo, um lugar que permite pensar, que permite parar, ou como nos diz Hugo Segawa “os jardins para as grandes cidades são como escapadas da civilização (Segawa, 1996: 225)

A espacialidade do Parque Municipal constitui-se como a espacialidade do encontro consigo mesmo e por isso, constitui-se como espaço de acolhida, como espaço de apropriação pública, porque nele pode-se expressar a liberdade de ser. O parque não impõe uma atividade, um ritmo ou um tempo. O tempo no Parque é o tempo do indivíduo ou o "tempo dos atores e das relações" diferente do tempo linear e mensurável da representação econômica (Veltz, 2001:140). Desse modo, o Parque se apresenta como um refúgio temporário, como um tempo de "não-trabalho", como um tempo de lazer. E tudo isso em diálogo com a espacialidade do "tempo de trabalho", com o "tempo do dever" _ os "tempos" de seu entorno.

No final de semana, o Parque constitui-se em outra espacialidade. Espacialidade esta constituída não tanto num diálogo incisivo com o centro como ocorre durante a semana, mas a partir de uma interação maior com a periferia ou, se preferirmos, com as espacialidades mais distantes de seu entorno. Por este motivo o público usuário do Parque é outro, nos finais de semana. Podemos afirmar que, sua espacialidade, nesse período, configura-se como àquela do direito à cidade, espaço da memória e da construção de significado.

Uma pesquisa sobre maneiras de brincar em Belo Horizonte em diferentes décadas (1935 – 1995), observou que o Parque Municipal foi citado por todos os seus entrevistados como uma referência ao lúdico, ao lazer e à história das relações familiares (Marie Bitar apud, Soares, 1997: 134). Segundo a socióloga Astréia Soares, que já foi diretora do Parque Municipal,

Estas experiências são múltiplas e extrapolam os limites de gosto de classe, idade, raça, religião ou opção sexual. Elas se expressam na primeira volta que se dá no carrossel, nas lições de remo dadas por um pai que as recebeu de seu avô, no gosto do algodão doce e da pipoca _ a pipoca que inclusive se joga aos patos escondido dos vigias _ no retrato lambe-lambe, no *pic-nic*, no namoro, na caminhada etc. (Soares, 1997: 134).

A pesquisa da Prefeitura veio confirmar a nossa observação de que o Parque apresenta dois tipos de público: um durante a semana, constituído por transeuntes que utilizam o parque como passagem; por pessoas que aguardam atendimento ou a hora de visitar algum parente nos hospitais localizados no entorno do parque; alguns moradores de rua que utilizam esse espaço como local de descanso e de higiene pessoal, utilizando os serviços oferecidos pelo parque; alguns aposentados que utilizam os bancos para ler ou apreciar a natureza; casais de namorados, desempregados, dentre outros de menor número.

O Parque tem uma relação direta e indireta com a ocupação profissional da maioria de seus usuários durante a semana, segundo a pesquisa realizada pela Prefeitura.

Desse percentual muitos trabalham e vivem graças ao movimento do Parque, como ambulantes, permissionários, funcionários, artistas e público do Teatro Francisco Nunes, promotores de eventos, e outros. Incluídos aqui, nada menos de 4000 pessoas por dia, freqüentam o Parque, sejam alunos, professores, funcionários, pais de alunos e outros (PBH1, 2002:4)

Todavia, no final de semana, muda completamente o público usuário do Parque. Esse público é identificado em nossas observações e confirmado pela pesquisa da Prefeitura como familiar _ pais que levam suas crianças para brincarem no parque; grupos de jovens em busca de divertimento e confraternização e namorados que buscam um lugar agradável para seus encontros. (figura 5).

Em razão de sua localização, na área central da cidade, o Parque é um local de fácil acesso, permitindo à população da periferia a sua apropriação. Embora a centralidade do Parque explique parte de seu uso _ por ele passam em média quinhentos mil visitantes por mês, segundo dados da Prefeitura (PBH2, 2002), veremos mais adiante que isto não é suficiente para motivar as pessoas a saírem de suas casas e gastarem seu tempo livre de domingo no Parque Municipal. Demonstraremos que seu uso intenso decorre tanto de sua centralidade, quanto da satisfação da necessidade de lazer de sua população usuária. O Parque Mangabeiras também é um Parque relativamente central, no entanto, não tem a mesma intensidade de público do Parque Municipal. A maioria dos entrevistados não frequenta o Mangabeiras porque acha o Municipal ,melhor.

3.1. Os Parques e as áreas verdes da cidade.

Em Belo horizonte existem, em toda sua região metropolitana, 24 espaços públicos ecológicos, áreas verdes e Parques destinados ao lazer da população e desses, três ainda estão em fase de implantação, segundo informações da Secretaria do Meio Ambiente do Município. Segundo informações desse órgão, “área verde” é definida "como sendo aquelas representativas da macropaisagem local, cumprindo a função da conservação biofísica, da pesquisa científica e da recreação pública. Caracterizam-se, essencialmente, pela intensidade do uso público” (www.pbh.gov.br/meio-ambiente).

Essas áreas foram criadas a partir de diferentes processos: incorporação ao projeto original de construção da cidade como é o caso do Parque Municipal Américo Renné Giannetti; decorrentes da Lei do Uso e Ocupação do Solo da cidade de 1976 e 1985 e do Programa Metropolitano de Parques Urbanos _ Parques das Mangabeiras, Parque Fazenda Lagoa do Nado, Parque Ursulina de Andrade Mello e Parque Serra Verde que ainda será implantado; decorrentes de parcelamentos do solo urbano de 1979 e 1989; reaproveitamento de áreas deterioradas e tombamento de outras (www.pbh.gov.br).

Segundo Carvalho, Belo Horizonte possuía 0,7 metros quadrados de área verde por habitante na década de setenta do século passado, enquanto a Organização Mundial de Saúde recomendava 16 metros quadrados por habitante (Carvalho, 1978: 33). Esse dado certamente explica porque , no Plano Diretor da Cidade, de 1990, constava explicitamente a proposta de

assegurar um percentual mínimo de área verde por habitante, ao mesmo tempo em que restringia o adensamento populacional em algumas áreas.

Assegurar áreas verdes, na proporção de, no mínimo, 12 (doze) metros quadrados por habitante, distribuídos para cada Administração regional (...) Será restringido o adensamento populacional nas regiões Centro-sul, Noroeste e parte da Oeste, as quais já apresentam sinais de deterioração da qualidade de vida (PDB, 1990: 14).

A importância dos Parques para as cidades é frequentemente associada à qualidade ambiental, ou seja, como despoluição do ar das grandes metrópoles e isto não é sem fundamento. Segundo o relatório de arborização do município de Belo Horizonte, feito por uma equipe de biólogos, “uma árvore isolada pode transpirar até 380 litros de água por dia, quantidade equivalente a 5 aparelhos de ar condicionado médios (2500 Kcal/h) em funcionamento durante 20 horas por dia (Belo Horizonte, 1992:7)). Não é sem razão que em nossa pesquisa o Parque Municipal aparece como sendo “o pulmão da cidade”, na fala dos entrevistados.

3. O Parque Municipal – um conjunto paisagístico-histórico-ecológico.

O Parque Municipal Américo Renné Giannetti é mantido pela Prefeitura de Belo Horizonte, responsável por repassar recursos para a manutenção de aparelhos, pessoal e material e é administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Segundo informações da gerência do Parque, são desenvolvidas em seu espaço várias atividades, campanhas e programas de educação ambiental tais como: o programa Parque Limpo que presta informações e discute a necessidade da participação da população na limpeza e conservação do Parque; o projeto Trilhas Ecológicas que proporciona aos visitantes orientados por técnicos a conhecer o traçado, a natureza e a história do Parque; Oficinas ambientais como a de papel reciclado e a Oficina de Brincar com brincadeiras de cunho ecológico promovendo a conscientização ambiental e a observação do meio ambiente; a ECOTECA, uma biblioteca com temas ambientais com pessoal especializado para apoio às pesquisas.

O Parque funciona de terça a domingo das 06:00 às 18:00 horas e tem vários equipamentos que podem ser usufruídos pelo público gratuitamente tais como: os brinquedos da área de *play ground*, pista de *Cooper*, rинque de patinação, quadra de tênis, futebol e orquidário, dentre outros brinquedos que, mediante uma pequena quantia _ setenta centavos_

são oferecidos pelos concessionários do Parque. Os concessionários são empresas ou pessoas que, mediante concorrência pública, têm licença para explorar comercialmente alguns serviços e equipamentos do Parque como os brinquedos elétrico-eletrônicos, os barcos de remo, os pôneis, cavalos e cabras que transportam as crianças, o trenzinho que circula uma parte do Parque, lanchonete e ambulantes. (figura 6)

Em seu interior, frondosas e diversas espécies de árvores de diferentes regiões do Brasil e partes do mundo, devidamente identificadas com seus nomes científico e popular, compõem a paisagem do espaço para o deleite de seus visitantes. São cerca de 120 espécies, num total aproximado de duas mil árvores, sendo os fícus as mais antigas, plantadas ainda quando o Parque era uma Chácara. Destacam-se entre as espécies, pau-brasil, pau-mulato, pau-ferro, quaresmeiras (árvore símbolo da cidade), paineiras, sapucaias, dentre outras espécies raras, são as árvores que servem de abrigo ao canto melodioso dos bem-te-vis, saíras, sabiás, lavadeiras-mascaradas, rolinhas e tantos outros pássaros que nelas se abrigam. (Revista Minas Gerais, 1990: 12). Tudo isso pode ser contemplado por meio de trilhas e caminhos calçados, permitindo ao usuário percorrer sem dificuldades todo o Parque se assim o desejar.

Em meio à paisagem ecológica, o visitante atento poderá deparar-se com uma outra paisagem menos visível que é a paisagem histórica da cidade e do lugar desenhada através de monumentos, estátuas e bustos, identificados com placas descritivas e localizados esparsamente em diversas áreas do Parque. Um exemplo é a Praça dos Fundadores localizada entre o prédio de administração do Parque e a Alameda Ezequiel Dias. Nessa Praça, estão quatro esfinges identificadas como os fundadores e idealizadores da Cidade: Augusto de Lima (Idealizou); Afonso Pena (Oficializou); Bias Fortes (Instalou) e Aarão Reis (Planejou). Por ocasião do centenário da cidade de Belo Horizonte, uma urna com documentos e mensagens foi enterrada no local para ser desterrada e aberta após cem anos, ou seja, em 2097, no segundo centenário da cidade, de acordo com a placa local descritiva do evento. (figura 7).

O conjunto paisagístico do Parque é muito bonito apesar da visível falta de cuidados em alguns aspectos e da sujeira de algumas áreas. O problema da limpeza do Parque foi um dos itens de maior queixa dos entrevistados e motivo de preocupação da gerência do Parque que alega orçamento insuficiente para atender a demanda desse espaço, que recebe em média 85 mil visitantes durante a semana e cerca de 60 mil por final de semana. Apenas aos domingos são cerca de 40 mil usuários (Parque 21, 2002:5).

Observa-se, que os brinquedos gratuitos estão sujos e descuidados. Essa área é uma das mais usadas pelas crianças, sobretudo aquelas de famílias mais pobres que não têm condições, mesmo no preço a que são oferecidos de setenta centavos, de usufruírem todos os brinquedos pagos do Parque. A brita que existia ao redor dos brinquedos cedeu lugar a uma terra amarelo-avermelhada, de modo que as crianças que se aventuravam nesses brinquedos em pouco tempo encontravam-se em estado de total sujeira para o desconsolo de suas mães e o pouco caso delas. Porém, essa área, como todo o Parque, já esteve em piores condições, como retrata a reportagem do Jornal da cidade.

Entretanto, muitos dos problemas e dificuldades enfrentados pela administração do Parque parecem que vão receber um tratamento especial por parte do governo municipal, como tudo indica, através de um programa denominado Parque 21, para alegria e consolo da população e para o bem e preservação desse patrimônio da cidade.

O programa Parque 21 é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, numa realização integrada de várias secretarias do município: Secretaria de Coordenação de Política Urbana e Ambiental, Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento Urbano, Secretaria de Estrutura Urbana, Secretaria de Limpeza Urbana, Secretaria Regional de Serviços Urbanos e Secretaria de Cultura. Esse programa se inscreve num outro, mais amplo, de discussão ambiental e alcance internacional _ o programa Agenda 21⁴ _ um programa de ação que busca conciliar desenvolvimento com proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, que, na esfera local, é mediado por um "desenvolvimento sustentável" concebido "como aquele que assegura o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem também às suas" (Compans, 2001: 105/6).

O programa Parque 21 é um Programa de revitalização e preservação do Parque Municipal Américo Renné Giannetti que foi elaborado a partir de diagnósticos apresentados

⁴ Documento contendo compromissos para mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século, aprovado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) que reuniu 179 países em 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida por ECO-92. Ver mais informações em (www.mma.gov.br).

por uma equipe técnica multisetorial da Prefeitura de Belo Horizonte. Tem como objetivo buscar sustentabilidade de acordo com princípios preconizados pela “Agenda 21”, ou seja, garantir preservação do Parque para as gerações futuras.

O Programa compreende várias etapas e se divide em três subprogramas relacionados a três aspectos distintos: saneamento, cultura e gestão, são eles: Subprograma de Saneamento e Revitalização que cuida do solo, água e seus respectivos resíduos, além da flora e fauna; Subprograma de Adequação Urbana e Cultural que cuida do conjunto paisagístico e arquitetônico, educação ambiental, atividades e uso; e, finalmente, o Subprograma de Planejamento e Gestão Sócio Econômico que cuida do planejamento gerencial, recursos técnicos, financeiros e humanos. (PARQUE 21).

Acreditamos que, considerando a cidade como espaço de possibilidade de subsistência dos mais fracos, poderemos apreender o significado do Parque Municipal na espacialidade da cidade.

Essa concepção de cidade nos parece mais adequada para os nossos objetivos. Segundo enquete da Prefeitura, 44,21% das pessoas que entram no Parque Municipal entram para utilizar seus atrativos, na forma de lazer (PBH1, 2002:4), sendo que esse lazer é buscado, sobretudo nos finais de semana, por famílias não residentes de seu entorno. O que motiva essas famílias e jovens a saírem de seus bairros e virem ao Parque Municipal gastar seu tempo livre e de lazer? Essa é uma das perguntas que procuramos responder.

De outro modo, temos notado que, durante a realização de eventos, tais como concertos, o público do Parque torna-se muito diversificado e distinto dos usuários que normalmente freqüentam esse espaço quando não tem evento, a considerar a indumentária, as áreas ocupadas e o portão de acesso ao Parque.

Desta forma, a nossa idéia é que o Parque Municipal, a despeito de toda estigmatização dos espaços públicos nas principais metrópoles, configura-se na espacialidade da cidade de Belo Horizonte como um espaço público de grande significado para a sua população o que faz dele um dos espaços mais freqüentados da cidade, contribuindo, e não determinando, o seu uso, a sua localização no centro da cidade que lhe permite acesso fácil e lhe proporciona ser apropriado por diversos grupos e pessoas de diferentes níveis sociais, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma opção e espaço atrativo de lazer e de ocupação do tempo livre para a população da cidade. Em outras palavras, não é tanto a centralidade do Parque que determina o seu uso e sim a sua representação social no imaginário de seus

usuários. As pessoas usam ou deixam de usar o Parque porque assim determina a significação que elas lhe atribuem.

O que pretendemos até aqui foi mostrar como o Parque faz parte da espacialidade da cidade de Belo Horizonte. Como ele integra a dinâmica do hipercentro da cidade; como ele se apresenta como "refúgio" para seus usuários durante a semana e a diversidade de usuários no que diz respeito a finalidade de apropriação desse espaço. Com isso pretendemos desde o início deste trabalho apresentar o nosso objeto de estudo tal como ele configura-se no cenário da cidade, demonstrando assim a importância desse estudo na apreensão da Belo Horizonte hodierna, a partir de um de seus "monumentos" constitutivos de sua identidade.

PARTE II – O OBJETO

CAPÍTULO 2 _ OS USUÁRIOS DO PARQUE MUNICIPAL E SUAS APROPRIAÇÕES

1. Espaço e Cidade.

1.1. A problemática do espaço na análise social

O objeto da análise social é sempre uma realidade mediada, ou seja, uma realidade significada pela análise do pesquisador. Mediar a realidade significa, para nós, decodificar sua complexidade em categorias que permitam apreendê-la em sua totalidade relativa. Em outras palavras, significa transformar a realidade em conceito. A realidade se apresenta sempre como uma complexidade a ser desvelada e esse desvelamento nunca é absoluto, mas relativo à perspectiva do sujeito da análise social. Para Velho e Castro,

Um dos grandes problemas do antropólogo ao estudar a sociedade complexa moderna é conseguir identificar os diferentes códigos existentes e, ao mesmo tempo, procurar verificar até que ponto e como estão interligados e se formam, constituem uma totalidade que possa ser descrita e analisada. (Velho e Castro, 1978:15)

Como transpor uma realidade para o conceito? É a primeira questão que se nos apresenta, pois um objeto de investigação não é mais que uma construção teórica de uma determinada realidade. Segundo Bendix, “os conceitos são coisas que capturam aspectos dos fatos para a teoria; eles são o léxico que a gramática da teoria converte em argumentos gerais sobre o mundo” (Bendix, apud Reis, 1996:19). Para o nosso entendimento, a realidade transpõe-se em conceito na medida em que ela é apreendida em categorias de análise que a define enquanto objeto de investigação. Por categorias entendemos os conceitos construídos no decorrer da análise. Quais as categorias que definem o Parque Municipal de Belo Horizonte enquanto objeto de nossa investigação? Não há uma resposta pré-definida. As categorias que definirão o Parque enquanto objeto de nossa análise serão construídas no

processo de desvelamento de sua complexidade, desde a descrição de seu lócus (capítulo 1) até a construção de sua trama social. Esse será o itinerário investigativo de nossa pesquisa.

O Parque Municipal é um lugar concreto, situado numa espacialidade concreta _ o centro da capital mineira. Todavia, não é apenas um lugar, mas um lugar construído, com finalidades e objetivos específicos, para todos aqueles que queiram dele usufruir. Estamos falando então, de espaço público; de um espaço público da cidade de Belo Horizonte. A nossa realidade agora _ o Parque Municipal_ é apreendida na categoria de análise de “espaço público”. A definição desse conceito é o primeiro estágio de nosso caminho investigativo. Porém, antes de definirmos espaço público, iremos discorrer sobre a constituição da noção de espaço e sua problemática na análise social.

A noção de espaço em ciências sociais não tem recebido um tratamento unívoco e tem-se mostrado de difícil operacionalização (Véras, 2000:61). Não obstante, desde a década de sessenta, do século passado, essa noção vem ocupando cada vez mais centralidade nas análises sociológicas embora tenha chegado um pouco tarde na América Latina. (Duhau, 2001:44).

O espaço é tanto um lugar concreto, visível, palpável, quanto a concepção, o “dizer” desse lugar. Podemos afirmar que um lugar passa a ser, isto é, tem sentido, significado, no momento em que se diz dele. Nesse sentido, o empírico e o epistemológico implicam-se mutuamente. O espaço em si mesmo é vazio, não produz efeito algum, a não ser pelas interações que nele ocorrem.

Quando falamos de espaço, estamos dizendo de um lugar, ao mesmo tempo em que estamos abstraindo esse lugar de seu lócus. O “lócus” é o lugar apreendido em sua imediatidade, ou seja, no momento anterior a sua apreensão pela consciência cognoscente, a consciência do pesquisador. Em outras palavras, é o momento “puramente” descritivo do lugar; o “lugar imediato”, ou seja, que aparece inicialmente ao sujeito sem ainda ser significado por ele. É evidente que esta distinção entre o “momento imediato” de apreensão do objeto e o “momento mediato”, quando o objeto é significado pelo sujeito, apenas se concretiza na análise teórica ou fenomenológica do objeto. Na prática, esses momentos estão muito próximos e não permitem ao sujeito uma vivência distinta de cada um deles. Tomemos como ilustração um shopping center. Qual seria o seu momento descritivo? Basta imaginá-lo sem as pessoas, sem nem mesmo o sujeito que o está imaginando, se isso fosse possível.

Apliquemos o mesmo exemplo ao Parque Municipal. Qual seria o seu “momento” descritivo imediato? Seria a sua paisagem tal como ela chega aos nossos olhos no momento

infinitamente ínfimo que antecede o movimento de nossos olhos em direção a ela, já de algum modo a significando. Desse modo, desejo afirmar que o objeto é sempre uma construção do sujeito, pois, a “paisagem” puramente descritiva jamais é vivenciada pelo sujeito da análise, mas só enquanto paisagem significada, porquanto apreendida por um sujeito significante.

Talvez, decorra disto todos os problemas metodológicos de análise social. A não-percepção do objeto como construção significada do sujeito da análise, portanto, relativa e passível de ressignificações por outros sujeitos significantes. Por “significado” entendemos o mesmo que Castells. Para esse autor, significado é “a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por esse ator” (Castells, 1999:23) Desse modo, sabemos de nossos limites e os deste trabalho. Enquanto apresenta um significado ao Parque Municipal _ espaço público da cidade de Belo Horizonte _ contribuirá junto com outros empreendimentos deste tipo, para uma significação mais próxima possível do real.

A consciência não se satisfaz com a paisagem pura, objetiva, isto é, apreendida em sua objetividade concreta. A consciência busca apreender a paisagem em sua totalidade significativa, ou seja, em sua interação com o homem. Segundo Milton Santos, "a geografia não poderia subsistir como ciência se permanecesse no nível da descrição objetiva da paisagem. Para definir seu objeto, a geografia teria que identificar o espaço como categoria fundamental" (Santos, 1980:117). É necessário, desse modo, que ela ultrapasse essa objetividade e alcance o espaço como categoria fundamental para definir seu objeto (Véras, 2000:61).

O dizer do lócus a partir de sua “objetividade” transforma-o em lugar. O dizer do lugar a partir de sua objetividade interativa com o homem transforma-o em espaço. É a presença do homem no lócus que transforma o lugar em espaço. É o dizer do lugar significado pela presença-ação do homem que inaugura e funda o discurso do espaço. Desse modo, podemos dizer que todo discurso sobre o espaço é, em última instância, um discurso da presença-ação do homem sobre um determinado lugar.

É essa presença-ação do homem que confere ao lugar significado e o transforma em espaço. Desse modo, o espaço é compreendido como um produto histórico. Como um espaço socialmente produzido. Podemos afirmar que o espaço social é o resultado das interações da presença-ação dos homens dialeticamente articuladas com seu locus. Parece ser esta a base a partir da qual sociólogos, geógrafos e filósofos têm utilizado a categoria espaço em suas análises.

Para a socióloga Maura Pardini "o espaço é geográfico e também social"(Véras, 2000:61). Poderíamos traduzir assim: o espaço é locus _ é concreto, objetivo; o espaço é lugar, isto é, tem uma localização geográfica, limites territoriais, interfere e é influenciado pelos lugares geográficos que o delimitam; o espaço tem um significado social, ele é significado e significante para o seu universo social e, ao mesmo tempo, é modificado por esse universo.

Para o geógrafo Milton Santos "o espaço, espaço paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo" (Santos, 1980:138). Trata-se portanto de um locus apreendido para além de sua objetividade descritiva, um locus significado por uma presença-ação humano-temporal, portanto, elevado a categoria de espaço, espaço-paisagem. Desse modo, aplicando essa distinção ao nosso objeto, o Parque Municipal apresenta-se ao pesquisador, transposto numa nova realidade, qual seja, de um lugar significado socialmente, ou seja, apresenta-se como espaço social; como espaço historicamente significado.

A noção de espaço social pressupõe tanto uma concretude objetiva, quanto um discurso interpretativo. Todo discurso sobre o espaço social articula essas duas dimensões intrínsecas ao conceito. O problema é que o termo "espaço" não é exclusividade da análise social. A noção de espaço é propriedade primeira da geometria e sua utilização na análise sociológica é herdeira da filosofia kantiana em que o espaço e tempo se apresentam de modo incontestável como condição a priori de possibilidade de todo conhecimento. Depois de Kant⁵, século XIX, todo conhecimento é necessariamente espaço-temporal.

Entretanto, a noção de espaço só será problematizada na análise social a partir dos anos sessenta do século XX, na seqüência do movimento crítico de uma geografia marxista em contraposição a geografia positivista que prevalecia na época (Soja, 1993: 57-95); e, também, a partir do surgimento de fenômenos urbanos que põem em questão as características e valores atribuídos a cidade moderna: diversidade social sem exclusão; coexistência de funções diversas; aceitação e assimilação do estranho, do novo e do surpreendente (Duhau, 2001:43). Lefebvre é o precursor dessa geografia marxista ou desse "marxismo espacial", uma vez que, desde os anos 60 ele se torna "o mais importante teórico espacial do marxismo ocidental e o defensor mais vigoroso da reafirmação do espaço na teoria social crítica" (Soja, 1993:63).

⁵ Para Kant todo o conhecimento realiza-se num quadro estético espaço-temporal (estética transcendental kantiana), quadro este, condição de possibilidade de todo conhecimento.

Lefebvre transpõe a contradição da luta de classes percebida por Marx no modo de relações de produções capitalista para toda a sociedade organizada por esse modo de produção e, desse modo, opera uma especialização do marxismo. A partir de Lefebvre, o espaço se apresenta como o “locus” de reprodução das relações essenciais de produção do capitalismo; como “lócus” da contradição. Enfim, como problemática intrínseca ao capitalismo e que, por isso, deve ser constituída como ponto de partida de toda crítica a esse modo de produção. Por isso afirmará Soja “que essa foi a mais vigorosa afirmação teórica e política que já se fez, no marxismo ocidental, sobre a importância da espacialidade e a existência de uma problemática espacial intrínseca na história do capitalismo” (Soja, 1993: 65).

A proposta iniciada por Lefebvre de acrescentar uma geografia ao marxismo ocidental, estabeleceu um amplo e acirrado debate no fim dos anos 70 do século XX em torno da questão central do lugar que ocupa o espaço na interpretação materialista da história, na crítica do desenvolvimento capitalista e na política da reconstrução socialista. A introdução do espaço na análise social, proporcionada por essa geografia, afetou as bases epistemológicas das teorias clássicas que não incluíam o espaço em seu universo investigativo. Segundo Harvey, um dos mais importantes teóricos da geografia marxista

A inserção dos conceitos de espaço e relações espaciais, de lugar, local e meio, em qualquer das formulações teóricas sociais supostamente poderosas, mas desprovidas de espaço, tem o incômodo hábito de paralisar as proposições centrais dessa teoria (...) sempre que os teóricos sociais interrogam ativamente o sentido das categorias geográficas e espaciais, ou são forçados a tantos ajustes ad hoc que sua teoria se estilhaça na incoerência, ou são forçados a reelaborar proposições muito básicas (Harvey, apud Soja, 1993:82).

Qual o lugar do espaço na análise sociológica? Ou, qual a especificidade do urbano? É a questão subjacente aos embates entre geógrafos, economistas e sociólogos, nos anos 70. Esse embate tornou-se mais confuso (Soja, 1993:85), quando Manuel Castells, o mais influente sociólogo marxista da coalizão, define equivocadamente a “questão urbana”, afirmando que não havia nenhuma problemática especificamente urbana, embora o urbano se constitua como um objeto teórico. Desse modo, Castells se opunha a Lefebvre que afirmara toda luta social como sendo uma luta pela produção social do espaço.

Nos anos 80, a compreensão do espaço na análise sociológica está mais amadurecida e muitos teóricos revêm suas posições, como é o caso de Castells, que agora irá afirmar que “o espaço não é um ‘reflexo da sociedade’”, “ele é a sociedade”. (Castells, apud Soja, 1983: 89).

Para Soja, o estudo da “problemática” urbana deve partir da distinção entre o espaço como um dado contextual e a espacialidade de base social _ o espaço criado da organização e da produção sociais. Assim, afirmará Soja, “o espaço per se pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos da translação, da transformação e da experiência sociais” (Soja, 1983: 101). Deste modo, a espacialidade, para este autor, decorre da organização do espaço como produto social.

A noção de espacialidade, elaborada por Soja, inspira-se no que Lefebvre denominou de a “Segunda Natureza” em distinção à Natureza, como um contexto “ingenuamente dado”, nas palavras de Soja. Segundo Lefebvre

O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parecer ser “puramente” formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido o foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias (Lefebvre, apud Soja, 1993:102).

O Parque Municipal é tanto espaço social quanto espaço situado. Podemos dizer então que a espacialidade do Parque reflete a espacialidade da cidade, ou seja, a espacialidade em que seu espaço circunscreve-se. Em outras palavras, a espacialidade do Parque é um produto da espacialidade da cidade de Belo Horizonte. Desse modo, o Parque é apreendido, enquanto espaço social, numa realidade mais ampla. Na realidade urbana da capital mineira. Assim, o nosso objeto agora é apreendido numa transposição dialética com a cidade. O espaço da cidade é o espaço do urbano -, o que nos leva a compreender o “urbano” como o segundo estágio de nosso trajeto investigativo.

Por “urbano” entendemos o modo de vida próprio e característico das cidades modernas. “Um sistema cultural característico da sociedade industrial capitalista” (Castells, 1983:16) em que as relações contraditórias são assinaladas como traço inerente desse modo de vida, na medida em que a diversidade, em todos os níveis e graus, configura-se como traço identitário, como expressão e realização mesmas de urbanidade. Dito de outro modo, por “urbano” entendemos a “experiência moderna de vida pública” caracterizada pela circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; uso público e espontâneo de lugares públicos; e a diversidade de grupos sociais simultaneamente ocupando os espaços públicos para diferentes usos e apropriações.

(...) há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas (parques, estádios, locais de exposições) (Caldeira, 2000:302/3).

A problemática urbana tem início com o processo de industrialização (Lefebvre, 1968:9) verificado desde a segunda metade do século XIX (Duhau, 2001:41), atraindo gradativamente para as cidades um grande número de pessoas e transformando, com o tempo, o modo de viver da população; de modo que as metrópoles hoje se apresentam como consumação do estilo de vida urbano da modernidade. “La metrópolis como consumación de da vida urbana y de la modernidad, se afirma, en particular desde la segunda mitad del siglo XIX, como forma urbana y realidad social cosmopolita, frente a las formas urbanas del pasado y a la sociedad preindustrial”(Duhau, 2001:41).

Desde o início, esse processo é percebido tanto como expressão do progresso como realidade problemática e para enfrentar os problemas postos pelas metrópoles surgem diversas propostas urbanísticas: a renovação haussmaniana de Paris, a cidade jardim britânica, dentre outros, funcionaram entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX como paradigmas para as metrópoles ocidentais, inclusive as mega cidades latino-americanas. No Brasil, esse período coincide com a República e a construção da nova capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. Daí, resulta todo o ufanismo na idealização dessa cidade, como símbolo de modernidade do país, naquela época.

Este urbanismo da “primeira modernidade metropolitana”, como denomina Duhau, se expressou na realização de grandes projetos urbanos, caracterizados por uma concepção de espaço que visava o controle da multidão e a clara separação entre espaço privado e público. Este último, por sua vez, foi caracterizado como espaço de livre acesso e de uso simultâneos de recreação, circulação e consumo, onde coexistem de modo normalizado, os estranhos e a diversidade de funções. Tudo isto foi possível por meio de institucionalização de regras cívicas e de urbanidade, estabelecendo condutas apropriadas no espaço público, como por meio de dispositivos físicos como áreas amplas e seguras (parques e praças); passeios e avenidas; disposição espacial dos serviços e do comércio. (Duhau, 2001:42).

1.2. Espaço Urbano e Cidade

O espaço urbano é o espaço da cidade. Compreender a cidade é compreender o seu espaço. "A aparência de uma cidade e o modo como seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais". (Harvey, 1992:69). Mas, o espaço urbano nas sociedades modernas é o espaço da complexidade que pode ser traduzida nas múltiplas e diversas espacialidades que a compõe. A cidade, desse modo, se apresenta como uma realidade complexa, como um palco de experiência diversa e contraditória. Ao mesmo tempo de visibilidade clara e de trama intrincada, na percepção lúcida de Danilo Santos (Santos, 1995:8).

Para Manuel Castells, o espaço é significado pelo homem e sua estrutura reflete o tipo de organização social. Na base de uma análise espacial, segundo esse autor, subjaz uma teoria geral da organização social. A sociedade se apresenta para esse autor como um sistema de relações entre partes funcionalmente diferenciadas e que está localizado territorialmente (Castells, 1983:146; 151). E a organização urbana consiste num conjunto de processos que moldam, distribuem e correlacionam o que ele chama de "unidades ecológicas" _ toda expressão espacial que apresenta uma certa especificidade com relação ao seu ambiente imediato (residências, usinas, escritórios, etc.). Explicar como se formam e se correlacionam essas unidades é a tarefa de uma teoria da estrutura urbana. Em suma, para Castells, o espaço social reflete a estrutura de uma determinada sociedade. Significa que não existe teoria do espaço. O espaço é sempre uma conjuntura histórica e uma forma social que recebe seu sentido dos processos sociais que se exprimem através dele (Castells, 1983: 459).

Lewis Mumford parece ter chegado à mesma conclusão de Castells ao reconhecer em sua definição de cidade tanto o aspecto cultural quanto o econômico. Segundo esse autor, "a cidade é o ponto de máxima concentração do vigor e da cultura de uma comunidade; tem a forma e o símbolo de um conjunto integrado de relações sociais: é a sede do templo, do mercado, da corte de justiça, das academias de ensino" (Mumford, 1961 apud Frúgoli, 1995: 11).

Heitor Frúgoli reconhece a economia e a política como as duas dimensões fundamentais da cidade. O espaço urbano para esse autor é o espaço da visibilidade dessas

dimensões, vem a ser os locais públicos centrais da cidade, espécies, segundo o autor, de "corações" da cidade, onde se intensificam seus "pulsares". Em outras palavras, são locais de intensa atividade urbana e de múltiplas significações. "Os espaços centrais das cidades são diversos não só porque concentram atividades e grupos, mas também porque abrangem várias significações, que ao mesmo tempo se entrecruzam, complementam-se, contradizem-se". (Frúgoli, 1995:12).

Para Henri Lefebvre (1999), o urbano é, ao mesmo tempo, processo espacial e temporal. Segundo este autor, no final da Idade Média, o urbano era o espaço da troca, lugar de encontro das coisas e das pessoas. O urbano, desse modo, nas sociedades tradicionais, era uma mediação essencial, causa e razão. Em suma, espaço vivencial desfigurado pela sociedade capitalista de consumo. "Mas o capitalismo, sobretudo o moderno, não apenas atrelou a centralidade urbana ao consumo, como aos poucos desfigurou as centralidades tradicionais" (Frúgoli, 1995:13).

A afirmação de Frúgoli, baseia-se na análise de Lefebvre do processo de passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna capitalista. Nesse processo, a cidade assume um duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar (Lefebvre, 1968:17). Para esse autor, não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção): é todo o espaço (Foracchi, 1994:247). Portanto, para Lefebvre, todo espaço é espaço da reprodução o que ele chamou, segundo Frúgoli, de "simultaneidade simbólica". Essa simultaneidade constitui a centralidade específica da sociedade capitalista e assim é descrita por Frúgoli.

Dá-se o que o filósofo Henri Lefebvre chamou de 'simultaneidade simbólica': segundo ele, cada época histórica constrói uma centralidade específica e, na cidade capitalista moderna, a dimensão lúdica _ ligada ao imprevisto, ao jogo das relações sociais, aos encontros, ao 'teatro espontâneo' _ muitas vezes se entrelaça à dimensão do consumo, que é o tipo peculiar e específico de centralidade criado pela cidade capitalista (Frúgoli, 1995:12).

Para Lefebvre, está explícito que a cidade muda quando muda a sociedade em seu conjunto. Desse modo, afirmará ele, a cidade como projeção da sociedade sobre um local (Lefebvre, 1968:56). Isto quer dizer que a cidade reflete a estrutura social. Desse modo, Castells e Lefebvre estão de acordo, nas obras até aqui analisadas. Entretanto, Castells entende que a sociedade capitalista moderna alcançou uma nova fase. Não mais da sociedade

de classes e sim da sociedade de redes. É preciso pois compreender o espaço urbano como espaço de fluxos em substituição ao espaço de lugares.

Segundo Castells, a sociedade está constituída em torno de fluxos: fluxos de capital, de informação, de tecnologia, de imagem, sons, símbolos, de interação organizacional. Fluxos, segundo ele, são seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade (Castells, 1999: 436). O conteúdo desse espaço de fluxos são a infra-estrutura tecnológica; nós e centros de comunicação e organização espacial das elites gerenciais dominantes (e não das classes).

O espaço de fluxo não é desprovido de lugar, embora sua estrutura lógica o seja; não é a única lógica espacial de nossas sociedades, mas, é a lógica dominante. Pois espaço de fluxo é a lógica das elites dominantes. Essa lógica se manifesta na auto segregação e criação de um estilo de vida e projeção de formas espaciais para unificar o seu ambiente simbólico, substituindo a especificidade histórica de cada local (Castells, 1999:441).

Acreditamos que Castells tem o mérito de nos mostrar que o espaço urbano das sociedades modernas é tão mais complexo do que supunha uma perspectiva puramente classista de estrutura social. Ele nos mostrou que o estudo do espaço complexo das sociedades urbanas modernas, vem a ser o estudo das espacialidades dialeticamente superpostas que constituem esse espaço. Nesse sentido, o espaço da sociedade moderna é tanto um espaço de lugar quanto um "não-lugar" (Marc Auge, 1994); tanto o lugar da vivência quanto do estranhamento; tanto da sociabilidade quanto da marginalização.

Para Caldeira, a experiência moderna de vida pública urbana, desde a reforma de Paris pelo barão de Haussman na segunda metade do século XIX, é marcada tanto pela figura do flâneur quanto do consumidor. Segundo essa autora, eles se tornaram "símbolos do uso moderno do espaço público urbano". Em outras palavras, as pessoas são atraídas para os espaços públicos motivadas tanto pelo anonimato quanto pela possibilidade de consumo. (Caldeira, 2000:303).

No centro dessa concepção de vida pública há, segundo Caldeira, duas noções relacionadas: a da cidade como espaço de livre circulação e a de consumo acessível a todos. Mas, esse nunca foi inteiramente o caso, argumenta Caldeira. Para esta autora, as cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades e segregações espaciais e seus espaços apropriados por maneiras diversas por diferentes grupos sociais e, mesmo a reforma de Paris de Haussman, não logrou suprimir essa segregação, mas antes mesmo transformou o modo

dessa segregação e organização das diferentes classes sociais como notara, segundo ela, Harvey. (Caldeira, 2000:303). O fato, todavia, é que a despeito das persistentes desigualdades e injustiças sociais, enfatizadas na literatura sobre as cidades modernas, as cidades ocidentais inspiradas no modelo haussmaniano sempre mantiveram sinais de abertura em relação à circulação e ao consumo, sinais estes que segundo Caldeira "sustentaram o valor positivo ligado ao espaço público aberto e acessível a todos" (Caldeira, 2000:303).

Nesse trabalho, iremos adotar a perspectiva desse "valor positivo" atribuído ao espaço público moderno de que nos fala Caldeira. Para o nosso entendimento, a cidade, enquanto tipo ideal (Max Weber), apresenta-se como um campo aberto de "possibilidades" (Magnani, 1984:15); "um lugar onde os pobres podem subsistir" (Milton Santos); ou um lugar onde "as fronteiras são abertas e indetermináveis" (Young, 1990:239 apud Caldeira, 2000: 303)

2. A espacialidade do Parque Municipal.

O Parque Municipal é um dos espaços públicos da cidade de Belo Horizonte de maior apropriação e uso como demonstramos no capítulo anterior. Um lugar de uso plural e diversificado. Plural quanto a faixa etária dos frequentadores _ o Parque é frequentado por todas as faixas de idade; plural também quanto à escolaridade e posição social, conforme demonstraremos mais abaixo. Diverso, porque tem usos e apropriações distintas em diferentes dias e horários. É um local de passagem, mas é também um local de parada e de descanso; é um local de lazer das crianças, mas é também um local de encontro de namorados; é um local de trabalho, mas é também um local de apoio para os desocupados, mendigos e assaltantes; é um local onde os pais levam suas crianças nos finais de semana, mas é também um local frequentado por prostitutas e michês (garotos de programa). Ao considerar todas essas variáveis, o nosso objeto se complexifica. Como captar o óbvio em meio à complexidade que se nos apresenta o nosso objeto?

Por "óbvio" não estamos entendendo alguma realidade positiva e evidente que "está lá" para ser apreendida pelo pesquisador em sua investigação; estamos entendendo como aquilo que a percepção do sujeito da pesquisa apreende imediatamente no momento investigativo, mas já decodificado pelo entendimento, hipóteses e objetivos que orientam seu ato investigativo. O "óbvio", desse modo, constitui um dos fios através do qual, inicialmente, o pesquisador tentará desvelar toda a teia, ou seja, é um "caminho experimentado" que poderá

levar a um desfecho dos nós, ou de parte deles, que explicam determinada realidade. Em outros termos, é um mergulhar na realidade, a exemplo do que fez Malinowski em sua pesquisa antropológica entre os nativos do sul da Nova Guiné em 1922 que marcaram, segundo Magnani, todo o fazer antropológico moderno. (Magnani, 1984: 9/10)

No transcorrer de nossas observações notamos um certo "padrão de uso" ou de apropriação do Parque que nos parece ser o modo de apropriação de todo e qualquer espaço público, independentemente das pessoas que o freqüenta. As pessoas que freqüentam espaços públicos ou estão sozinhas ou estão acompanhadas. Essa constatação, embora óbvia e justamente por ser óbvia, foi considerada metodologicamente em nossas observações como um padrão de uso e apropriação de espaço público. Desde então, passamos a observar, no Parque, qual o comportamento dessas pessoas na situação em que se encontravam, ou seja, como se comportavam as pessoas que estavam sozinhas e como se comportavam as que estavam acompanhadas.

As pessoas que estavam sozinhas, durante as nossas observações, se encontravam em uma das seguintes situações: deitadas no banco; deitadas na grama, como se estivessem descansando ou dormindo; deitadas no banco ou na grama tendo uma mochila ou bolsa apoiando a cabeça; sentadas no banco lendo, pensativas ou observando o movimento das pessoas passando; em pé, observando outras pessoas exercendo algum tipo de atividade (jogo, por exemplo), observando a paisagem do Parque; caminhando com passos firmes e decididos como se estivessem caminhando em direção a um objetivo. Provavelmente essas pessoas estavam apenas atravessando o Parque a considerar a direção que tomavam: da Avenida Afonso Pena para a Alameda Ezequiel Dias ou vice versa. Esse trajeto, conforme pesquisa realizada pela Prefeitura da cidade, é muito utilizado como travessia (já exploramos isso no capítulo anterior); caminhando como se estivessem passeando, uma ou outra acompanhada de um animal doméstico (cachorro); correndo e fazendo exercícios físicos. Estamos apenas considerando aqui os usuários do Parque que não exercem nele, ao menos aparentemente, nenhuma atividade compulsória, tais como os estudantes do Colégio Imaco e os licenciados ambulantes e operadores dos brinquedos eletrônicos do Parque.

As pessoas que estavam em grupo, no momento de nossas observações, encontravam-se jogando cartas ou jogando tênis e sendo observadas por outras; casais de namorados a julgar pelas trocas de carícias no momento da observação; casais conversando sentados na grama, outros sentados nos bancos; algumas crianças brincando acompanhadas de pais ou responsáveis; crianças, sem acompanhamento de adulto, em grupo de dois ou mais;

funcionários do Parque uniformizados (guardas, pessoal de limpeza); vários estudantes em grupo de dois ou mais.

Durante a semana, os freqüentadores do Parque se encontravam em uma dessas situações acima. A simples descrição dos usuários do Parque já nos remete a uma multiplicidade de usos e a intuição de um universo de significados que podem estar sendo atribuídos por eles no momento investigativo. O nosso objeto vai se complexificando cada vez mais.

No final de semana, o que muda é a incidência maior de grupos familiares, observados pelo aumento do número de crianças acompanhadas de pessoas adultas, provavelmente seus genitores ou parentes. Observa-se também nos finais de semana, a partir de sábado, a presença de grupos de religiosos a observar pela indumentária, como camisetas com dizeres bíblicos e pelas atividades exercidas por eles: confraternização, oração, brincadeiras interativas e outras atividades semelhantes. Observa-se também nos finais de semana, um uso intenso dos gramados pelas famílias e casais de namorados para fazer piquenique.

Observamos que o público que freqüenta o Parque durante a semana vai mudando no decorrer do dia e difere completamente do público que o freqüenta nos finais de semana. Essa observação foi confirmada também por um concessionário que, há 49 anos, exerce o ofício de fotógrafo ("lambe-lambe") no Parque. Segundo esse nosso entrevistado, as primeiras horas da manhã, assim que o Parque abre, até por volta das dez horas, o espaço é ocupado pelos moradores da vizinhança ou do centro da cidade para fazer caminhada. São quase sempre os mesmos, segundo ele.

Essa observação também é confirmada pelo encarregado da vigilância e há 11 anos trabalhando no Parque.

Na parte da manhã é o mesmo padrão. Todo dia você vê as mesmas pessoas. Atravessando o Parque, fazendo caminhada. Todo dia você vê as mesmas pessoas. Agora, vai mudando de horário vai mudando de gente. Uns vão embora, outros vêm.
(Guarda do Parque)

Esse público das primeiras horas da manhã é composto, em sua maioria, por pessoas na faixa da terceira idade e freqüenta o Parque assiduamente e há muito tempo como veremos no terceiro capítulo. Alguns dos entrevistados desse grupo, por exemplo, freqüentam o Parque há mais de vinte anos. As pessoas desse grupo parecem sentirem-se responsáveis por esse espaço. Segundo a direção do Parque, eles agem como se fossem "gestores" ou co-gestores do

Parque. Pelo fato de freqüentarem há muito tempo, e conhecerem bem esse espaço, qualquer alteração feita no Parque, como por exemplo, a retirada de uma árvore, a pintura de um brinquedo, um bebedouro sem água e coisas similares, é percebida por esse grupo, que imediatamente se dirige à administração para reclamar ou emitir a sua opinião. Eles participam ativamente da vida do Parque como se fossem uma espécie de "fiscal" voluntário do Parque como nos relatou a administração do Parque.

Mas o grupo do Parque ele é assim. Temos aquelas pessoas que acham que são "donas" do Parque. Por exemplo, pessoas com mais de oitenta, oitenta e cinco anos e que andam aí e são pessoas muito fortes e que já andam no Parque há quarenta e cinco anos, então eles pensam que o Parque é o quintal da casa deles porque eles moram aqui em apartamentos... e aí, eles chegam aqui, eles... notam se tirou uma árvore, porque que tirou, que horas que vai colocar. Pintou um brinquedo! porque que mudou a cor dos brinquedos...sabe, então eles participam da vida do Parque ativamente. São essas pessoas que contribuem mesmo quando vêem alguém fazendo alguma coisa que não pode.. chama atenção.....(Gerência do Parque)

Depois das dez horas até a hora do almoço, o público do Parque é muito diversificado. Nesse período, é grande o número de pessoas que utilizam o Parque como atalho para as avenidas e ruas que o circundam. Entre o horário de almoço até por volta das 14:00hs, o Parque fica mais vazio. Percebe-se nesse horário a presença de funcionários, a julgar pelas suas vestes brancas, que trabalham nos hospitais próximos ao Parque, descansando ou passeando no Parque. A partir das 15:00hs até o horário de fechamento do Parque às 18:00 horas, o público volta novamente a se diversificar. Aumenta novamente o número de transeuntes no Parque.

No sábado e domingo, o Parque, no início da manhã, recebe o seu público costumeiro de caminhada acrescidos de outros que, talvez por falta de tempo, só praticam esse exercício nos finais de semana. O Parque é menos cheio no sábado de manhã. À tarde, como também pela manhã, observa-se a presença de crianças acompanhadas de adultos, o que se observa com certa raridade durante a semana. A área visivelmente mais utilizada no sábado é a área dos brinquedos. Não se observa com tanta intensidade no sábado pessoas utilizando o Parque como atalho para as avenidas ao seu redor. A presença de "turistas" ou de pessoas que parecem estar vindo ao Parque pela primeira vez, considerando sua indumentária, equipamentos que trazem consigo, como por exemplo, máquina fotográfica, e, sobretudo o comportamento ante a paisagem, típico dos turistas que querem a um só tempo ver tudo numa ânsia consumista do lugar.

Assim como no sábado, acontece o mesmo no domingo, porém de modo mais acentuado e diversificado. Aumenta consideravelmente o número de famílias, casais de namorados, e de diversos grupos: religiosos em confraternização, capoeiristas, tocadores e outros menos caracterizados como o de empregadas domésticas que, segundo informações dos ambulantes, se concentram à tarde de domingo numa determinada área do Parque (próximo à avenida dos Andradas) para a paquera e lazer. Toda a área do Parque é praticamente ocupada. O fluxo de pessoas em todas as direções é muito grande. A diversidade é plausível na indumentária, no comportamento, na utilização dos equipamentos; do mesmo modo, é visível também na ocupação do espaço do Parque com as mais variadas finalidades: namoro, lazer das crianças, encontro familiar, paquera, descanso, esporte, turismo, exibição de arte como capoeira, passa tempo etc.

A nossa observação coincide com o relato da gerência do Parque sobre os usuários desse espaço.

Durante a semana.. tem o pessoal da caminhada. O pessoal que vai para os hospitais. Usa o Parque mais para travessia. À tarde é mais tranquilo, o pessoal fica lendo jornal, um livrinho... Então, durante a semana é muito tranquilo. ..quando chega no sábado, ele começa a ter um público mais heterogêneo, casais de namorados, o pessoal que trabalha aqui no centro vem passear por aqui. Agora no domingo é um público pesado. De manhã é um número excessivo de pessoas que vem para os brinquedos eletrônicos. E na parte da tarde, nós somos o resto da Feira⁶. Acabou a Feira, o pessoal entra todo aqui no Parque. Continua a Feira aqui. O público vem todo para cá. Aqui vira a grande praça de alimentação. (Gerência do Parque).

Observamos que algumas áreas do Parque são apropriadas por alguns grupos específicos, fazendo dessas áreas seus "territórios", ou seja, um local de encontro e de afinidades de seus membros. Essa observação foi confirmada durante as entrevistas. Todavia, observamos que essa "territorialidade" ou esse espaço demarcado espacialmente pelo uso majoritário dos membros desses grupos não é exclusivista, mas tolera a presença do outro "diferente" sem causar conflito. É o caso de duas áreas do Parque: a Praça dos Fundadores, próximo a administração também conhecida como "matinha" e a "área da jaqueira", próxima a avenida dos Andradas. Nessas áreas, segundo o relato de funcionários do Parque e de um

⁶ Trata-se da Feira de artesanato da Avenida Afonso Pena no local em que esta faz limite com o Parque Municipal e que acontece, já há alguns anos, aos domingos e atrai gente de todas as partes do Brasil. A Feira também se apresenta para os belo-horizontinos como uma opção de lazer no final de semana, tanto pela variedade dos produtos que ela oferece, quanto pelas inúmeras barracas de comidas e bebidas, tornando-se, desse modo, um espaço atrativo para ocupar o tempo livre do domingo. Muitas pessoas vão à Feira de artesanato e acabam indo ao Parque Municipal, quer seja para descansar, usar suas instalações sanitárias, como ponto de encontro ou mesmo para dar continuidade ao seu lazer quando se encerra a Feira, às 15:00 horas. O Parque fecha às 18:00 horas.

membro de um determinado grupo que ocupa esse espaço, são áreas em que ficam os homossexuais, garotos de programa (michês), prostitutas e ladrões. Entretanto, observamos essas mesmas áreas sendo ocupadas por casais de namorados, ou mesmo pessoas que pareciam não fazer parte desse “metier”, ocupando essas áreas em diferentes horários e dias da semana. E isso, parece não causar nenhum conflito aos usuários. Talvez seja por isso o Parque, na opinião de um entrevistado, "um lugar de civilidade".

Pretendemos aqui fazermos uma descrição do modo como o Parque é apropriado por seus usuários a partir de nossas observações. Continuaremos a nossa tarefa de desvelar a obviedade em meio à complexidade que se nos apresenta, tentando classificar de certo modo os diversos tipos de usuários desse espaço. Gostaríamos ainda de salientar que durante nossas observações, o Parque sempre estava ocupado, embora mais em algumas áreas e menos em outras.

3. O Parque e suas apropriações.

De nossas observações, concluímos três tipos de apropriações do Parque: uma apropriação do enquanto espaço útil, propício e conveniente para determinada atividade; outra, enquanto espaço de estudo e trabalho; e, finalmente outra, enquanto espaço propriamente de lazer. Todas essas apropriações, por sua vez, estão diretamente relacionadas a determinados tipos de usuários.

No primeiro tipo de apropriação, classificamos os “usuários casuais”. Trata-se daquelas pessoas que utilizam o Parque casualmente ou oportunamente no período intermédio de uma atividade ou ação prioritária, ou seja, quando a utilização desse espaço não se constitui como fim, objetivo principal da ação do usuário no momento de observação do pesquisador _ momento investigativo, mas apenas um estágio intermédio da ação principal do usuário, a ação que se impõe decisivamente para ele. A utilização do Parque como travessia, a espera no Parque do horário de consulta médica⁷ ou do horário de visita a um parente hospitalizado e o descanso no Parque durante o intervalo do almoço são exemplos do que nós aqui estamos chamando de atividade intermédia. Compreende aqui também, àquelas pessoas

⁷ O Parque, como vimos no capítulo anterior, está próximo a região hospitalar da cidade. A rede hospitalar da Capital atende muita gente encaminhada pelas Prefeituras do interior. Os familiares desses pacientes, quando vêm visitá-los, dependem dos horários dos ônibus, por isso, muitas vezes, têm que chegar muito cedo. O Parque, devido a sua proximidade, se apresenta como um lugar de "acolhimento" para essas pessoas.

que, estando de passagem pela Capital, (os turistas⁸), vão ao Parque para conhecê-lo; e àqueles que só vão ao Parque para uma finalidade bem específica: assistir um concerto, uma peça teatral, uma exposição, uma reunião ou algo parecido.

O que caracteriza os usuários desse tipo como “usuários casuais” são o fato deles estarem no Parque, não motivados diretamente pelo o que o Parque oferece de próprio, característico e específico, ou seja, o seu conjunto paisagístico, o seu verde _ por assim dizer_ mas porque esse espaço lhes convém naquele momento, tal como um “apêndice”, para a realização de uma outra atividade mais importante e motivadora. Em outras palavras, o Parque está sendo apenas indiretamente apropriado pelo usuário no momento investigativo _ no momento de observação do pesquisador. Desse modo, a possibilidade de o usuário optar em ir ou não ao Parque, é condicionada por uma opção anterior, a de visitar o parente ou a de consultar o médico, que determina a sua presença no lugar. Acaso, esse lugar é próximo ao Parque, assim à apropriação desse espaço por esse usuário torna-se uma “casualidade”. A questão aqui é a deliberação livre por parte desses usuários em apropriarem esse espaço, porquanto suas deliberações se apresentam ao pesquisador no momento da observação como uma deliberação condicionada por dois fatores: um “tempo livre de espera” e um lugar próximo em que se pode ocupar esse tempo. Assim, o Parque se apresenta para esses usuários não inicialmente como um lugar prazeroso e agradável e sim como um “lugar propício”, um “lugar conveniente” e só depois, se for o caso, prazeroso e agradável.

A nossa classificação tipológica dos usuários do Parque Municipal tem um objetivo metodológico, a saber, o de nos permitir classificar em grupos distintos os diversos usuários do Parque e proporcionar uma delimitação de nosso campo de investigação. Todavia, alguns usuários podem ser classificados em mais de uma tipologia em momentos distintos. O mesmo usuário que casualmente se encontra no Parque enquanto aguarda o horário de visita ao médico, por exemplo, pode ser um frequentador assíduo desse espaço durante a semana. Em nossa classificação, não consideraremos esse aspecto, mas tão somente, os motivos deliberados pelo usuário, no momento da observação ou da entrevista, determinantes de sua apropriação desse espaço. Sendo assim, no segundo tipo que classificamos como "usuários fixos", poderíamos incluir também as pessoas que fazem caminhada regularmente no Parque todos os dias pela manhã, no entanto, essas pessoas foram por nós classificadas como

⁸ Próximo ao Parque, na avenida Afonso Pena esquina com rua da Bahia, está localizado o Othon Palace Hotel e também o Palácio das Artes que frequentemente tem exposições. Muitos dos hóspedes desse hotel vão ao Parque fazer caminhada pela manhã, segundo nos relatou um entrevistado nosso, concessionário do Parque.

usuários efetivos. O critério por nós adotado de classificação é o de motivação espontânea ao invés de compulsória, conforme explicaremos abaixo.

Classificamos como "usuários fixos", os estudantes do colégio Imaco, os funcionários do Parque, do colégio e do teatro Francisco Nunes e, finalmente, os ambulantes e concessionários do Parque (figura 8). A presença dessas pessoas no Parque se caracteriza pela obrigatoriedade. Eles estão no Parque, ou seja, encontramos essas pessoas no Parque porque esse é o seu local de trabalho. Por usuários fixos, portanto, queremos caracterizar àquelas pessoas que ocupam regularmente o Parque não tanto por lazer, mas para o exercício de alguma atividade obrigatória.

Na verdade, a presença desse segundo tipo de usuário no Parque, decorre sobretudo do fato de que o Parque Municipal está sob a administração da Secretaria do Meio Ambiente, mas o seu espaço físico abriga outros equipamentos públicos ligados a outras Secretarias: a Secretaria de Cultura do Estado que administra o Palácio das Artes⁹, (figura 9) a Secretaria de Cultura do Município que administra o Teatro Francisco Nunes e, finalmente, a Secretaria de Educação que administra o colégio Imaco. Dessas Secretarias, a de Educação parece exigir mais da administração do Parque.

(...) quando os alunos saem do Imaco, eles não estão mais sobre a responsabilidade da Secretaria de Educação, ele é de responsabilidade do Parque. Então eles deprezam o Parque, eles picham o Parque, colocam fogo nas bombonas.... nos containers de colocar lixo. Eles aprontam. E eles são alunos do Imaco, quer dizer, eles têm que estar aqui, porque são alunos do Imaco. Não são usuários comuns, porque não são tratados como usuários comuns, inclusive na segunda feira que é fechado só eles entram, ... usuário não pode entrar, mas o aluno do Imaco entra e aí acontece esse tipo de coisa. A gente tem de estar administrando isso. O público da Secretaria de Cultura é um público mais elitizado. É um público que só vem à noite... o que a gente tem alguma restrição são os carros que vem para poder estar montando e desmontando os espetáculos que acontecem no Teatro Francisco Nunes. Mas, no normal a Secretaria de Cultura até nos ajuda. Porque são muito conscienciosos (Gerência do Parque).

⁹ O grande Teatro do Palácio das Artes, embora esteja na área do Parque, tem acesso totalmente independente. O mesmo não acontece com o Teatro Francisco Nunes. Seu funcionamento está condicionado à entrada de seus frequentadores no Parque, demandando para isso a abertura de um dos portões de acesso ao Parque à noite, quando ele está fechado para o público, exigindo atenção redobrada da vigilância.

Por fim, o terceiro tipo, classificamos como "usuários efetivos". Seriam aqueles que utilizam o Parque e tem nessa utilização seu único objetivo. Em outras palavras, aquelas pessoas que demandaram uma decisão deliberada de ir ao Parque com o propósito de usufruir de seu espaço e de seus equipamentos, ou seja, com a motivação primeira de utilização e usufruto dessa área e não como etapa intermediária para outra ação tida como principal. Nesse tipo de apropriação podemos citar os pais que levam suas crianças ao Parque para se divertirem nos brinquedos eletrônicos e no *play-ground*. As famílias que fazem piquenique e os casais de namorados que se utilizam do gramado do Parque, sobretudo nos finais de semana. As jovens e os jovens trabalhadores que nas tardes de domingo ocupam uma determinada área do Parque para a paquera e lazer. Os aposentados que fazem dos bancos da praça um local de encontro de amigos ou de apreciação da natureza. Os amantes da atividade física que elegem esse espaço como um local privilegiado e propício para a prática de seus esportes preferidos (tênis, futebol) e caminhada. Os moradores de rua (albergados), ou os "trecheiros" como eles se autodenominaram, que encontram no Parque, durante o dia, um lugar para o descanso, lazer e convívio.

Quadro 1 – Tipos de usuários e apropriações do Parque Municipal

Apropriações do Parque Municipal			
	Espaço útil e propício	Espaço de trabalho	Espaço de lazer
Descrição dos usuários	<ul style="list-style-type: none"> _ Transeuntes. _ Turistas _ Público de eventos _ Pais de alunos _ Pessoas de passagem pela cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> _ Estudantes _ Funcionários do Parque _ Concessionários e ambulantes. _ Fotógrafos lambe-lambe. _ Funcionários do colégio Imaco, do Teatro Francisco Nunes 	<ul style="list-style-type: none"> _ Pessoas que fazem caminhada regularmente no Parque _ Famílias _ Casais de namorados _ Jovens trabalhadores _ Prostitutas _ Garotos de programa _ Praticantes de furto _ Moradores de rua
	Usuários casuais	Usuários fixos	Usuários efetivos

Conforme o critério de classificação dos usuários que adotamos, incluímos nesse grupo também os praticantes de furtos do centro da cidade que encontram no Parque um lugar

de refúgio e as prostitutas e michês que se apropriam de determinadas áreas do Parque para o exercício dissimulado de suas atividades. Para essas pessoas, o Parque se apresenta como um lugar propício às suas atividades por isso mesmo a presença deles nesse espaço não é uma presença "casual" e sim deliberada. Daí, nós os classificamos como efetivos. Do mesmo modo, eles não são "usuários fixos" porque podem escolher quando assim o desejarem outros locais para as suas atividades o que não ocorre com as pessoas por nós classificadas como usuários fixos.

O objetivo de nossa investigação é verificar o significado do Parque para a cidade. Dito de outro modo, nosso objetivo é responder à questão de como as pessoas que utilizam o Parque o significam. O pressuposto de nossa investigação consiste no fato desse espaço público, Parque Municipal de Belo Horizonte, ser contemporâneo à fundação da cidade e ter sido por muito tempo um lugar de referência para o lazer e encontro das classes mais favorecidas da cidade, tendo passado por várias transformações e, finalmente, por ser um dos espaços públicos da cidade de maior uso e apropriação.

O Parque Municipal de Belo Horizonte, desse modo, fez e faz parte da história e do cotidiano dos moradores da cidade. Acreditamos que o Parque certamente ainda é um lugar significativo para os belo-horizontinos e tem para eles uma alta representação simbólica. Por isso nos propomos a investigar nesse trabalho qual seria essa representatividade simbólica e em que ela consiste.

Para alcançar este nosso propósito, concentramos nossos esforços em captar a percepção desse espaço pelos usuários acima classificados como usuários efetivos. São esses usuários que efetivamente se apropriam do Parque e fazem desse lugar um espaço altamente significado. Serão esses usuários os focos de nossa investigação. Serão eles que nos ajudarão a alcançar o objetivo a que nos propusemos alcançar. Centralizamos a nossa atenção em três grupos de usuários efetivos: o grupo família; o grupo da caminhada das seis horas da manhã; e o grupo dos moradores de rua (os albergados ou trecheiros).

Uma vez definido o nosso público alvo a partir de nossas observações, nos lançamos num processo investigativo exploratório a fim de captarmos as questões que deveriam ser respondidas no desvelamento da significação do Parque por seus usuários.

Consideramos usuários, àquelas pessoas que no momento da abordagem estavam utilizando os equipamentos oferecidos pelo Parque (bancos, pista de *Cooper*, gramados, brinquedos etc.) ou usufruindo o espaço do Parque enquanto contemplação paisagística, local de descanso, de relaxamento, de namoro ou de ocupação do tempo livre.

Em nossa pesquisa, não iremos entrevistar as pessoas que compõem o grupo dos usuários casuais por compreendermos que eles não serão necessários ao nosso objetivo: o de estabelecer o significado atribuído ao Parque por seus usuários, uma vez que o uso desse espaço por eles não decorre de um ato deliberadamente livre e sim condicionado como demonstramos acima e, portanto não significado no nosso entendimento. Nossa atenção será voltada para os usuários que aqui classificamos como "efetivos", todavia, alguns "usuários fixos", consideramos importantes para nossa análise e será acrescentado ao número dos entrevistados nessa primeira fase de nosso trabalho, a saber, os funcionários do Parque e os fotógrafos "lambe-lambe".

Foram entrevistados vinte usuários, em diferentes momentos, durante a nossa observação de aproximadamente seis meses, nesse espaço. Além dos usuários, entrevistamos também quatro funcionários do Parque e um trabalhador autônomo. A escolha dessas pessoas foi motivada pelo tempo de exercício de suas funções no Parque e pela importância que suas ocupações representa para a nossa pesquisa. Pressupomos que, considerados esses critérios, essas pessoas poderiam contribuir, nos proporcionando uma percepção mais próxima da realidade a que estávamos investigando. Na página seguinte, apresentamos um quadro com o perfil resumido dos entrevistados.

Nessa pesquisa exploratória, procuramos captar a relação dos usuários entrevistados para com o Parque, no intuito de perceber a significação dada por eles a esse espaço. Para isso, fizemos um roteiro de entrevista com quinze questões de modo que pudéssemos através delas captar a representação, apropriação e percepção dos usuários do Parque.

4. O Parque Municipal na representação dos entrevistados

4.1. Um local seguro, acessível e barato.

Iniciamos as nossas entrevistas com uma pergunta aberta. Perguntamos aos usuários o que eles achavam do Parque. Queríamos verificar nessa pergunta a percepção ou o modo como eles enxergavam o espaço utilizado e sua relação com o lugar. Os adjetivos utilizados nas respostas dos entrevistados nos dão uma idéia de como eles representam esse espaço. Num universo de vinte respostas, o adjetivo "bom" foi mencionado 12 vezes; "ótimo", "sossegado", "liberdade", "descuidado", "sem policiamento" e "ambiente familiar, 1 vez; "seguro", 2 vezes; "não tem perigo", "barato", 3 vezes; "tranquilo", "sair com a família", 4 vezes; "lazer", "bom para criança", 6 vezes; e, finalmente, "natureza", 7 vezes.

A maioria dos entrevistados classificou o Parque como um lugar "bom" quando perguntamos a sua opinião sobre o espaço que ele estava freqüentando. Mas o que esse "bom" quer dizer na opinião dos pesquisados? Pelas respostas podemos afirmar que o Parque apresenta-se como um lugar "bom" porque é, acessível, tranquilo e seguro, proporcionando aos usuários um lazer que atenda as suas possibilidades e expectativas.

O parque é acessível porque é central e barato: "é um lugar mais barato", "é um lazer para as pessoas que não têm muita opção sem gastar muito dinheiro...." "fácil de vir...". Acessível também porque contempla as necessidades de lazer e entretenimento desse público: "bom para descansar", "lugar bom para sair com a família", "bom para as crianças... bom de brincar", "ambiente familiar", "...tem espaço para as crianças", "Tem muito verde".

O aspecto da tranquilidade pode ser atribuído tanto a segurança referida acima, quanto ao espaço natural proporcionado pelo Parque a uma população urbana de uma cidade de pouco verde. Apesar da existência de algumas praças arborizadas no centro da cidade, o Parque destaca-se pelo volume e pela extensão de seu verde. Nesse sentido, ele se apresenta como um "oásis" em meio a "selva de pedra" que configura todas as metrópoles e a Capital mineira em particular.

Quadro II – Perfil dos usuários (pesquisa exploratória)

PERFIL SÓCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS				
	IDADE	PROFISSÃO	INSTRUÇÃO	BAIRRO
1	65	Médico/Aposentado	Pós-Graduado	Centro
2	29	Cozinheiro	Primeiro Grau	Mário Campos *
3	32	Aux. de Topografia	Segundo Grau	São Salvador
4	19	Estudante	Segundo Grau	Cor. Eucarístico
5	18	Estudante	Segundo Grau	Sagrada Família
6	40	Costureira	Segundo Grau	Venda Nova
7	40	Motorista	Primeiro Grau	Rib. Das Neves*
8	30	Soldador	Primeiro Grau	São Francisco
9	31	Rep. Comercial	Superior	Palmares
10	40	Do Lar	Superior	Ipiranga
11	51	Comerciante	Segundo Grau	Anchieta
12	21	Estudante	Segundo Grau	Havaí
13	25	Ajudante Motorista	Segundo Grau	Ibirité*
14	20	Metalúrgico	Segundo Grau	Ibirité*
15	45	Pedreiro	Primeiro Grau	São Lucas
16	32	Pedreiro	Primeiro Grau	Maria Gorete
17	40	Comerciante	Segundo Grau	Santa Efigênia
18	49	Digitador	Segundo Grau	Jardim América
19	64	Comerciário	Primeiro Grau	Centro
20	69	Téc. de Montagem	Segundo Grau	Centro

É impossível não sair da Afonso Pena ou outra avenida que limita o Parque e, nele entrando, não experimentar a sensação de uma transposição de lugar _ a substituição quase que repentina da paisagem, da sonoridade e do movimento. Talvez seja por isso que a maioria dos entrevistados se aproprie desse espaço e o signifique como um lugar "bom" e propício para o relaxamento, descanso e lazer.

Ele dá uma descarregada da área urbana. Um lugar para relaxar, descansar a cabeça (estudante, 20 anos, Coração Eucarístico)

Eu acho que isso aqui é o pulmão de Belo Horizonte. Um lugar de descanso. A gente está lá naquela confusão no centro, na avenida. A gente entra aqui é uma tranquilidade, a gente esquece aquele barulho, aquela confusão. A gente se refaz. (Casal: Doméstica, 66 anos e Contador, 68 anos).

O Parque é percebido como um local seguro tanto pelos jovens quanto pelas pessoas mais velhas; tanto por pessoas de grau de instrução superior quanto por pessoas menos escolarizadas; tanto pelos moradores do centro quanto pelos moradores dos bairros da cidade.

"Aqui é um espaço para todo mundo. Ninguém mexe. Você se sente à vontade". (65 anos, médico aposentado, pós graduado, Centro)

"É um lugar tranquilo, seguro. Tem liberdade. Não precisa esconder a bolsa" (18 anos, estudante, segundo grau, Sagrada Família)

"Bom para as crianças, não tem muito perigo,...apesar de ter muito maconheiro. É um lugar mais barato. Bom de brincar". (40 anos, costureira, segundo grau, Venda Nova)

Os entrevistados parecem se sentir de algum modo seguros embora deixem transparecer em suas falas que não há ausência de perigo. "não tem muito perigo....apesar de ter muito maconheiro"; "um espaço para todo mundo. Ninguém mexe". Talvez esse, "se sentir seguro" _ decorra do fato de não ter vivenciado nenhuma situação de perigo no Parque, quer seja consigo mesmo, quer seja com outrem. De acordo com a gerência de manutenção e vigilância do Parque, são raras as ocorrências policiais. Em todo o ano de 2002, registrou-se um único caso de furto no Parque.

É um dado curiosíssimo porque, pela estatística da polícia militar, na avenida Afonso Pena e a Andradas a cada meia hora acontecia um furto. Inclusive nas imediações do Parque. Aqui dentro nós tivemos um único furto no ano inteiro de 2002. Isso para nós é até curioso. Porque o Parque tem sete portarias. Então o que é

que acontece? Você é roubado na portaria da Afonso Pena ou na própria Afonso Pena e o ladrão corre aqui pra dentro. Ele tem essa facilidade porque ele já conhece o Parque. E ele sai pela portaria da rua da Bahia. Dificultando até a polícia para poder pegá-lo. Mas dentro do Parque mesmo você pode vir com a filmadora, com a máquina fotográfica, com celular. Isso não ocorre aqui dentro.(Gerência de manutenção e vigilância do Parque).

Um funcionário da vigilância do Parque, 50 anos de idade e há onze trabalhando no Parque, tem uma visão mais moderada e expressa a realidade de forma mais realista, a começar pelo público usuário do Parque

Aqui tem vários tipos de pessoas que freqüentam o Parque. Tem gente honesta, gente boa. Tem gente que vem aqui só para fazer coisa que não deve fazer. Tem vários tipos de gente. Muito maloqueiro. Tá tendo muito maloqueiro aqui. Demais da conta. Cachaceiro aqui, os monte. Droga, tá rolando também...(Vigilante do Parque)

Para esse funcionário o Parque se apresenta como um lugar que deve ser usado com cautela e desconfiança, pois ele é freqüentado por "vários tipos de gente". Talvez, por isto, o número de guardas por turno, onze guardas, lhe pareça insuficiente para atender a demanda do lugar.

A gente faz o que pode fazer. Mas você sabe que hoje em dia, nem polícia consegue dar segurança para ninguém. Então nós somos muito poucos aqui. (...). Eu acho que a gente é onze segurança aqui. Para esse Parque desse tamanho. Teria que ser no mínimo uns quinze. Então, eu acho muito pouco. E a gente faz alguma coisa que tem que ser feita, mas não tudo.(Vigilante do Parque, 50 anos)

Perguntamos diretamente sobre a ocorrência de furtos ou assaltos no Parque e sua resposta não diferiu muito da resposta dada pela gerência do Parque encarregada dessa parte. “É difícil de acontecer, mas acontece. É difícil”.

De fato, não ocorrem furtos no Parque ou as pessoas que são furtadas no Parque não fazem registros desses furtos? A nossa observação constatou que ocorrem furtos no Parque, mas não em toda a área do Parque. No momento em que fazíamos uma entrevista com os albergados¹⁰, moradores de rua que ocupam uma determinada área do Parque, presenciamos a

¹⁰ Esses entrevistados recusaram-se a dizer seus nomes e a princípio não permitiram que o pesquisador gravasse a entrevista. Só depois de dissipada toda desconfiança e após algum tempo de conversa livre e explicação do propósito de nosso trabalho foi que eles aceitaram a gravação. Evitamos insistir em lhes pedir o nome e registramos a entrevista coletiva com o grupo, vinte aproximadamente, e os classificamos como "albergados",

ação de um batedor de carteira. Segundo os nossos entrevistados, aquele era o quarto furto naquela manhã. E segundo eles, todos os dias acontece o mesmo, mas só naquele trecho entre as escadarias (anexo 11), ao lado da floricultura na avenida Afonso Pena, e o portão de acesso à rua da Bahia. Entretanto, mesmo para eles, e diante do fato presenciado e por eles ratificado, o Parque Municipal, na sua grande área, se lhes apresenta como um lugar tranqüilo.

É um lugar que você chega e descansa na maior tranqüilidade. Você chega perto dos amigos. Sempre tem seus amigos, os guarda por perto. Aqui não acontece nada. Sempre que acontece, igual de manhã aí, aconteceu um cara roubando a mulher ali, saiu correndo, o guarda correu, chegou ali..deu um problema na perna dele que ele pisou meio falso.. o guarda chegou a sentar no chão de dor. Não teve como correr atrás de um cara (..) mas é assim. (Albergados).

Tudo indica que não é exigido dos guardas do Parque, por parte da administração, um relatório diário de ocorrências no Parque. Pois, de outro modo, esses furtos ocorridos naquele trecho do Parque, naquele dia, seriam do conhecimento da gerência. No entanto, na entrevista com a gerência de manutenção e vigilância do Parque dois dias após ter presenciado os furtos naquele trecho, não houve nenhuma menção ou referência. A única ocorrência a que ela se referiu foi a do ano passado. "Aqui dentro nós tivemos um único furto no ano inteiro de 2002".

Outra indicação de que não há um relatório diário de ocorrência é que os quatro furtos ocorridos naquela manhã, dos quais um presenciamos, foi do conhecimento da vigilância, segundo os albergados que nós entrevistamos, que nos relataram em detalhe como agem os assaltantes naquele trecho e como os guardas do Parque não são páreos para eles.

Essas pessoas roubam lá fora e passa aqui por dentro(....). Sempre tem policial passando. Mas, ele já manja. Um entra em contato com o outro. Um fica numa esquina de lá, outro fica numa esquina de cá. Se eles vêem que a barra está limpa, eles vão dar só um toque pro outro.....pode fazer a parada. Tá ligado! Aí que eles aproveitam. Porque só os guardas não dão conta pra pegar. Porque são três, quatro. Um sai pro lado outros vão pro outro, os guardas perdem... então não tem como.....igual como aconteceu hoje de manhã, aqui. O cara(o guarda) corre atrás dele aqui mas acaba pisando em falso ali....perdeu o cara (o assaltante). Pronto! A

pois, segundo os seus relatos, à noite eles ficam nos albergues (abrigos públicos da Prefeitura e/ou da Igreja ou sociedade civil) e durante o dia vão ao Parque a espera de trabalho. Na verdade, eles se autodenominaram durante a entrevista como "trecheiros". No entanto, preferimos em nosso trabalho denominá-los como "albergados" por acharmos que essa denominação reflete melhor a condição social do grupo. Percebemos durante o tempo da entrevista que essa autodenominação de "trecheiros" refletia o desejo deles de serem reconhecidos como trabalhadores e não desocupados. Alguns deles nos mostraram antigos crachás de empresas nas quais tinham trabalhado e outros insistiam que voltariam para o interior de onde vieram quando chegassem o tempo das colheitas.

mulher ficou sem o celular dela...então, aqui é mais essa gente de fora que vem aqui pra dentro. Entendeu?! (Albergados).

Os nossos entrevistados (albergados) nos pareceram sugerir que os assaltantes que agem naquele trecho do Parque não são os assaltantes que habitualmente usam o Parque como lugar de refúgio ou descanso entre um assalto e outro. Eles nos deixam transparecer isto quando dizem "Essas pessoas roubam lá fora e passam aqui por dentro". Durante a conversa livre que tivemos com esse grupo, eles chegaram a nos apontar um dos elementos que praticou o primeiro furto no início daquela manhã e estava agora de volta. Aproximava-se do meio dia. Eles se queixavam conosco da presença desses indivíduos na área que eles normalmente ocupam. Diziam eles: "não podemos fazer nada. Aqui é público". O receio que nós percebemos deles era o de serem confundidos com os bandidos. Esse receio justifica-se ante uma imagem que esse grupo nos pareceu construir como estratégia de socialização. Nesse sentido, o grupo demonstrou atitudes de alto zelo de sua imagem no intuito de que aquele espaço, o espaço ocupado no Parque, não lhes fosse negado.

A gente tem que ver que aqui é uma limpeza, uma limpeza. Porque a Prefeitura bota o pessoal pra trabalhar mas a gente tem que ajudar....e eu concordo com eles porque se a gente não mantém uma limpeza também, o que é que vai dar? Vai virar bagunça...é como os guarda pedem pra gente aqui, e eu concordo com eles,...às vezes tem hora aqui.. que eu estou por aqui... a gente está sentado aqui... a gente chega aqui, por exemplo, agora...tem três garrafas jogadas ali e não foi nós que joguemos. Eu tenho prazer de ir lá e pegar as três garrafas porque aí.. nós vamos ficar como cúmplice....porque aí nós é que joguemos as garrafas. Aí, eu pego as três garrafas e jogo no lixo....então é assim. O importante do Parque .. é um ar de lazer pra gente. A gente tem que pegar e...cultivar conservar limpinho. (Albergados).

Interessante observar que a insegurança é atribuída às pessoas que vêm de fora "essa gente de fora que vem aqui pra dentro". Compreendemos "esse de fora" como aqueles usuários "não efetivos" do Parque como nós classificamos mais acima. Causam, "os de fora", insegurança porque não respeitam um "código implícito" de apropriação desse espaço, tal como os albergados que agem de tal forma que possam ser tolerados no lugar. "A gente não bagunçar no lugar... Porque é um lugar que a gente descansa".

Manter um comportamento aceitável na área ocupada no Parque parece ser a estratégia de sociação adotada por esse grupo. Segundo Simmel, "a sociação é a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses" (Simmel, 1983:166).

Nas entrevistas com os demais usuários, não tivemos nenhuma referência a respeito da presença desse grupo no Parque. Um dos entrevistados, um médico aposentado, que frequenta esse espaço há mais de vinte anos e todos os dias pela manhã faz caminhada no Parque, refere-se ao Parque como um lugar de civilidade porque comporta as diferenças: "aqui há civilidade". Aqui é um espaço para todo mundo. Ninguém mexe. Você se sente à vontade" (Médico, 65 anos, aposentado). Isto nos sugere que a presença dos albergados no Parque Municipal parece não ser uma presença incômoda, ao menos para esse usuário. Provavelmente, os albergados, por fazerem uso efetivo do Parque, reconhecem e respeitam as normas implícitas de conduta desse espaço, interagindo de modo adequado a essa espacialidade, pelo que podemos deduzir de um outro depoimento de um albergado em sua preocupação de não "tumultuar" o lugar que eles ocupam.

Aqui todo mundo conhece um ao outro. É um grupo só..... a gente não embola todo mundo se não fica ruim....aqui é uma galera...na mesma vida. Aqui é um local da gente se encontrar. Trocar umas idéias." Eu por exemplo, eu saio fora. Quando estou assim, que chega uma galera de mais agitando o lugar, eu saio fora. Prefiro pegar minha mochila, botar nas costas e ir pra outro lugar. (Albergado).

O comportamento que esse albergado se auto-impõe, pode ser compreendido na perspectiva de Jane Jacobs (1961) em sua obra "Morte e Vida das Grandes Cidades" onde ela postula que as interações públicas entre estranhos nas cidades modernas só são possíveis e seguras se algumas condições e etiquetas forem respeitadas e sem essas condições, a liberdade e a civilidade ficam ameaçadas (Jacobs, 1961:58; Caldeira, 2000:304). Embora não se trate aqui especificamente de etiqueta, esse albergado ao menos procura estabelecer um comportamento adequado ao espaço que está usando.

A que se deve a segurança atribuída ao Parque por seus frequentadores? Esse nos pareceu um aspecto interessante a ser investigado e o faremos no próximo capítulo. Nesse capítulo, entretanto, alguns usuários vão se referir aos albergados de modo negativo, justamente por um comportamento "inadequado" à espacialidade do lugar, tal como briga e discussão. Essa queixa verificar-se-á, sobretudo, nos usuários de final de semana que frequentam o Parque com a família.

A presença dos albergados e de outros grupos (prostitutas, michês, marginais), e a área ocupada por eles, são do conhecimento da administração do Parque e orientou a divisão do Parque em três áreas administrativas no processo atual de implantação do Programa Parque 21_ Programa de revitalização do Parque Municipal, que começa a ser implantado pela

Prefeitura de Belo Horizonte. Essas áreas, nós já descrevemos no primeiro capítulo deste trabalho.

Assim como esse trecho entre a avenida Afonso Pena e a rua da Bahia, que se configura como uma espacialidade específica, a saber, como o espaço de ação marginal dentro do Parque, assim também outros espaços vão se configurando em espacialidades muito próprias, conferidas por um uso continuado e apropriadas de um determinado agrupamento social. Embora essa espacialidade se configure como o território de um determinado grupo dentro do Parque, esse "território" é "invadido" e apropriado em diferentes horários e dias da semana por outros grupos de pessoas "desavisadas". No entanto, não observamos nenhum conflito entre os diferentes atores sociais, por ocuparem essas "áreas-territórios" do Parque Municipal.

Na resposta à questão sobre a importância do Parque Municipal para a cidade de Belo Horizonte, os usuários deixaram transparecer com mais clareza as representações desse espaço. Classificamos essa representação em três: patrimônio histórico-cultural, lazer da cidade e lugar de refúgio.

4.2. Parque Municipal - patrimônio histórico de Belo Horizonte.

Um patrimônio é antes de tudo uma herança, um marco constitutivo da história de um povo, de uma sociedade, "um bem destinado ao usufruto de uma comunidade" (Choay, 2001:11). O Parque Municipal, espaço contemporâneo à fundação da cidade de Belo Horizonte, apresenta-se como testemunha histórico-espacial dessa cidade; como um patrimônio histórico. Um lugar de memória. Um lugar de lembranças.

O Parque Municipal, desse modo, talvez esteja nas lembranças de infância de muitos dos velhinhos moradores de seu entorno e certamente nas lembranças de infância de uma geração de belo-horizontinos. Assim, é provável que o Parque tenha se constituído como um espaço simbólico para a cidade, como um lugar de lembranças. Essa lembrança não é mais que a memória de um tempo, portanto, de uma história escrita, ou melhor, inscrita nas biografias de seus moradores. Conforme Velho e Castro "os indivíduos concretos, em suas

biografias, interpretam, mudam e criam símbolos e significados” (Velho e Castro,1978: 14). Desse modo, provavelmente o Parque se inscreva no universo simbólico da população dessa cidade. E talvez, possamos afirmar que a efetividade de seu uso lhe confere significado e o constitui como significante para seus usuários atuais.

O Parque Municipal está presente na memória de uma geração de belo-horizontinos. Ele fez parte da infância de muitos dos atuais frequentadores que, agora com seus filhos, retornam ao Parque e repetem o mesmo gesto de seus pais no passado. Segundo Halbwachs, "a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente" (Halbwachs, 1990:71). Nesse sentido, a escolha de levar ao Parque Municipal o seu filho significa muito mais que a simples opção desses frequentadores por um tipo de lazer. Essa escolha é re-significada, para alguns usuários, como um retorno ao seu passado, a sua memória de infância. Foi isto que constatamos em alguns depoimentos.

Um dos entrevistados, acompanhado da esposa e filho pequeno, atribui ao Parque Municipal uma importância histórica, por fazer ele parte da história das pessoas, inclusive de sua esposa.

Muitos belo-horizontinos já passaram por esse Parque. Já fizeram parte desse Parque. Meus pais...Minha esposa (29 anos) tem uma foto de quando era criança sentada em um daqueles cavalinhos (referindo-se aos cavalinhos de madeira dos fotógrafos lambe-lambe) (Representante comercial, 31 anos, Palmares)

Perguntamos então a sua esposa o que o Parque Municipal lhe trazia de recordações. E ela assim nos respondeu:

Há vinte e sete anos atrás eu já começava a vir aqui. E ... tenho a memória, a lembrança de infância.... de ver o mesmo espaço, alguns brinquedos até são os mesmos e... é muito gostoso ver isso tudo e lembrar e ter um lugar na cidade,... uma cidade grande que a gente possa trazer os filhos da gente e lembrar da infância da gente. Eu acho muito importante.(29 anos, moradora do Palmares)¹¹

Continuando a entrevista, perguntamos sobre a importância do Parque para ela. Sua resposta:

É um patrimônio. É um patrimônio que todo mundo tem que tratar bem, que tem de fazer de tudo para continuar. Para que possa passar de décadas a décadas e ter essa coisa gostosa... eu poder ter vindo e poder trazer meu filho no mesmo lugar e curtir do mesmo jeito.(29 anos, moradora do Palmares)

¹¹ Não contabilizamos essa entrevista entre as vinte acima citadas porque só colhemos alguns depoimentos de nossa entrevistada.

Enquanto lugar de lembranças, o Parque Municipal de Belo Horizonte se constitui como espaço identitário, portanto simbólico-representativo de sua população usuária. Digo "população usuária" porque esse simbolismo, essa representatividade do Parque na espacialidade da cidade só existe para àqueles que guardam dele a memória de seu uso, isto é, que guardam experiências, vivências desse espaço. Segundo D'Alessio (1998:273) "Nas lembranças, o espaço localiza o tempo. Perdido o espaço, a identidade vacila à medida que tempo/espaço compõem o quadro no interior do qual o sujeito se re-conhece". Para Poulet, segundo a análise de D'Alessio, o espaço é uma das condições de possibilidade da emergência da Identidade. Mas não se trata todavia de qualquer espaço e sim dos espaços, dos lugares vivenciados pelo sujeito, dos "locais familiares".

A ignorância dos lugares, como a ignorância dos tempos, afeta o conhecimento de si mesmo. Descobrir-se não emoldurado por determinados lugares, especialmente aqueles locais familiares cuja presença envolvente é uma consolação e uma segurança para quem mora ali, é descobrir-se sem ponto de referência num vazio vertiginoso. Pois não se está menos "perdido" no espaço do que no tempo. Daí o horror que lhe inspiram os lugares com os quais não está familiarizado: lugares estranhos e impessoais, como os quartos de hotel, aos quais nenhum hábito se vincula. (Poulet, 1992:54/5).

Um outro entrevistado também atribui ao Parque uma função histórica bem específica.

Acho que o parque é a mesma coisa que cinquenta anos atrás. Brinquedos, cavalinhos, trenzinho. Nada mudou. Continua a mesma coisa. Passando de geração para geração, a comunidade e a criança... tem suprido essa finalidade.(Comerciante, 65 anos, morador do bairro Anchieta.).

Interessante como o entrevistado se utiliza de uma metáfora para ressaltar a importância desse espaço para a cidade. Segundo esse usuário, o Parque tem uma função civilizatória, na medida em que proporciona uma humanização do homem urbano.

Foi feita a pesquisa. Ratos! Colocados muito ratos juntos. Um morde o outro.. um machuca o outro e.... o ser humano é a mesma coisa. O Parque seria um local de.... o ser humano é ... lembrar o que ele é realmente é o contato com a natureza. Fugindo da urbanização que é uma coisa que pode dizer que é anti natural....essa seria a importância humana que tem o parque municipal... e a importância histórica também.(Comerciante, 40 anos, Morador de Santa Efigênia)

Para outros entrevistados, o Parque Municipal transparece para o usuário como algo digno de se mostrar e orgulhar. "É aquilo que a gente pode mostrar"; "É um cartão postal para a cidade", "É um cartão de visita", "cartão postal de BH". E, ao mesmo tempo, acessível a todos. "As pessoas de várias classes vêm aqui".

Em alguns relatos, os usuários acenaram para aspectos difusos de sua história, demonstrando a centralidade desse espaço no imaginário coletivo da cidade. Dos vinte entrevistados nessa etapa da pesquisa, oito apresentaram fatos históricos concernentes à história do Parque, tais como: "Que ele era bem maior que é hoje e foi diminuído"; "lembro que havia aqui um pequeno zoológico"; "havia uma concha acústica". Aspectos também, não verificados por nós, nas fontes pesquisadas, também foram mencionados, a exemplo de que o estádio de futebol Mineirão seria construído na área ocupada pelo Parque Municipal atualmente. Esses aspectos difusos da história do Parque podem ser aqui interpretados na perspectiva de Arruda, de que "é sempre o sujeito que lembra, é ele que significa o que foi anteriormente significado, recriando um tecido imaginário" (Arruda, 2000:30).

4.3. O "Lazer da Cidade".

O Parque Municipal como o "lazer da cidade" foi uma outra representação que detectamos nas entrevistas com os usuários. O Parque se apresenta como o "único" lugar na cidade acessível a uma classe mais popular. "É o único lugar que as pessoas que não têm condições para gastar tem para vir", afirma a estudante de 21 anos. Desse modo, o Parque é apreendido como um espaço em que os cidadãos menos favorecidos da Capital podem exercer o seu direito de pertencimento à cidade. Por isso é um espaço indispensável e que jamais poderá deixar de existir. "Se tirar esse Parque de Belo Horizonte, tira o nosso lazer"; "É o lazer que o belo-horizontino tem". Afirma outra entrevistada _ costureira, 40 anos, moradora da região de Venda Nova, na zona norte da cidade. Essa entrevistada estava acompanhada de sua irmã mais três crianças na faixa de 5 a 8 anos.

Para Magnani, é plausível uma progressiva diminuição dos espaços destinados ao exercício do lazer da população de baixa renda. Segundo ele "tal situação é o resultado do caráter excludente do desenvolvimento urbano e a conseqüente desigualdade da distribuição dos equipamentos, privilegiando alguns setores em detrimento de uma grande maioria (Magnani, 1994:2)".

Entendemos o lazer como uma dimensão constitutiva do processo de humanização do sujeito. A condição de estar privado do lazer é uma condição desumanizante, sobretudo para as crianças. Na maioria das cidades brasileiras, a população da periferia dispõe de pouco espaço de lazer e quando dispõe, esses espaços quase sempre não atendem aos seus anseios lúdicos. Segundo Erivelto Busto Garcia “todo espaço lúdico é, necessariamente, um espaço de lazer, mas que o inverso nem sempre é verdadeiro” (Garcia, 1996:16). Nesse sentido, afirma esse autor

A cidade já não pode ser mais, tão-somente, o espaço da atividade econômica ou o espaço utilitário da habitação ou das vias de circulação; tem que ser, também o espaço existencial que permita a cada um a procura de sua realização como pessoa. Tem que ser o espaço não apenas do trabalho, mas do descanso, do divertimento, do lazer. (Garcia, 1996:18)

O “direito à cidade” configura-se no contexto da população periférica das cidades, como o direito ao lazer. A realização desse “direito” vem a ser a realização da cidadania dessa população. Desse modo, a cidade se apresenta como um espaço de possibilidade de realização dessa cidadania, na medida em que proporciona a todos os habitantes, semelhante qualidade de vida, por meio de espaços ergonômicos e condizentes às suas necessidades básicas, como assim nos coloca Luiz Wilson Pina.

A cidade, portanto, deveria ser um conjunto harmonioso, igualmente satisfatório e agradável, oferecendo a mesma qualidade a todos os habitantes. Os ambientes construídos deveriam ter como paradigma o ser humano, um ser genérico que tem direito a um espaço dimensionado de acordo com sua ergonomia e condizente com suas necessidades básicas (Pina, 1996:50).

Talvez assim, possamos entender porque boa parte dos entrevistados se referiam ao Parque Municipal como um lugar de “descanso” e para “esfriar a cabeça”. Num habitat de pouco espaço para o exercício da individualidade, como parecem sugerir as condições de moradia de alguns dos entrevistados_ “As crianças ficam muito presas. Eu não tinha opção nenhuma pra onde ir. Minha menina se fica aqui duas horas, parece que ficou o dia inteiro. Ela fica tão feliz” (Mãe, 30 anos, com duas filhas de 6 e 10 anos de idade, moradora do conglomerado Serra. Trabalha como Serviços Gerais) _ o Parque apresenta-se como uma possibilidade plausível na espacialidade da cidade para o exercício dessa individualidade. Essa parece ser mesmo a condição de habitação das grandes cidades, segundo Nelson

Carvalho Marcelino _ condições em que o espaço não proporciona o “exercício efetivo das relações sociais”.

Nas grandes cidades atuais sobra pouca ou quase nenhuma oportunidade espacial para a convivência, pois da forma pela qual são constituídas e renovadas, o vazio que fica entre o amontoado de coisas é insuficiente para permitir o exercício mais efetivo das relações sociais produtivas em termos humanos (Marcelino, 1983:59)

4.4. Local de descanso e refúgio.

O Parque Municipal como um lugar de descanso e refúgio foi a quarta representação desse espaço, que captamos dos usuários. A vida estressante do homem urbano leva-o a procurar momentos de tranquilidade e sossego que na maioria das vezes ele não encontra, nas cidades, sobretudo os menos favorecidos.

As pessoas menos favorecidas, habitantes dos aglomerados urbanos, dispõem, na maioria dos casos, de pouca área de lazer. O espaço de moradia, não raro, mal comporta suas famílias. Essa é a situação de boa parte dos cidadãos, que dispõem de pouco recurso, habitantes das metrópoles, e que encontramos também entre nossos entrevistados. As condições de moradia dessas pessoas, por não possibilitar a expressão natural de suas individualidades, acabam sendo mais um fator de stress na vida desses cidadãos. Daí, a necessidade de encontrar um lugar para a realização dessa individualidade. O lugar em que essas pessoas podem expressar sua individualidade, é ressignificado por elas como um "lugar de refúgio". Nesse sentido, o Parque se apresenta como "o refúgio" dos cidadãos menos favorecidos de Belo Horizonte. E exerce, desse modo, uma função altamente social, ao mesmo tempo, terapêutica, no contexto urbano da Capital mineira.

Um dos entrevistados, o senhor Roberto, motorista e morador de Ribeirão das Neves assim expressou a importância do Parque para ele: "é um lugar de descanso para as pessoas. Alívio da alma; lazer para as pessoas. Lugar para refletir a vida". "Aliviar a alma", "refletir a vida" não deixa de ser uma terapia.

Essa necessidade "terapêutica" imposta pelo ritmo de vida do homem urbano, não faz distinção social. Talvez por isso, o Parque seja freqüentado por todas as classes sociais. Para

Garcia, “as reivindicações de uso do tempo livre com atividades prazerosas e gratificantes, com atividades de lazer, vêm sendo demandadas por todas as faixas etárias, de todas as condições sociais” (Garcia, 1996:30). Pudemos verificar em nossas entrevistas, essa necessidade tanto em moradores do centro quanto em moradores da periferia.

É sem dúvida uma grandeza para a cidade. É um conforto para a população. Porque a maioria das pessoas que moram no centro não tem espaço para relaxamento, conversar com as pessoas. Por isso é um conforto (64 anos, comerciante, Centro).

"O bom no Parque é o silêncio" (40 anos, costureira, Venda Nova).

O Parque é um lugar excelente para meditação (65 anos, médico aposentado, Centro).

Se analisarmos essa questão, considerando a motivação das pessoas no uso desse espaço, perceberemos que essa busca "terapêutica" pode ser estendida também para os mais jovens. Verificamos isto na resposta às questões: "O que você mais gosta de fazer no Parque?" E "O que lhe trouxe ao Parque, hoje?": "descansar a cabeça. Descansar a mente"(29 anos, cozinheiro, Mário Campos); "para sair da rotina. Descansar a cabeça, livrar do estresse. Conversar mais tranquilamente" (Ajudante de motorista, 25 anos, morador de Ibirité).

Uma última questão elaborada para verificar a representação dos usuários foi deixada para o final da entrevista, permitindo aos mesmos expressarem livremente a sua opinião. Todavia, poucos se sentiram impelidos a expressar algum comentário ou observação em relação ao Parque. Desse modo, a pergunta "Você gostaria de fazer algum comentário ou observação?" teve o seguinte resultado: 15 dos entrevistados declararam não ter nenhum comentário ou observação a fazer; mas, os que responderam retomaram novamente as temáticas da representação e apropriação do espaço.

5. O uso efetivo do Parque Municipal de Belo Horizonte

No nosso roteiro de entrevista, intercalamos algumas perguntas no intuito de perceber como as pessoas se apropriam desse espaço. "O que você mais gosta de fazer no Parque?", "O que lhe trouxe ao Parque hoje?", "O que você geralmente vem fazer no Parque?", "Qual a área ou áreas do Parque que você mais usa?", "Por que você usa mais essas áreas do que outras?" e, finalmente, "Com que frequência você vem ao Parque Municipal?". Foram as perguntas que nos ajudaram nessa percepção. As respostas foram as mais variadas e confirmam nossas

observações de ter esse espaço uso bastante diversificado. A resposta a essas questões refletiu bem essa diversidade de uso e apropriação.

No que diz respeito à motivação que os levaram ao Parque, as respostas retomam novamente os temas da representação desse lugar por seus usuários como um lugar propício ao lazer e ao descanso, além de ser seguro. A partir das respostas obtidas nas entrevistas poderíamos classificar a apropriação do Parque pelos nossos entrevistados do seguinte modo: como Espaço ecológico e de contato com a natureza; espaço de relaxamento e descanso; espaço de lazer e esporte. No que se refere à preferência por determinada área do Parque, a maioria não soube justificar a sua preferência por determinada área, mas quem respondeu, associava a sua escolha à questão da segurança. Essa questão, de um modo ou de outro, esteve sempre presente na fala dos entrevistados. Essa constatação nos remeteu à investigação de saber porque esse espaço é tão freqüentado apesar de transparecer para seus usuários como um lugar não muito seguro. Esse será o itinerário de nosso próximo capítulo.

6. O Parque na percepção dos entrevistados

6.1. Um lugar "precário" mas acessível.

O que você acha que precisa melhorar no Parque? Foi a pergunta inicial na investigação da percepção do espaço dos usuários. Apenas dois entrevistados não souberam responder. Os itens que se destacaram na reivindicação de melhora do espaço pelos entrevistados foram segurança, limpeza e brinquedos. Três dos entrevistados declararam que nada precisa ser melhorado no Parque. Alguns dos entrevistados declararam mais de uma reivindicação de melhoria no Parque.

Procuramos com algumas perguntas aprofundar na percepção do espaço dos usuários, permitindo uma comparação desse espaço _ o Parque Municipal, com outros espaços de lazer da cidade que eles tinham conhecimento. Desse modo, pretendíamos verificar a motivação dos usuários na escolha do Parque Municipal para uso de seu tempo livre.

O Parque das Mangabeiras no alto da Afonso Pena foi o Parque mais citado por nossos entrevistados, porém, raramente freqüentado por eles. Ao comparar os espaços de lazer, tipo Parque, de Belo Horizonte, o Parque Municipal foi considerado pela maioria dos

entrevistados como sendo o melhor. Vários dos entrevistados declararam conhecer mais de um Parque da cidade, porém raramente o freqüentam. Treze pessoas responderam que raramente freqüentam outros Parques na cidade, contra duas que freqüentam e cinco que não conhecem nenhum outro espaço público, tipo Parque, na cidade.

Finalmente, a pergunta que solicitava ao entrevistado uma comparação entre o Parque Municipal e outro Parque conhecido por ele, não apenas revelou, nas respostas dos usuários, a percepção de que eles tinham do Parque, assim também, a sua representação e apropriação desse espaço público.

"É 'primus inter-pares'. Esse Parque é único. É uma jardim botânico. Lá (referindo-se ao Parque das Mangabeiras) as árvores são nativas. Aqui no Parque, você pode ver tem árvores de tudo quanto é espécie e de várias partes do mundo. Ásia.....todas identificadas com seu nome científico e popular. Por isso o Parque (Municipal) é um jardim botânico"(médico, 65 anos, aposentado).

"O Municipal é melhor porque é mais tranqüilo. Tem árvores (Soldador, 30 anos, acompanhado de esposa e filho pequeno).

Percebemos em nossas observações e na análise de nossas entrevistas muitos aspectos interessantes a serem investigados no Parque Municipal. As diversas representações e apropriações desse espaço por diferentes usuários e os diversos modos de sociação dos diferentes grupos que se configuram nesse espaço demandariam muito mais tempo e espaço do que esse trabalho se propõe. Todavia, o fato de trazê-las à evidência cumpre bem o seu papel, deixando a estrada aberta para outros continuarem ou mesmo para uma retomada posterior de nossa parte. No entanto, para o momento, faz-se necessário uma delimitação de nossa investigação.

Os vários grupos de usuários que, se apropriando do Parque, cada um a seu modo, constróem efetivamente a espacialidade desse lugar: o "grupo das seis" que assiduamente e há alguns anos se encontram no Parque para fazer caminhada e no exercício dessa atividade cria uma "amizade cúmplice" de zelo por esse espaço público; o grupo "marginal" dos albergados, moradores de rua, que se auto-intitulam como "trecheiros" _ trabalhadores em busca de emprego longe de sua terra natal_ que ocupa a marginal do Parque, ao lado das Andradas, construindo estratégias de ocupação para ter direito ao acesso a um espaço público, enquanto "cidadão-marginal"; o grupo do(as) jovens trabalhadores que ocupam, nas tardes de domingo, com outros jovens, prováveis trabalhadores, a mesma marginal do Parque, ao lado da Andradas, para paquerar e se divertir ou simplesmente sair da casa da patroa para não ter que

trabalhar no seu dia de folga; o grupo dos homossexuais, prostitutas e michês que sobrevivem na dissimulação cotidiana de seu agir, criando ou "invadindo" espaços heterossexuais através de códigos de comunicação somente acessíveis aos iniciados ou "entendidos"; o grupo das famílias _ trabalhadores, cidadãos, que independente de sua condição social, ao apropriar-se desse espaço na busca de lazer para seus filhos, o configura tal a ordem social da cidade _ a ordem da convivência civilizada das diferenças sociais hierarquizadas. Pois o Parque é freqüentado por todas as classes sociais; o grupo dos fotógrafos "lambe-lambe" que persiste e resiste ao tempo, guardando e preservando o tempo da memória de quantos já passaram no Parque; o grupo dos casais de namorados, dos aposentados, dos desempregados e tantos outros que poderiam ser descobertos. O que dizer de todos eles? É uma tarefa por demais árdua e ultrapassa o nosso empreendimento.

O Parque Municipal, para cada um dos grupos acima, tem um significado e representação. As representações desses grupos conferem ao Parque seu significado, porquanto elas configuram sua espacialidade. Nosso objetivo, todavia, é saber o que o Parque representa para a cidade, na significação atribuída a ele por seus usuários. Para alcançar o nosso objetivo, delimitaremos a nossa investigação em três grupos específicos: "o grupo das seis", o "grupo das famílias" e o "grupo dos albergados". Esperamos que esses usuários efetivos do Parque nos ajudem a compreender melhor a sua espacialidade.

PARTE III - O SIGNIFICADO

CAPÍTULO 3 - Parque Municipal - um espaço para todos.

1. A violência urbana em Belo Horizonte

No capítulo anterior, procuramos, através de nossas observações e entrevistas, verificar as representações, apropriações e percepções dos usuários, do Parque Municipal de Belo Horizonte. Vimos que esses usuários atribuem ao Parque três representações: "patrimônio ambiental e histórico-cultural", "lazer da cidade" e "lugar de refúgio e descanso". A essas representações, concomitantemente, verificamos três apropriações desse espaço: "espaço ecológico e de contato com a natureza", "espaço de relaxamento e descanso" e, finalmente, "espaço de lazer e esporte". Por outro lado, o Parque é apreendido por esses usuários como um lugar "precário", pois carece de segurança, limpeza e infra-estrutura, todavia, acessível e até preferido a outros e de conhecimento deles.

Apesar das carências apontadas pelos nossos entrevistados, o Parque Municipal é um dos espaços públicos de lazer da cidade mais freqüentado, tanto pela população de baixa renda, quanto pela população de renda mais elevada, conforme demonstraremos mais adiante. Dentre as precariedades apontadas, nos chamou a atenção a questão da segurança. O Parque, apesar de ser considerado inseguro pela maioria dos entrevistados eles não deixam de frequentá-lo. Esse fato nos levou a reformular nosso questionário e a procurar entender em vinte nove novos usuários por que o Parque Municipal continua atrativo não obstante seja inseguro. O fato torna-se mais significativo quando considerado no contexto de violência urbana que afeta todas as grandes cidades, inclusive Belo Horizonte.

A questão da segurança, ou melhor, da violência urbana, é um dos temas que mais preocupa os governantes das grandes cidades. A violência urbana tem crescido muito nos últimos anos em quase todas as capitais brasileiras (CRISP, 2003) e vários são os fatores associados a esse crescimento. Poderíamos rapidamente citar a desigualdade econômica que deixa 53 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza; o adensamento populacional nas principais capitais do país; e o despreparo técnico e instrumental da polícia para enfrentar o crime, cada vez mais organizado e armado. Dentre outros, estes fatores já são suficientes para ocupar boa parte da agenda de qualquer governo. Segundo Boaventura Santos, o Estado

moderno não detém mais o monopólio da violência legítima desde a década de sessenta do século passado (Santos, 1999:314/5). Não é sem razão portanto que os habitantes das cidades estão em constante estado de alerta e insegurança.

O Brasil está entre os países mais violentos da América Latina, e esta, por sua vez, é a região mais violenta do mundo, depois da África do Sul. A taxa de homicídios no país é de 28 para cada 100 mil habitantes, muito distante do Chile, por exemplo, que é de 2,9, segundo o coordenador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - CRISP, professor Cláudio Beato.

O Brasil, comparado com outros países do mundo, é extremamente violento. Na América Latina _ que é a região mais violenta do mundo, perdendo talvez para a África do Sul_ ele ocupa o terceiro ou quarto lugar entre os países com maiores índices de violência. Para se ter uma idéia, o Brasil tem uma taxa de 28 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, o Canadá tem de 2,2, o Chile, 2,9, Costa Rica, 2,4. O Brasil só vai perder para países como a Colômbia, cuja taxa é de 74,4. (Beato, 2002:15).

Em Belo Horizonte, a violência tem aumentado muito nos últimos anos. O número absoluto de homicídios na cidade era de 381 em 1995 e passou para 790 em 2000. De acordo com a Secretaria de Estado da Defesa Social, a violência vem se cristalizando na cidade em patamares elevado. A média de homicídios na região metropolitana atualmente é de 25 a 30 crimes por final de semana, segundo reportagem do Jornal O Tempo, de Belo Horizonte (O Tempo, 2003). Para o coordenador do CRISP, o aumento da violência na Capital mineira está associado ao tráfico de drogas que tem vitimado a população, sobretudo, jovem, da cidade. Segundo ele, isso explica porque a população está tão preocupada com o problema da violência. (Belo Horizonte, 2002:15).

A violência tem afetado os hábitos do homem urbano. Ela começa a criar um "habitus" muito peculiar às grandes cidades, a exemplo do lazer em ambientes privados e a tendência em preferir habitar lugares que ofereçam algum tipo de controle no acesso das pessoas às áreas residenciais, como é o caso dos condomínios fechados. O homem urbano se sente seguro em ambientes controlados e vigiados. Nesse sentido, os *shopping centers* se apresentam como lugares seguros e muito mais atraentes que os espaços públicos mal cuidados da cidade. Assim, os shopping centers se transformam numa espécie de "praças modernas" e podem ser pensados como "simulações de cidades no interior da própria cidade" numa contraposição à violência, insegurança e heterogeneidade caótica das metrópoles.(Frúgoli, 1989:196/7).

Os estratos médios e altos da sociedade têm buscado, nos condomínios fechados e afastados do centro da cidade, uma forma de se proteger da violência dos centros urbanos, num processo crescente de "auto segregação" desses estratos sociais. Caso típico são os Alphavilles espalhados em algumas capitais do país com infra-estrutura e serviços que os deixam muito pouco dependente dos centros urbanos tradicionais. A segurança é o item mais ressaltado nesses projetos. (Souza, 2000, Ribeiro, 2000:17 e Andrade, 2003).

Os condomínios, área residencial fechada e localizada em regiões menos habitadas, começaram a atrair a população de poder aquisitivo médio e alto da capital mineira a partir da década de 80, dando início a um processo de ocupação periférica que atinge seu auge na década seguinte, demarcando nitidamente um novo eixo de crescimento da cidade.

Na década de 90 teria início a ocupação do que se convencionou chamar de Belvedere 3, um bairro situado em uma área vizinha ao Belvedere 1 e 2, na mesma região em que, em 1979, foi instalado o primeiro shopping da cidade.(...)um conjunto de condomínios verticais. O Belvedere 3 fica a 800 metros da divisa com o município de Nova Lima e mais 800 metros da portaria do primeiro condomínio. Consolida-se, portanto, um espaço ocupado por setores médios e altos, que caminha no Núcleo Central da cidade em direção ao município de Nova Lima. Trata-se do eixo sul de crescimento da cidade, com a peculiaridade de ser um eixo no qual a quase totalidade de seus habitantes pertence aos estratos altos e médios.(Andrade, 2003:4/5)

O número de *shopping centers* aumenta significativamente na década de 90 se considerarmos que até o final da década de 70 não existia nenhum na cidade. Atualmente Belo Horizonte tem sete shoppings centers, sendo três na região central da cidade, no perímetro da avenida de Contorno (Bahia, Cidade e Diamond Mall). O centro foi vitalizado com a construção de alguns deles (Andrade, 2003:8) enquanto alguns espaços públicos, como Parques e Praças, passavam por um processo de degradação, afastando as pessoas de freqüentarem esses lugares. Daí, nos chamara a atenção por que o Parque Municipal ser ainda tão freqüentado. Uma reportagem sobre violência nos Parques e Praças do centro da Capital, realizada pelo Jornal Estado de Minas, apontou o alto grau de vulnerabilidade em alguns desses espaços. (Estado de Minas,2002).

A degradação dos espaços público tem levado os municípios a implementarem projetos de revitalização das áreas degradadas. O espaço em questão o Parque Municipal Américo Renné Giannetti, está, por exemplo, passando por um processo de revitalização chamado Parque 21 que já mencionamos no capítulo anterior.

A maioria dos processos de revitalização dos espaços públicos urbanos tem buscado trazer um público "mais civilizado" para frequentar esses espaços que, quase sempre estão sendo apropriados por pessoas excluídas socialmente ou que pertencem aos extratos mais baixos da sociedade.

A degradação dos espaços públicos tem se dado num processo dinâmico de abandono de uma elite consumidora de um determinado espaço, abrindo passagem para a ocupação e apropriação dos mesmos por consumidores de baixa renda ou pessoas sem ocupação ou com ocupações não aceitas socialmente, como é o caso da prostituição. Uma pesquisa recente sobre os territórios homoeróticos de Belo Horizonte, apontou o Parque Municipal como um local de "pegação", lugar de encontros de homoeróticos (Teixeira, 2003:48)

Nesse sentido, o Parque Municipal de Belo Horizonte pode se apresentar como um espaço que precisa ser revitalizado. Esse desejo mesmo foi expresso por alguns dos entrevistados, que à semelhança de um shopping center, desejaria que o espaço fosse monitorado por câmeras de vídeo. A demanda por segurança no Parque parece não ser sem fundamento. Um diagnóstico da gerência do Parque para o projeto Parque 21 concluiu que esse espaço apresenta mão-de-obra inadequada e equipamentos insuficientes e defasados (Parque 2, 2002:22). Por esse motivo, a questão da segurança nos pareceu um tema interessante a ser aprofundado. Nosso objetivo é investigar a percepção de segurança-insegurança que os usuários do Parque têm desse espaço e como configura-se essa percepção. Focalizaremos nessa investigação três grupos distintos: o "grupo das seis" o "grupo das famílias" e o "grupo dos albergados". Os dois primeiros, são grupos aceitos socialmente e o terceiro grupo, é constituído por pessoas marginalizadas socialmente. Esperamos, desse modo, ter uma percepção diversificada de nossa questão.

A percepção de segurança dos usuários do Parque será o centro de nossa investigação, neste capítulo. Nessa análise será retomada as outras percepções desse espaço analisadas no capítulo anterior no intuito de estabelecermos uma representação desse espaço como um todo e de seu significado no contexto urbano da cidade.

2. Identificando os grupos usuários do Parque Municipal

2.1. O "grupo das seis"

O "grupo das seis" é uma nomenclatura atribuída a si pelos usuários que se encontram todos os dias pela manhã no Parque Municipal para fazer caminhada. Não se trata, pelo que percebemos, de um grupo instituído formalmente. Mas, que pelo fato de praticarem o mesmo exercício no mesmo espaço e horário, há vários anos, foi estabelecendo relações informais de conhecimento, desde um cumprimento até conversas esporádicas e algumas "ações conjuntas". Essas ações, pelo que pudemos perceber, tanto no relato da gerência do Parque quanto na fala desses usuários, não são ações que envolvem todo o grupo mas, iniciativas isoladas de um ou mais exercitante que se dirige a administração para reclamar ou reivindicar algo, a exemplo do relato de um dos entrevistados: "Eu já deixei sugestão na administração do Parque pedindo para que colocassem um guarda de plantão permanentemente para ver esses casos"(Aposentada, 61 anos).

O que faz dessas iniciativas uma "ação coletivas" é que dentro desse mesmo grupo surgem várias iniciativas aleatórias, de caráter semelhante, tanto na reivindicação quanto na forma. As pessoas desse grupo, chegam sozinhas, caminham e vão embora sozinhas ou, no máximo, estão acompanhadas de mais um. Portanto, é um grupo que se constitui no ato de caminhar num mesmo horário e num mesmo local e não necessariamente um grupo formal constituído para tal prática. Outro dado, é que os membros desse grupo não necessariamente chegam todos às seis, todos os dias da semana. Observamos pessoas desse grupo caminhando mais tarde, porém, não avançando muito além das nove horas da manhã. A partir desse horário, o Parque se apresenta para esse grupo como um lugar que não oferece muita segurança. "De manhã é bom. O resto das horas não" (Comerciante, 54 anos, morador do Centro).

QUADRO 3 – Perfil sócio econômico do “Grupo das Seis”

Faixa etária	Formação	Profissão	Renda
30 a 39 anos	Superior	Pedagoga	R\$ 724 a R\$ 25,00
40 a 49 anos	Superior	Func. Público	R\$ 2.411 a R\$ 4.820
	2 grau	Do lar	Sem renda
	Superior	Assist. social	R\$ 1.226 a 2.410
50 a 59 anos	Superior	Comerciante	R\$ 2.411 a R\$ 4.820
	Superior	Comerciante	R\$ 7.231 a R\$ 12.250
	Superior	Design	R\$ 724 a R\$ 1.225
	Superior	Aposentada	R\$ 7.231 a R\$ 12.250
Acima de 60 anos	2 grau	Aposentada	R\$ 724 a R\$ 1.225
	2 grau	Aposentada	R\$ 4.821 a R\$ 7.230
	1 grau	Do lar	Sem renda
	Superior	Aposentada	R\$ 1.226 a R\$ 2.410
	Superior	Aposentado	R\$ 2.411 a R\$ 4.820

Das vinte e nove entrevistas realizadas, nessa outra etapa da pesquisa, treze são do "grupo das seis". Percebe-se nesse grupo um perfil quase homogêneo. A maioria dos entrevistados têm mais de cinquenta anos de idade, possui curso superior, tem uma renda média entre 10 (R\$ 2400,00) a 17,5 (R\$ 4000,00) salários mínimos¹² e todos moram no centro da cidade, conforme demonstra o quadro abaixo.

Dos treze entrevistados, apenas cinco eram aposentados e quatro não tinham curso superior. Desses que não tinham curso superior, dois eram aposentados e dois eram Do Lar e não possuíam renda. No entanto, um dos aposentados sem curso superior detinha uma renda acima de quatro outros entrevistados desse grupo com curso superior e na ativa.

2.2. O "grupo das famílias"

O que estamos denominando aqui "grupo das famílias" é o conjunto de usuários que vem ao Parque Municipal nos finais de semana e feriados para usufruírem de seu tempo livre com o lazer de seus filhos, nesse espaço público. Por famílias, estamos entendendo, crianças acompanhadas de pessoas adultas e casais com ou sem filhos. Usamos as crianças e casais como critérios de identificação desse grupo porque nos finais de semana a área dos brinquedos e dos gramados, onde geralmente ficam os casais, são as que sofrem maior impacto de uso.

Conforme o quadro abaixo, diferente do "grupo das seis", o "grupo das famílias" é mais heterogêneo. Enquanto no "grupo das seis" há um predomínio de pessoas acima dos 50 anos (apenas um dos treze entrevistados do outro grupo tinha menos de quarenta), no "grupo das famílias", há um predomínio de pessoas abaixo dessa idade. Apenas três dos onze entrevistados desse grupo, tinham mais de 40 anos. Somente um dos onze entrevistados desse grupo tinha curso superior. Não encontramos pessoas aposentadas entre o "grupo das famílias".

A renda média do "grupo das famílias" encontra-se na faixa entre 1,8 (R\$ 432,00) a 3,5 (R\$ 840,00) salários mínimos¹³. O maior valor foi declarado por uma bióloga com curso superior e um cabeleireiro com apenas o primeiro grau. No "grupo das seis", seis pessoas

¹² Valor de referência do salário mínimo aqui é de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais). A média foi obtida somando os valores máximos e mínimos da faixa de renda, dividindo por treze e o resultado dividido por 240.

¹³ A renda média desse grupo foi obtida somando os valores mínimos e máximos da faixa de renda desses grupos, dividindo por onze e o resultado, dividido por 240. Para aqueles que ganham até R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), não entraram na soma dos valores mínimos, somente na soma dos valores máximos.

declararam renda superior a maior renda declarada pelo "grupo das famílias" e apenas três declararam renda inferior a maior renda declarada por este último grupo: uma pedagoga e uma *designer* com curso superior e uma aposentada com o segundo grau. Nenhum dos entrevistados do "grupo das famílias" era morador do centro da cidade.

QUADRO 4 - Perfil sócio econômico do “Grupo das Famílias”

Faixa etária	Profissão	Formação	Renda
Até 20 anos	Estudante	2 grau	Sem renda
	Estudante	2 grau	Sem renda
21 a 29 anos	Ajudante	1 grau	Até R\$ 240
	Carteiro	2 grau	R\$ 483 a R\$ 723
30 a 39 anos	Serv. Gerais	1 grau	Até R\$ 240
	Bióloga	Superior	R\$ 1.226 a R\$ 2.410
	Func. Público	2 grau	R\$ 724 a R\$ 1.225
	Cabeleireiro	1 grau	R\$ 1.226 a R\$ 2.410
Acima de 50 anos	Doméstica	1 grau	R\$ 241 a R\$ 482
	Doméstica	1 grau	R\$ 241 a R\$ 482
	Contador	2 grau	R\$ 724 a R\$ 1.225

Esses dados não têm a pretensão de descrever fidedignamente o perfil de todo o grupo aqui analisado. O importante para nós é que esses dados demonstram que o Parque é apropriado por um público diversificado e essa diversidade talvez seja o motivo de seu uso intenso pela população da cidade como demonstramos nos capítulos anteriores. Segundo Jane Jacobs, o principal problema do planejamento de parques "resume-se ao problema de alimentar uma vizinhança diversificada capaz de utilizá-los e mantê-los" (Jacobs, 2001:110).

Foram entrevistadas também algumas pessoas fora desses grupos. Duas senhoras aposentadas, duas jovens que trabalham como domésticas e dois jovens trabalhadores. Essas entrevistas foram feitas num domingo à tarde quando o Parque é ocupado também por outras pessoas que já mencionamos no capítulo anterior.

2.3. O Grupo dos Albergados.

Estamos denominando por "albergados" todos os usuários do Parque que moram em abrigos públicos ou na rua e que se utilizam do Parque Municipal de Belo Horizonte de um modo muito característico. Esses usuários, se caracterizam por ocuparem determinada área do Parque, por estarem quase sempre em grupo e aparentemente sujos, mal vestidos e embriagados.

Não foi possível levantar um perfil sistematizado desse grupo como fizemos com os outros. As pessoas desse grupo se autodenominam de "trecheiros" e, segundo relato deles próprios, são trabalhadores do interior que vêm à cidade em busca de trabalho. Como não encontram, pois a maioria não possui qualificação profissional, acabam ficando na rua ou nos Albergues da Prefeitura. Não possuem renda a não ser de biscates e esmolas que conseguem.

Não foi possível detectar a escolaridade do grupo. Alguns já trabalharam com carteira assinada em empresas de porte, tipo Usiminas¹⁴. A dificuldade em obter maiores informações desse grupo decorre da rotatividade dos mesmos (voltamos ao local em outros momentos e não encontramos as pessoas com quem conversamos) e o receio deles para falarem de si ou emitirem opiniões. As informações sobre esse grupo foi obtida através de conversas informais e uma ou outra gravação que nos foi concedida, não sem resistência, após adquirida a confiança dos mesmos. As respostas que obtivemos sobre algumas questões quase sempre foram respostas coletivas, pois eles estavam sempre em grupo e todos emitiam ao mesmo tempo suas opiniões. A maioria recusava-se a identificar-se. Por esse motivo, não tivemos condições de elaborar um perfil detalhado desse grupo, como o fizemos com os dois outros e não foi possível aplicar integralmente o nosso questionário.

Na conversa informal com esse grupo, pudemos perceber que seus membros vinham de diferentes lugares. Alguns eram do interior de Minas Gerais, outros vinham de outros Estados. Os motivos de estarem na rua eram os mais variados. Pelo que deixaram transparecer

¹⁴ Empresa siderúrgica de Minas Gerais.

em suas falas, têm família e tinham antes uma vida comum a qualquer cidadão. Alguns me mostraram fotos de suas casas e de seus familiares e afirmaram visitar os parentes ao menos no Natal. Outros me apresentaram crachás com fotos de empresas onde já trabalharam. Teve um outro que já foi jogador do Bangu no Estado do Rio de Janeiro. Ainda um outro, disse estar na rua porque não podia voltar para casa devido a alguns problemas. Este, morava antes na Baixada Fluminense, no Rio e gabava-se de suas habilidades técnicas e que por isso estava sempre "trabalhando", ou seja, fazendo "bico". Segundo ele, seu trabalho era montar palco em eventos. Naquele final de semana tinha ocorrido um em Belo Horizonte - o AXÉ BH, no estádio do Independência, e ele trabalhou lá. Mostrou-me o dinheiro de seu suposto pagamento, aproximadamente cem reais, que segundo ele, era para gastar com os amigos ou "chegados". Naquele noite ele dormiria numa pensão e chamaria alguns de seus chegados para ir com ele. Durante a nossa conversa circulava entre eles uma garrafa de suco contendo um líquido avermelhado, querendo eles assim dar a impressão para os de fora que eles estavam tomando suco quando na verdade estavam tomando pinga. O líquido, segundo eles, era pinga com refresco. Uma garrafa de 500ml custava lhes R\$ 0,50 centavos. Vejamos o que diz a gerência do Parque sobre esse grupo.

Há uns três meses atrás nós tínhamos uma faixa de uns dez albergados, mais ou menos, no Parque como um todo. Hoje nós temos mais de cinquenta. A gente não sabe exatamente o que foi que aconteceu. Sabemos que a população de albergado e de pessoas que vivem na rua, elas aumentaram muito... de um mês pra cá eles triplicaram. Isso a gente não sabe exatamente porque... nós sabemos o seguinte: eles ficavam ali e não pediam. Eles sabem que aqui dentro do Parque eles não podem pedir nada. Então eles não pedem. Mas, eles estão bebendo muito. Eles trazem aquela garrafinha de água mineral cheia de cachaça. E ali eles bebem. Bebem pra cair. Então isso tem trazido alguns transtornos pra nós. Porque o vigilante está aqui pra poder tomar conta do patrimônio público e o cara que chega, coloca um cobertor, um colchão, um travesseiro em cima do jardim está detonando o nosso patrimônio. Então, tem havido sim.. alguma restrição entre essa população e a vigilância do parque (Gerência do Parque).

Os albergados, segundo deixa transparecer a gerência do Parque, é um grupo de usuários sob vigilância, portanto, que ameaça ou foge de um certo padrão de uso desse espaço. Outros usuários também têm se reportado aos albergados com restrição justamente por suas condutas. "eu impediria de muita pessoa de entrar. Mendigos. Não desprezando deles, mas fazem muita bagunça" (Doméstica, 29 anos).

Todavia, já mencionamos no capítulo anterior que alguns albergados buscam ocupar esse espaço respeitando as regras implícitas de conduta nesse espaço, procurando preservar limpa a área que ocupa não "tumultuando o ambiente".

3. Os grupos de usuários e suas apropriações

3.1. Rememorações no uso do espaço

Comparando o "grupo das famílias" com o "grupo das seis", constatamos que o primeiro grupo tem uma frequência esporádica enquanto o segundo, frequenta diariamente o Parque. No "grupo das famílias" as pessoas afirmaram frequentar o Parque desde criança, embora de modo esporádico. Nesse sentido, a resposta de algumas pessoas desse grupo à questão "há quanto tempo o senhor(a) frequenta o Parque?" foi respondida no sentido de "frequento, porque eu o conheço desde criança" ou no sentido de que "o Parque não é um espaço desconhecido por mim". Consideramos válidas as respostas porque elas nos ajudam a analisar o aspecto de retenção da memória do lugar por parte dos entrevistados. O "grupo das seis", por sua vez, respondeu a mesma questão supra, tendo como referência o tempo efetivamente que seus componentes fazem uso desse espaço, sobretudo, para a prática diária de exercícios físicos e, não tanto, o tempo em que teve, num passado remoto, contato com esse espaço.

Um senhor, por exemplo, que estava com a esposa e filha pequena, afirmou frequentar o Parque Municipal desde criança, todavia, não tinha nenhuma lembrança desse lugar, no passado. Portanto, são trinta e oito anos de frequência de um espaço sem guardar dele nenhuma lembrança do passado. Isso se explica, acreditamos, pelo modo de apropriação do espaço. Ele declarou visitar o Parque apenas algumas vezes por ano e somente a área dos brinquedos: "Não fico dando bandeira, é dos brinquedos para a portaria" (Funcionário público, 38 anos, grupo família). Uma apropriação esporádica e bem delimitada do lugar. Ao contrário do "grupo das seis" que tem também uma apropriação delimitada _ prática de exercícios _ porém, contínua, desse espaço.

Esse senhor, porém, é uma exceção no que diz respeito a memória desse espaço. Outros, assim como ele, que afirmaram frequentar esse espaço "Desde criança" relataram ao menos uma lembrança esparsa do lugar como foi o caso de um cabeleireiro de 38 anos e um estudante de 20 anos. O primeiro visita o Parque algumas vezes por ano, estava acompanhando sua filha pequena, que estava desenhando paisagens do Parque, cumprindo

tarefa escolar de um colégio¹⁵ de classe média alta da cidade; e, o segundo, ao menos, uma vez por mês, atravessa o Parque e estava acompanhado da namorada. Ambos relataram fatos de suas memórias de uso desse espaço.

"Tenho fotos de pequeno com meu irmão aqui no Parque"
(Cabeleireiro, 38 anos, grupo família)

"Comia algodão doce. Andava de barquinho...." (Estudante, 20 anos, grupo família).

Interessante observar a função social no resgate e preservação da memória que têm os fotógrafos "lambe-lambe" nesse espaço. A foto de quando era criança nesse lugar se apresenta como um convite a uma revisitação do passado das próprias pessoas e como ritual que se repete na volta ao Parque, agora adulto, com seus filhos. No capítulo anterior, também verificamos nas fotos do passado, nesse espaço, um instrumento de recordação, de rememoração.

Muitos belo-horizontinos já passaram por esse Parque. Já fizeram parte desse Parque. Meus pais... minha esposa (29anos) tem uma foto, de quando era criança, sentada em um daqueles cavalinhos (referindo-se aos cavalinhos de madeira dos fotógrafos 'lambe-lambe' (Representante comercial, 31 anos, grupo família).

Encontramos novamente esse mesmo instrumento de recordação na fala de uma senhora, que não se enquadra no grupo em questão _ "grupo das famílias" _ assim como definimos supra, que afirmou ter fotos antigas nesse espaço.

"Tenho fotos de 30 anos atrás, aqui no Parque. As músicas (os concertos) que tinham aqui.... era muito divertido" (Aposentada, 52 anos).

O "grupo das famílias", na verdade, representa o grande público de visitação do Parque Municipal de Belo Horizonte. Esse grupo, embora não regularmente, o visita sempre. Essas visitas esparsas no decorrer do tempo vai registrando de alguma forma fatos e acontecimentos relacionados a esse espaço.

¹⁵ Trata-se de um Colégio localizado na cidade Jardim. No dia anterior, também entrevistei um casal que estava também acompanhando sua filha no cumprimento de tarefa semelhante.

"Quando era jovem, uns catorze anos, o barco afundou comigo e meu primo. Saímos nadando" (Motorista, 50 anos)

"Sempre gostei de orquídeas. Aqui tem um orquidário"(Bióloga, 37 anos, grupo família).

Encontramos aos sábados à tarde e domingos, normalmente utilizado majoritariamente por grupos familiares, pessoas que atualmente só freqüentam o Parque muito esporadicamente, mas que ao visitá-lo ocasionalmente relembra esse lugar como um espaço de memória de uma determinada época de suas vidas. Esse foi o caso de um casal que romanticamente passeavam pelo Parque numa tarde de sábado. Eles assim nos relataram a respeito de suas lembranças e freqüência a esse espaço.

Já freqüentamos muito aqui. Era o nosso passeio predileto nos fins de semana. A gente almoçava. Dava pipocas para os marrecos que tinham ali na frente, olhava a criançada brincar. Isso há uns quinze, vinte anos atrás mais ou menos (Contador, 68 anos, grupo família)

A lembrança é a melhor possível. Nossa! Só coisa boa. É um lugar alegre, bonito... agora eu não estou achando igual ele era. Era muito movimentado, mais bem cuidado. Era bom demais. A grama está mal cuidada, tem muito mato, muitas árvores que tinham aqui foram cortadas e a limpeza está a desejar (Doméstica, 66 anos, grupo família)

O Parque também passa despercebido para muitos de seus usuários. Isso foi verificado tanto no "grupo das famílias" quanto no "grupo das seis". Uma senhora, por exemplo, do "grupo das seis", 43 anos, há 28 que freqüenta o Parque Municipal, não tem nenhuma lembrança do passado, desse espaço e assim se justifica: "a gente vinha antes, mas ficava mais de olho nas crianças" (Do Lar, 43 anos, grupo das seis).

3.2. Atributos de segurança: proximidade e distanciamento

Quase a totalidade dos usuários entrevistados afirmaram o Parque como um lugar seguro ou relativamente seguro porém, a maioria condicionou a segurança do Parque a algum fator. Esse condicionamento é interessante porque nos permite compreender como configura-se a espacialidade do lugar.

Percebemos que, para ambos os grupos, a segurança está condicionada ao horário e à presença ou não de pessoas inoportunas: pivetes, mendigos e arruaceiros, por exemplo. Desse modo, a frequência ao espaço, num mesmo horário, por um mesmo grupo, confere aos seus integrantes uma sensação de segurança. Daí, eles afirmarem "até a hora que a gente fica", "De manhã", "Durante o dia", horários em que esses grupos usam o Parque.

Se associarmos esses horários com as áreas que eles utilizam podemos entender com mais clareza a resposta de um pai de família analisada supra . "Não fico dando bandeira, é dos brinquedos para a portaria". O "grupo das seis" e o "grupo das famílias" concentram-se em áreas bem definidas. O primeiro, utiliza apenas a pista de *cooper* que circula todo o Parque como assim revelou suas respostas à pergunta "qual a(s) área(s) que você mais frequenta no Parque?". Todos unanimemente responderam "pista de *cooper*" e alguns até enfatizaram "somente a pista de *cooper*". O segundo grupo, por sua vez, variou suas respostas entre os brinquedos e lagoa dos barcos, áreas próximas, portanto, que ao mesmo tempo os atende e os concentra.

A concentração de um mesmo grupo num mesmo local, proporcionado pelo lugar, oferece uma sensação de segurança a esse grupo. Isto pode ser constatado na resposta, de uma mãe que estava com sua família, à pergunta " A que o senhor(a) atribui a segurança no Parque?". "Ele é cercado. As pessoas vem aqui em família. São sempre grupo familiar, pode ver ao redor. Não tem má intenção" (Bióloga, 37 anos, grupo família).

O lugar cercado, os brinquedos para as crianças e o gramado para a realização do piquenique, concentrados em áreas próximas, proporcionam aos usuários do grupo das famílias uma confiança propícia para a realização de seu lazer nesse espaço. Desse modo, o Parque Municipal configura-se como um espaço atraente e preferido a outros espaços conhecidos por seus usuários, como detectamos em nossa pesquisa exploratória. Aliado a isso, vem em segundo plano a sua localização e acesso mas de nada adiantaria isso se o espaço não atendesse as necessidades de segurança e "conforto" para a realização do lazer dessas pessoas.

A apropriação dos grupos de usuários do Parque, de determinadas áreas em determinados horários, configura a espacialidade desse espaço. O Parque Municipal de Belo Horizonte forma no decorrer da semana e nos finais de semana, em diferentes horários, várias espacialidades. Aos domingos, por exemplo, durante o dia, até por volta das 15:00 horas, a espacialidade do Parque é majoritariamente familiar, com a presença de muitos casais de namorados e grupos de famílias que ocupam, sobretudo, a área dos brinquedos, gramados próximos ao Imaco e gramados em volta da lagoa dos barcos. Mais para o final da tarde, essa espacialidade vai sendo interpenetrada por uma outra mais diversificada que são os pequenos grupos, na maioria jovens, que diferem dos jovens das primeiras horas do dia, sobretudo por suas indumentárias. São os jovens, que provavelmente vão para as casas de dança próximas ao Parque Municipal às margens das Andradas. Também tem o pessoal da capoeira com suas vestes próprias, as pessoas que vieram da feira de artesanato da Afonso Pena e finalmente, os jovens e as jovens trabalhadores que circulam à tarde pela área dos brinquedos e lagoa dos barcos, margeando as Andradas. É plausível, para um observador atento, essa diferença de configuração espacial no decorrer do dia de domingo, no Parque.

Durante a semana também ocorre o mesmo. O Parque a partir das dez horas da manhã vai configurando-se em espacialidades diversas, bem distintas da espacialidade configurada pelo grupo das seis que se apropria dele antes desse horário. O Parque, a partir desse horário, recebe um público muito heterogêneo. Aumenta significativamente o número de transeuntes que o atravessa para encurtar caminho entre as avenidas que o cerca. Aposentados, desempregados e pessoas que descansam enquanto aguardam a hora de um compromisso. É por volta das nove e dez da manhã que chegam os moradores de rua que são obrigados a saírem dos albergues após o café da manhã. E assim, o Parque vai se configurando numa espacialidade bem heterogênea.

O "grupo das seis" parece ser o grupo mais homogêneo e elitizado de uso do Parque Municipal. Fora dele, só o grupo de pessoas que vem assistir aos concertos nas manhãs dos primeiros domingos de cada mês. Observamos que essas pessoas não tem um perfil definido. Esse público eventual do Parque é formado em grande parte por casais sem filhos, mas também por pessoas desacompanhadas, pessoas idosas e jovens. O evento que se realiza próxima à administração do Parque parece atrair um público específico e diferente daquele que vai ao Parque para lazer familiar. Não observamos esvaziamento ou fluxo das famílias das áreas dos brinquedos para a área dos concertos ou vice-versa, durante a realização desse evento. Após o evento, observamos que as pessoas se dirigiam quase que na totalidade para

fora do Parque, o que deixa transparecer que foram lá e estavam lá só para àquele evento. Isso foi confirmado em conversas informais com alguns casais que lá estavam. "Viemos aqui porque vimos a propaganda na televisão de que iria haver esse concerto. Geralmente não costumo vir aqui não. Fazem muitos anos que estive aqui" (casal de professores).

3.2.1. O "popular" e o "estranho"

Na percepção dos entrevistados, o Parque é percebido como um lugar de apropriação da classe popular, aqui entendida como pessoas de pouca ou mesmo nenhuma posse e até mesmo como desocupadas e, portanto, como uma ameaça em potencial à segurança do lugar, tornando-o inseguro, segundo nos transpareceu na entrevista com as pessoas dos grupos que nós aqui estamos focalizando, ao nos responderem o que eles achavam das pessoas que freqüentavam o Parque.

Mistura. Pessoas honestas, outras não. Só da gente olhar já sabe. Mas é a minoria. A maioria parece honesta. O jeito de falar, vestir, andar... você já sabe se é honesta. (Mãe de família, 29 anos, faxineira).

É para família de baixa renda. É onde as crianças se divertem. Brinquedos são baratos...mas tem algumas pessoas... a entrada deveria ser mais rigorosa. Entra bêbado, mendigo, jovens sem família, vem e tira o lazer da família.... as pessoas tinham que comprovar sua idoneidade (Pai de família, 38 anos, Funcionário público).

O "popular" apresenta-se para alguns usuários como uma categoria de diferenciação. Embora a categoria "popular" assim como também a categoria "elite" seja muito pouco precisa em termos sociológicos (Velho e Castro, 1978: 12), essa categoria aqui será entendida no contexto de fala dos entrevistados. Nesse contexto, essa categoria nos foi sugerida como sendo àquelas pessoas que não se enquadram num determinado perfil de uso desse espaço num determinado momento, ou seja, no perfil estabelecido informalmente e que identifica um grupo específico como, por exemplo, o perfil que identifica o "grupo das seis" que se apropriam do Parque, aproximadamente num mesmo horário, para a prática de caminhada. Assim, as pessoas fora desse perfil são vistas com certa desconfiança por esse grupo como é possível perceber na fala de um usuário que classificamos nesse grupo: "a gente conhece todo mundo que caminha. Cumprimenta, dá bom dia! Mas tem algumas pessoas que ficam muito paradas, juntas, mal encaradas... esse grupinho que fica aí no fundo (referindo-se a um grupo

de aproximadamente cinco pessoas do sexo masculino que se encontravam próximas. A área a que se refere a entrevistada é a Praça dos Fundadores que já mencionamos no primeiro capítulo) " (aposentada, 61 anos, "grupo das seis").

Uma outra entrevistada do "grupo das seis", assim se referiu às pessoas que freqüentavam o Parque: "São pessoas de bem, são pessoas de classe média, classe média alta, tem todo tipo de pessoa, então são todas em busca de saúde, de exercício. Porque a nossa preocupação maior é a saúde" (aposentada, 56 anos). Ela tenta até ser mais abrangente "tem todo tipo de pessoa" mas, na verdade, ela se detém em seu grupo, o grupo de caminhada, pois, nem todos vão ao Parque Municipal para fazer exercícios preocupados com a saúde, como ela descreve "todas em busca de saúde, de exercício. Porque a nossa preocupação maior é a saúde".

Alguns usuários demonstraram ter uma percepção das pessoas e do espaço, de modo que, essa percepção parece colocá-los em sentido de alerta para determinadas pessoas que não se enquadram ou diferem do padrão de comportamento e uso do lugar, que ele faz. É o caso por exemplo da fala desta senhora

Na maioria das vezes que eu frequento aqui, toda semana, é um público razoavelmente bom, aparentemente de pessoas boas, mas a gente vê, de vez em quando, pessoas assim... que a gente fica assustada, um pouco. A fisionomia não parece ser umas pessoas que fazem do Parque um trânsito para eles (Aposentada, 61 anos, grupo das seis).

Talvez essa entrevistada tenha explicitado com mais clareza o que os outros entrevistados classificaram como relativamente seguro, o espaço do Parque. Ele é seguro porque é freqüentado "aparentemente por pessoas boas", mas é ao mesmo tempo inseguro porque não temos certeza da idoneidade delas, conforme afirmará mais abaixo um outro usuário.

Outros usuários demonstram compreender em suas falas a dimensão da diversidade desse espaço como algo inerente a sua condição de espaço público aberto a todos sem distinção e nisto consiste a sua configuração como popular.

É bem diversificado. Pessoas de todos os níveis sociais, a gente percebe. Domingo vem gente de todas as classes assistir os concertos. Acho ótimo! O parque consegue assistir a todos (Assistente Social, 43 anos, grupo das seis)

O "popular" para outros usuários se apresenta como sinônimo de "classe assalariada" e "famílias de baixa renda": Nesse sentido, o Parque configura-se como "local de lazer" desse público.

Publico mais simples, mas que não abre mão do lazer. Você vê famílias inteiras. Estava há pouco comentando com meu marido, uma família inteira fazendo piquenique ali embaixo de uma árvore (Bióloga, 37 anos, grupo família).

Os usuários do Parque que não se enquadram nos padrões de uso e apropriação dos grupos dos entrevistados _ "famílias" e "de caminhada"_ são percebidos como pessoas suspeitas, ameaçadoras e que deveriam ter, no Parque, sua entrada controlada. Desse modo, os grupos configurados das famílias e da caminhada matinal, do Parque, reivindicam implicitamente um padrão de uso e comportamento para todos os usuários do Parque.

"(O Parque) é para famílias de baixa renda. Local sem muito requinte. Coisa mais acessível. Mas tem algumas pessoas (...) entra bêbados, mendigos, pessoas desocupadas. Vêm e tira o lazer da família. As pessoas tinham que comprovar sua idoneidade (Funcionário Público, 38 anos, grupo família)

Na maioria das vezes que eu frequento aqui, que é de Terça a Sexta, toda semana, é um público razoavelmente bom, aparentemente de pessoas boas... mas a gente vê, de vez em quando pessoas assim... que a gente fica meio assustada um pouco assim... E de vez em quando também eu assisto e vejo, aqui nessa Praça dos Fundadores, jovens estudantes que ficam fumando maconha aqui nessa praça. Eu já deixei sugestão na administração do Parque pedindo para que colocassem um guarda de plantão permanentemente para ver esse casos (Aposentada, 61 anos, grupo das seis).

Alguns usuários não percebem as pessoas que frequentam o Parque enquanto pertencente a determinada classe social e sim, enquanto se supõe que estejam nesse espaço para usufruir de tudo quanto ele oferece e proporciona, sobretudo a tranquilidade e o relaxamento. Assim, aparece novamente na fala dos entrevistados a apropriação desse espaço como "lugar de descanso e lazer" que vimos no capítulo anterior.

Pessoas simples também, que querem se divertir; que querem tranquilidade. Esse Parque é uma paz (Ajudante, 22 anos, grupo família).

Normais. Cada um procurando exercitar, procurando cultura (Pedagoga, 32 anos, grupo das seis).

Podemos então afirmar que a diversidade das pessoas que frequentam o Parque Municipal, e que o configura como espaço popular é apreendida pelos nossos entrevistados do

seguinte modo: como pessoas "estranhas" porque fogem a um certo "padrão" de uso e "pessoas de bem" porque ocupam esse espaço dentro de um determinado padrão. A segurança do Parque então se apresenta como um projeto de controle dos "estranhos" para que o "nível" seja mantido, a exemplo do que já demonstrara Jane Jacobs em seu trabalho (Jacobs, 2001:39-40). Isso foi o que percebemos na fala de alguns dos entrevistados, quando a eles perguntamos "O que precisaria ser feito para o Parque ser mais seguro?". Essa pergunta foi feita para àqueles que não achavam ou achavam relativamente o Parque Municipal um lugar seguro.

Difícilmente uma pessoa vai frequentar um lugar também frequentado por pessoas que ela considera como ruins, isso a igualaria a elas.

Os guardas deviam ter mais autonomia para mandar sair do Parque quem está fazendo cena obscena. Dispersar os grupinhos. É lógico que eles têm o direito de vir. Eles são de rua, onde vão fazer suas necessidades? (Aposentada, 61 anos, Grupo das seis).

A entrevistada reconhece o direito desses "estranhos" usarem o mesmo espaço que ela mas reivindica um padrão de comportamento "dispersar os grupinhos", "mandar sair". Reivindicação semelhante e mais detalhada é feita por outro entrevistado.

Ser monitorado por câmeras. Segurança uniformizada e não uniformizada. Posto policial fixo. Controle com rádio, dos segurança. Controle de quem entra. Um crachá para quem entra com cores. Por exemplo: se entrou trezentos crachás laranjas tem que sair trezentos" (Funcionário público, 38 anos, grupo das famílias).

O controle e vigilância do espaço encontra eco também na fala de outros entrevistados.

Mais policiamento ou aumentar... mais guarda. Eu impediria de muita pessoa de entrar. Mendigos. Não desprezando deles mas, eles fazem muita bagunça" (Servente, 29 anos, grupo das famílias).

Câmeras de filmagem. Circuito interno de vídeo. O povo reclama, diz que isso tira a liberdade. Se aqui é um lugar público não tem porquê não concordar com vigilância eletrônica. Fazemos em público o que se pode fazer em público, por isso não tem que falar de privacidade. Fragar um dedo no nariz, isso todo mundo faz em público. Não pode é fazer em público o que não deve...(Cabeleireiro, 38 anos, grupo das famílias).

Colocava mais segurança, mais vigilância. Observaria mais os bêbados. Ficaria mais atento com eles. Olho nos pivetes...é público! Não pode impedir deles entrarem...(Design, 54 anos, grupo das seis).

Alguns usuários deixaram transparecer em suas falas um certo dilema por nós assim interpretado. Na verdade, as sugestões de controle e vigilância do Parque feitas por nossos entrevistados são próprias e adequadas para espaços privados de uso público como são os *shopping centers*. Ao perceberem isso em suas falas, alguns usuários se desculpavam de certa forma, reconsiderando o seu discurso para o "politicamente correto", fazendo afirmações do tipo "É lógico que eles têm o direito de vir", " Não desprezando deles mas..", " é público! Não pode impedir deles entrarem".

A sensação de estar num espaço controlado e vigiado, parece ser o modo de se sentir seguro do homem urbano. Esse é o "modo de segurança" presente nos *shopping centers* e que parece tornou-se um "habitus" moderno no que diz respeito a segurança. Controle e vigilância estavam presentes nas falas de todos os entrevistados ao opinar sobre as medidas a serem tomadas para fazer do Parque um lugar mais seguro.

Para as pessoas que achavam o Parque Municipal um lugar seguro, perguntamos a elas "A que você atribui a segurança no Parque?". As respostas também fizeram relação com o controle e vigilância do lugar.

Aqui tem os guardas sempre observando. Eles estão sempre atentos. Eu caminho em vários horários...os guardas chegam e avisam. Olha, essa área está mais deserta, já é tarde, é melhor não circular por aí (Do Lar, 43 anos, grupo das seis).

Esse sistema de entrada também ajuda. Uma pessoa controla mais ou menos. E quem vem para aprontar tem que olhar, aprontar e saber por onde vai sair e nessa saída se ele não for muito esperto, ele é pego (Doméstica, 66 anos; Contador, 68 anos, grupo família).

A segurança é muito boa. Esses guardas é uma presença boa. Tendo alguém olhando fica bem mais seguro (Ajudante, 22 anos, grupo família).

Porque é um ambiente praticamente fechado. Isso inibe um pouco a marginalização. Por isso ele representa mais segurança (Cabeleireiro, 38 anos, grupo família).

A segurança justamente por esses agentes, esses guardas que ficam sempre rondando e tomando conta daqui. E também por causa das portarias. As pessoas que tomam conta na frente, em cada entrada. Eu acho que qualquer coisa eles detectam e já ficam de olho. Tem também uma patrulha da polícia que passa de vez em quando. Acho que isso é muito importante, principalmente para essa área verde que nós temos (Aposentada, 61 anos, grupo das seis).

O fato de o Parque ser cercado e ter uma guarda de vigilância são fatores que levaram alguns usuários a qualificar esse espaço como um local seguro. O gradil que cerca o Parque exerce sobre os usuários uma sensação de segurança que eles não encontram em lugares abertos como as vias públicas do centro da cidade. Nas ruas, as pessoas estão sozinhas e são anônimas em meio a multidão. No espaço das ruas, é mais difícil identificar as espacialidades

com a qual as pessoas possam se identificar e se sentir seguras porque essas espacialidades são transitórias. Talvez, assim, se explique, as cenas de furtos praticadas em meio à multidão, que a população, inerte, assiste a ação dos agressores para com suas vítimas.

Os usuários do Parque conhecem o espaço das ruas. E sabem que esse espaço não é um espaço seguro. De fato, as pesquisas têm demonstrado que a violência urbana tem aumentado muito nos últimos anos nas grandes metrópoles, o que justifica o medo e receio das pessoas em frequentar espaços públicos. Segundo o CRISP, só em 2002, 14,4% da população da cidade de Belo Horizonte foi vítima de furto e do total das pessoas que foram vítimas de furto, 3,8% mais de uma vez (Crisp, 2003).

Entretanto, Mike Davis, em seu estudo sobre a cidade de Los Angeles, afirma que o desconhecimento das condições reais em que ocorre a violência aumenta a percepção de ameaça, de modo que, segundo ele, "a percepção social da ameaça se torna uma função da própria mobilização por segurança, e não dos índices de criminalidade" (Davis, 1993:206). Assim, o Parque Municipal se apresenta como um lugar ameaçador por aqueles que não o frequentam, como podemos perceber na fala de alguns dos entrevistados.

"Meus amigos me perguntam: você não tem medo de caminhar no Parque?"
(Médico aposentado, 65 anos, morador do centro)

"Eu mesma tenho amigos, colegas, conhecidos que têm um certo preconceito com relação ao Parque Municipal" (Bióloga, 37 anos, bairro Estoril).

Em relação à indagação dos amigos que não frequentam o Parque, os usuários acima assim responderam respectivamente: "Eles têm medo porque não conhecem o Parque. Precisa de mais divulgação"; "Eles não reconhecem o valor histórico que o Parque tem para Belo Horizonte".

O Parque Municipal parece não possuir uma boa reputação entre as pessoas que não fazem uso dele. Tudo indica que essa reputação seja resultado dos anos de abandono e ostracismo a que ele ficou relegado (CVRD, 1992:99-104), como já mencionamos no primeiro capítulo deste trabalho. Um dos entrevistados assim explicita essa reputação;

O Parque teve essa má fama. Mas eu que moro aqui, no Funcionários, desde 1972 (...) ele já teve fases piores. Principalmente quando não tinha grades, mas depois que foram colocadas as grades, delimitando o Parque, foi chamado um processo de conscientização da população (...) A má fama do Parque foi atribuída a muitos pivetes. Havia uma população flutuante e perambulante da cidade que dormia aqui.

Tinha um bando de coisas desagradáveis. Um bando de homossexuais, umas coisas muito esquisitas. Isso eu mais ouvir falar porque eu nunca presenciei. A não ser àquelas pessoas esquisitas que estavam aí e nós fizemos, a turma das seis horas, uma entrevista com um administrador que havia aqui. Esse administrador trouxe para o Parque uma civilidade maior". (Aposentada, 56 anos, grupo das seis).

Todavia, veremos mais adiante que esse medo do Parque Municipal carece de dados objetivos. O mais interessante, no entanto, foi a percepção desse espaço, como um lugar seguro, relacionando essa segurança não ao controle e vigilância, mas às pessoas que frequentam esse espaço, confirmando o que já vínhamos discutindo mais acima.

O ambiente não é propício à violência. As pessoas vêm aqui para se divertir. (Estudante, 20 anos, grupo família).

Nunca vi nada aqui. Lugar que o povo frequenta fica mais seguro. Também tem policiamento e horário para abrir e fechar (Aposentada, 73 anos, grupo das seis).

Porque nunca aconteceu nada comigo e nem nunca vi acontecer (Carteiro, 29 anos, grupo família).

O Parque, para esses usuários, é seguro porque a sua espacialidade não se configura como "propícia à violência", as pessoas lá estão "para se divertir". Os frequentadores configuram-se num grupo espontâneo, oferecendo confiança mútua, como bem assinalou uma mãe de família, "As pessoas vêm aqui em família. São sempre grupo familiar, pode ver ao redor. Não tem má intenção" (Bióloga, 37 anos, grupo família). A mesma confiança foi manifestada ainda por outros usuários. "Eu me sinto segura aqui. Aqui estou no meio de família. Por isso me sinto segura" (Doméstica, 25anos).

Para Jane Jacobs, a segurança no espaço público está diretamente vinculada à presença diversificada de pessoas transitando no lugar ou que possam ser vistas por outras pessoas. Assim, afirma essa autora, "Uma rua movimentada consegue garantir a segurança; uma rua deserta, não" (Jacobs, 2001:35). Interessante observar que um dos entrevistados afirmou algo parecido. "lugar que o povo frequenta fica mais seguro". para essa autora, a presença de desconhecidos pode converter-se em fator de segurança, desde que o espaço apresente uma infra-estrutura com as seguintes características: uma nítida separação entre o espaço público e o espaço privado; a existência de "olhos para a rua" ou de "proprietários naturais da rua" , que seriam os edifícios com suas janelas voltadas para a rua; e, finalmente, que as calçadas sejam ininterruptamente transitadas (Jacobs, 2001:35/6). O Parque Municipal, sendo um lugar muito frequentado e menos anônimo que as calçadas do centro, deverá proporcionar uma sensação maior de segurança para seus usuários. Essa sensação de segurança dos usuários efetivos do

Parque, é reforçada pelo fato de não presenciarem, nesse lugar, cenas de violência que abalem a sua confiança.

Bom! Nunca nos aconteceu nada aqui. Ficávamos o dia inteiro aqui, nunca nos aconteceu nada (Casal, 66 anos, doméstica e 68 anos, contador, grupo família).

Porque ninguém vê nada de mais acontecer. Se não fosse seguro a gente via algum fato acontecendo. A gente não vê nada de anormal (Senhoras aposentadas, 52anos, doméstica e 54anos, costureira, grupo família).

De fato, segundo informações da administração do Parque Municipal são quase inexistentes as ocorrências dentro do Parque. Também investigamos com os entrevistados se eles já haviam presenciado alguma cena de violência no Parque ou tido notícia de fato semelhante e obtivemos o seguinte resultado: cinco afirmaram ter presenciado, furto no Parque e três outros afirmaram ter presenciado briga ou confusão; cinco outros entrevistados apenas ouviram falar dessas coisas e os demais não presenciaram nenhum fato violento no Parque.

As respostas dos usuários vêm confirmar o que já havíamos acenado no capítulo anterior. Tudo indica que não há um relatório de ocorrências, por parte da vigilância do Parque, em que seriam registrados casos, como os apontados por nossos entrevistados. Essa suspeita não é sem fundamento. O diagnóstico que serviu de base para o projeto Parque 21 apontou a inexistência de um acervo completo e sistematizado sobre a vida do Parque e a desarticulação das atividades administrativas e operacionais internas do Parque. (Parque 21, 2002:21-22).

Muitas das ocorrências presenciadas por nossos entrevistados, pequenas brigas e furtos, não justificavam um registro policial e nem dependiam da vigilância do Parque, mas das vítimas. Certamente, alguns casos de furtos presenciados pelos entrevistados nem chegaram ao conhecimento dos guardas. Nós mesmo presenciamos um caso de furto no Parque, enquanto entrevistávamos um grupo de albergados, e a vítima tentou fracassadamente perseguir por alguns metros o ladrão e depois desistiu e saiu do Parque. Esta cena foi presenciada por alguns usuários e naquele momento não havia um guarda próximo. Tudo indica que não houve comunicação oficial do ocorrido. Segundo a pesquisa do CRISP, 70,8 % das pessoas que são furtadas na cidade de Belo Horizonte não acionam a polícia. (Crisp, 2003)

Todavia, alguns casos, relativamente graves, foram relatados com a intervenção da vigilância do Parque e provavelmente com registro policial segundo o que nos narraram os entrevistados abaixo.

Uma briga há uns dois meses. Uma mulher deu uma facada num homem. Mas veio os guardas e levaram logo (Ajudante de produção, 35 anos, grupo família).

Vi um furto; duas mortes. Um que se jogou de uma árvore há mais ou menos um ano atrás¹⁶ e outro que se queimou, tocou fogo nele. (Funcionário público, 40 anos, grupo das seis)

A vigilância do Parque, resolve ela mesmo, sem a intervenção da polícia, muitos dos casos de violência ocorridos no Parque, segundo a reportagem sobre violência nos Parques e Praças da cidade, do Jornal Estado de Minas (Estado de Minas, 2002).

A maioria dos entrevistados, entretanto, só ouviram falar de casos ocorridos com pessoas próximas a eles. Os casos relatados apresentam uma violência difusa que vai desde atentado ao pudor até tráfico de drogas.

Disseram que uma menina já foi molestada aqui....a pessoa chega encosta numa menina e se passa como namorado. Casais de namorados que fazem sexo na grama. Me disseram que isso acontece durante a semana (Funcionário público, 38 anos, grupo das família).

Tráfico de drogas no colégio Imaco. Meu amigo estudava lá e me falou. (Estudante, 20anos, grupo família).

Duas vizinhas foram assaltadas por um pivete e levaram a bolsa de uma delas e não acharam."(Cabeleireiro, 38 anos, grupo família).

Um colega foi furtado aqui. Três seguraram e pegaram a carteira dele (Metalúrgico, 31 anos).

Rapazes insinuando pro outro e depois eles saindo. Saindo aqui do Parque com certeza par fazer o programa deles. (Aposentada, 61 anos, grupo das seis).

A violência presenciada por nossos entrevistados se dá entre "os estranhos", àqueles que não se adequam ao "padrão" de uso dos grupos que estamos focalizando. As agressões, furtos e brigas ocorrem e são provocadas por esses usuários "estranhos", ou seja, que não se configuram na espacialidade do Parque estabelecida num determinado momento por um determinado grupo. " Essas mulheres... mendigos", " Gente estranha",. A violência no Parque, parece se configurar na fala dos entrevistados, como ocorrendo no "grupo dos estranhos".

¹⁶ Já fizemos alusão a esse fato no capítulo 1. Quanto ao outro fato relatado pelo entrevistado nós não temos conhecimento.

Para quem não gosta de confusão (o Parque é seguro). Outro dia eu ia passando ali e o cara ficou na minha frente. Eu ia pro lado e ele ia. Ia pra outro lado e ele ia. Depois ele me perguntou: 'não vai sair de minha frente não?' Eu disse não! Ele que não estava querendo que eu passasse. Deixei ele lá falando e fui me embora (Motorista, 50 anos, grupo família).

Daí, a importância de permanecer junto ao seu grupo de identificação "não ficar dando bandeira" como disse um dos entrevistados, evitar ficar sozinho e em áreas pouco frequentadas, como eles revelaram ao responderem se evitavam alguma área do Parque. "Sim. Áreas mais distantes. Muito isoladas. Aquela área lá de trás" (praça dos fundadores) (doméstica, 25 anos).

Importante observar que as áreas onde os usuários evitam passar: área dos barcos e a área dos "fundos" (Praça dos Fundadores) foram as áreas apontadas pelos albergados como sendo os locais onde se concentram os "mau elementos" do Parque, no dizer deles. Segundo eles, na área dos barcos, ficam alguns praticantes de furtos da região central da cidade que correm para o Parque e aí descansam, "dar um tempo". Na "área dos fundos", que os albergados chamam de "matinha", ficam os michês e homossexuais e também já foi identificada por usuários do "grupo família" e do "grupo das seis" como veremos mais abaixo.

O medo de estar em áreas isoladas se revela, na fala dos entrevistados, como sendo o medo dos "estranhos". Que pode ter o significado de estar desprotegido, de estar longe de seu grupo de identificação. Interessante observar que essa categoria de "estranhos" apareceu também em nossa pesquisa anterior (segundo capítulo), quando um aposentado nos relatou um furto que ocorreu com seu amigo: "Aqui é um lugar de forasteiro. Um amigo meu estava fazendo um cigarro de palha e chegou um forasteiro e pediu um cigarro. Quando ele foi dá, arrastou sua pochete com tudo e saiu correndo" (Aposentado, 64 anos). E agora retorna novamente, nas respostas dadas a questão, "Se tem alguma área que eles evitavam usar". Aqui, porém, fica mais explícito o que eles deixam entender por pessoas "estranhas".

Sim. Lá no fundão é muito isolado.. com medo... a gente vê alguns sapatões. Já vi várias. Por isso parei de ir lá (Doméstica, 51 anos, grupo família)

Não. Eu ando em todo ele. E, sinceramente, não tem tido elementos esquisitos aqui não. Seria inclusive uma inverdade se isso eu dissesse. Não tem." (O que seria elemento esquisito? Perguntamos.). "Olha! Havia um pessoal aqui. Homossexualista. Assim... com encontro. Um negócio esquisito. E aí, nós falamos com a administração. A turma das seis horas da manhã e fomos plenamente atendidos. Esses elementos foram retirados (Aposentada, 56 anos, grupo das seis).

Sim. Lagoa dos barcos. Tem muito pouca segurança lá. Tem muito mal elemento ali (Metalúrgico, 31 anos).

Segundo Mike Davis, "A "segurança" tem menos a ver com a proteção de cada um do que com o grau de isolamento pessoal, em ambientes residenciais, de trabalho, consumo e viagem, em relação a grupos e indivíduos "desagradáveis", ou mesmo à multidão em geral" (Davis, 1993:206)

Nenhum dos entrevistados foi vítima de qualquer tipo de agressão. A metade presenciou e mais da metade só ouviu falar de agressões ou violências ocorridas nesse espaço. Por esse motivo, achamos que a insegurança decorre do fato desses grupos serem obrigados a usufruírem de um mesmo espaço com pessoas "estranhas" ou que fogem ao padrão de uma determinada apropriação, que identificam esses grupos.

Na verdade, o "estranho" pode ser apreendido como uma figura inerente ao processo de modernização e desenvolvimento das cidades que transfigurou os espaços públicos de lugares de encontro de pessoas conhecidas para um aglomerado de desconhecidos, transformando, por exemplo, praças tradicionais em memória de uma fase pré moderna ou industrial da cidade.

Aos poucos, portanto, as praças tradicionais, com uma sociabilidade circunscrita e reconhecível, perderam força enquanto centros da vida urbana, passando a caracterizar parte da memória da cidade pré - industrial, ao passo que as ruas foram marcadas de forma indelével pelo novo fenômeno da Revolução Industrial: as multidões, dentro das quais o estranhamento e a imprevisibilidade tornaram-se predominantes.(FRÚGOLI, 1995:15).

As pessoas "esquisitas" também são apontadas como sendo àquelas que apresentam um comportamento sexual socialmente não aceito. "A gente vê alguns sapatões. Já vi várias. Por isso parei de ir lá" (Doméstica, 51 anos, grupo família); "Sinceramente, não tem tido elementos esquisitos aqui não... Homossexualista.... com encontro. Um negócio esquisito" (Aposentada, 56 anos grupo das seis). De fato, a "área lá do fundão" é a praça dos fundadores, próxima a administração, que durante as nossas observações descobrimos como lugar de "pegação" do Parque e confirmada também na pesquisa de Teixeira (2003) que citamos anteriormente. Segundo, Andrade e Teixeira, em suas análises sobre a sexualidade no espaço urbano de Belo Horizonte, alguns michês utilizam o Parque Municipal para o seu trabalho, fazendo dele um dos poucos lugares, no contexto urbano da cidade, em que esse tipo de atividade possa ser desenvolvido durante o dia (ANDRADE e TEIXEIRA, 2002:16).

O grupo dos "esquisitos", segundo a fala dos entrevistados, parece abarcar os usuários de drogas, os homossexuais e outras pessoas de comportamento sexual socialmente discriminados. Durante a entrevista, uma usuária nos chamou a atenção para um outro usuário fazendo o seguinte comentário: "Esse homem que vem vindo aí, é um tarado. Ontem eu vi uma mocinha nova, ele ficou louquinho fazendo gestos obscenos para a moça" (Aposentada, 61 anos, grupo das seis).

Interessante observar, que no grupo dos "esquisitos" não aparecem as prostitutas, nem os albergados. As prostitutas, talvez por agirem dissimuladamente e os albergados por buscarem manter um comportamento que lhes garantam a permanência no espaço. "Os (albergados) mendigos continuam de uma maneira muito discreta. Porque, na realidade, essa guarda que está aqui é muito atenta", comenta a aposentada de 56 anos, grupo das seis. Os batedores de carteira, apesar de sua dissimulação são percebidos por um ou outro usuário. "Ali, (lagoa dos barcos) tem muito mau elemento". A ênfase dada aos homossexuais talvez se relacione com o estigma aplicado a essa atividade.(Andrade e Teixeira, 2002:17). Ou com, o que Boaventura Santos classificou como um dos cinco desafios postos à Imaginação Sociológica na atualidade. Talvez os receios desses usuários para com os homossexuais decorram dessa contradição inerente aos nossos tempos, apontada por Boaventura, de que a vida íntima dos indivíduos tenha se tornado cada vez mais pública.

A terceira perplexidade ou desafio é a seguinte: os últimos dez anos marcaram decididamente o regresso do indivíduo. Contudo, em aparente contradição com isto, o indivíduo parece hoje menos individual do que nunca, a sua vida íntima nunca foi tão pública, a sua vida sexual nunca foi tão codificada,... a sua liberdade de escolha nunca foi tão derivada das escolhas feitas por outros antes dele.(Santos, 1999:20).

Procuramos demonstrar até aqui, que a espacialidade do Parque Municipal de Belo Horizonte é um fator decisivo na configuração identitária de alguns grupos de usuários. Quanto mais há concentração de pessoas de um determinado grupo em determinada área, formando uma espacialidade específica que as identificam, mais seguras se sentem essas pessoas. Desse modo, o Parque se apresenta como um lugar relativamente seguro porque essa espacialidade é constantemente ameaçada pela presença irrecusável do "estranho" por ser este lugar, um espaço público. O estranho, por sua vez, configura outras espacialidades, demonstrando a diversidade de uso e apropriação desse espaço e lhes conferindo o caráter de popular. Daí a reivindicação dos grupos de usuários que pesquisamos em se ter mais controle na entrada do Parque e monitoramento de seus frequentadores, quer seja por guarda ostensiva

e intensiva, quer seja por vigilância eletrônica. Como veremos mais abaixo, ao analisarmos a opinião dos entrevistados sobre o que poderia ser feito para tornar o espaço mais seguro e a que eles atribuíam a segurança do Parque Municipal.

4. Lazer e cidadania.

A despeito de toda "insegurança" que o Parque oferece, ele não deixa de ser frequentado, pelo "grupo das famílias", nem pelo "grupo das seis". Essa frequência "persistente" pode ser explicada, tanto pela arquitetura desse espaço público quanto pela satisfação das necessidades de lazer de seus usuários.

O que estamos chamando aqui de "arquitetura" do espaço é a disposição dos equipamentos naturais e artificiais oferecidos ao público, no interior de sua área e a sua localização geográfica no contexto urbano da cidade. Uma descrição pormenorizada dessa "arquitetura" foi mostrada no primeiro capítulo deste trabalho. Iremos, nesse momento, retomá-la em alguns aspectos, na medida em que, formos explicitando como esse espaço satisfaz as necessidades de lazer de seus usuários.

Do ponto de vista de sua finalidade, o Parque Municipal de Belo Horizonte, é um espaço destinado ao lazer. Ele foi concebido e pensado, nos primórdios da Capital, com essa finalidade. Inicialmente foi o lugar em que as elites da Nova Capital mineira usufruíam de seu tempo livre nas tardes de domingos e feriados (Barreto, 1995:577). Mas, após mais de cem anos, desde a sua inauguração, o Parque acolhe um público não mais tão elitizado. Esse público migrou para outros espaços de lazer que a cidade, em seu desenvolvimento e modernização, foi criando (Andrade, 2003:8). Hoje, o público do Parque, na maior parte das horas e dos dias, é majoritariamente popular. Esse espaço, é "o lazer da cidade" como expressou mais de um entrevistado. Como poderíamos entender isto?

"É um bom espaço de lazer para a cidade... arborização com certeza influi a cidade"(Carteiro, 27 anos, grupo família).

"Lugar de diversão, de paquerar... tranquilidade"(Secretária do Lar, 21 anos).

"Um ponto turístico. Uma forma de lazer" (Cabeleireiro, 38 anos)

"Arborização. Lugar de lazer. É o único lugar no centro"(Funcionário público, 40 anos).

"Belo Horizonte é pobre de lazer. O Parque representa muito"(Do Lar, 65 anos, Aposentado, 73 anos).

"Maravilha. A gente aqui se diverte pra caramba". (Ajudante, 35 anos).

O que podemos entender, segundo as respostas dos entrevistados, é que o Parque, enquanto espaço de "lazer da cidade", constitui-se num local público de acesso a uma determinada parcela da população. Se considerarmos que, segundo Boaventura Santos, a sociedade capitalista evoluiu gradativamente para uma sociedade de lazer (Santos, 1999:307), ou seja, o lazer como dimensão humano-existencial das sociedades modernas, então o Parque se apresenta para esses entrevistados como a possibilidade de realização dessa dimensão. Nesse sentido, o Parque Municipal de Belo Horizonte configura-se em importância para nossos entrevistados, como espaço de cidadania, expressa no direito de realizar, no mesmo espaço usado por outros cidadãos de maior renda, um lazer de acordo com as suas condições econômicas. Em outras palavras, no "direito igual de ser reconhecido como desigual" (Marshall, 1967:101) no modo de apropriação desse espaço.

No Parque Municipal encontramos famílias inteiras fazendo piquenique em baixo das árvores, muito à vontade o que não percebemos em outros espaços. A bióloga que estava acompanhada da filha e do esposo, administrador de empresa, comentou admirada: "Público mais simples, mas que não abre mão do lazer. Você vê famílias inteiras. Estava há pouco comentando com meu marido. Uma família inteira fazendo piquenique ali embaixo de uma árvore". Desse modo, o Parque possibilita que cidadãos de baixa renda usufruam de um espaço digno, que é frequentado também por cidadãos de maiores posses, embora, a maioria deles não usem esse espaço para o lazer de sua família do mesmo modo, como os de baixa.

A admiração da bióloga no modo como àquela família desfrutava o seu lazer, demarca a distância social entre eles, "público mais simples", embora estejam num mesmo espaço. Segundo Santin (1997:47) "Conhecendo as condições de participação de uma pessoa nas atividades de lazer podemos estabelecer o nível de sua cidadania". Sabendo-se que o público majoritário do Parque Municipal é popular, perguntar-se-á qual o lazer que deverá proporcionar esse espaço, para esse público?

A cidade de Belo Horizonte tornou-se muito violenta. O belo-horizontino ficou sem lazer. O Parque é um local para trazer a família. É um dos locais mais viável com lazer e segurança e acessível a todas as classes, A,B, e C.(Funcionário público, 38 ano, grupo família).

Por ser uma opção de lazer , especialmente para quem tem condições menos favorecida. Alternativa barata... então as pessoas têm condições de vir.(Bióloga, 37 anos, grupo família).

É uma área de lazer muito boa. Pessoas que têm grana vão ao shopping, quem não tem grana vem aqui. Fazer o quê no shopping? Não tem money.(Doméstica, 25anos).

Quando a pessoa não tem muita opção de ir a um lugar, que tira mais de seu bolso, você vem aqui. Aqui não precisa de dinheiro para se divertir. As crianças gostam do Parque.(Servente, 29 anos).

Pensar o lazer para esse público, vem a ser, pensar a cidade como um direito seu; como expressão de sua cidadania. Segundo Erivelto B. Garcia

A cidade já não pode ser mais, tão-somente, o espaço da atividade econômica ou o espaço utilitário da habitação ou das vias de circulação; tem que ser, também, o espaço existencial que permita a cada um a procura de sua realização como pessoa. Tem que ser o espaço não apenas do trabalho, mas do descanso, do divertimento, do lazer (Garcia, 1996:18).

Para todos esses cidadãos, o Parque se abre e os acolhe. É um espaço que se configura na paisagem urbana da cidade como acolhimento. Daí, os nossos entrevistados fazem referência à importância dele como um lugar de refúgio e relaxamento. "Lugar bom para relaxar e descansar a cabeça", como muitos deles mencionaram. O parque Municipal como "lugar de refúgio e descanso" é o segundo significado que atribuímos a ele no contexto urbano da cidade, a partir de nossas entrevistas.

Eu acho que isso aqui é o pulmão de Belo Horizonte. O ar. Um lugar de descanso. A gente está lá naquela confusão no centro, na avenida. A gente entra aqui é uma tranquilidade. A gente esquece aquele barulho, aquela confusão e dá para a gente refazer (Casal 66anos, doméstica e 68anos, contador, grupo família).

É muito arborizado. É no centro. Um silêncio para os moradores".(Pedagoga, 32 anos, grupo das seis).

A questão de lazer e descanso. Lugar para refletir"(carteiro, 36 anos, grupo família).

Belo Horizonte é uma cidade de pouco verde. As praças do centro da cidade são bem cuidadas e relativamente arborizadas, mas insuficientes para suprir a necessidade da cidade. O Parque Municipal no contexto da cidade é uma exceção. São cento e oitenta mil metros quadrados de verde no coração da cidade. É com razão que nossos entrevistados se referem a esse espaço como "o pulmão da cidade". Nesse sentido, o Parque configura-se como um espaço ecológico que merece e deve ser preservado. O parque como "espaço ecológico" é o terceiro significado que atribuímos a ele, segundo os nossos entrevistados.

Ele dá uma descarregada da área urbana. Um lugar para relaxar, descansar a cabeça" (Estudante, 20 anos, grupo família).

Um pulmão... um ar puro. Aqui você respira um ar mais puro, arejado. A beleza, a tradição. É tudo muito bonito"(aposentada, 73 anos, grupo das seis).

É o pulmão aqui do centro. É um privilégio para os belo-horizontinos ter essa área verde. Deveria ser mais usada, freqüentada. Falta divulgação"(Do Lar, 43 anos, grupo das seis).

Nesses seus mais de cem anos de existência, o Parque Municipal de Belo Horizonte foi palco de muitas histórias das vidas recônditas de seus usuários. Quantas juras de amor, encontros e paqueras ele foi e continua sendo testemunha? Por quantas memórias e lembranças ele se faz presente nas recordações de infância de tantos belo-horizontinos? E o que dizer das inúmeras lapidações de seu espaço, cedendo áreas para atender o crescimento e modernização da cidade? O Parque que "morre" para que a cidade cresça! Mas o seu testemunho ou "testamento" fica registrado em suas árvores centenárias que teimosamente ousam a resistir ao tempo e contar aos filhos e netos desse lugar uma história que talvez seus pais não queiram contar. O Parque, desse modo, aflora estrondosamente como patrimônio histórico-cultural da cidade. Esse é o seu maior significado que nós a ele atribuímos, segundo a análise de nossas entrevistas.

Considerações finais

No primeiro capítulo, demonstramos que o Parque Municipal está inserido na espacialidade do centro de Belo Horizonte. Sua localização entre a região hospitalar e a região comercial da cidade talvez explique seu uso intenso durante a semana, mas não pode explicar porque o mesmo acontece nos finais de semana, quando o comércio não funciona. Nesse caso, talvez a Feira de Artesanato que acontece aos domingos, na avenida Afonso Pena às margens do Parque, possa explicar. Todavia, observamos que o impacto sobre o Parque, das pessoas que visitam a Feira, só ocorre mais ao final da tarde quando ela acaba ou durante o dia, nas proximidades do portão de acesso da avenida Afonso Pena e nas escadarias ao lado do mercado das flores onde está localizado um dos banheiros públicos do Parque. O nosso estudo leva-nos a afirmar que o Parque Municipal tem um público que o frequenta independentemente dos eventos ou atrações que nele, ou em seu entorno, venham a ocorrer. Desse modo, podemos dizer que o Parque tem um público próprio o qual procuramos identificar no segundo capítulo deste trabalho como "usuários efetivos".

Este estudo que se propusera a investigar o significado do uso intenso desse espaço a partir da hipótese de que esse uso não seria totalmente determinado pela vitalidade de seu entorno, como na hipótese de Jane Jacobs, e sim pelo o que ele significava e representava para seus usuários, no caso, seus usuários efetivos, parece ter confirmada essa hipótese. Para Jane Jacobs, o que determina o uso dos espaços públicos é a "diversidade física funcional de usos adjacentes" e a "conseqüente diversidade de usuários e seus horários" (Jacobs, 2001:106). Embora os critérios apontados por essa autora se apliquem perfeitamente ao Parque Municipal de Belo Horizonte, eles são insuficientes para explicar a apropriação desse espaço da cidade.

Em nossa pesquisa constatamos que as pessoas que frequentam o Parque Municipal consideram esse lugar acessível, barato e relativamente seguro. Essas condições, aliadas aos serviços e a estrutura que o Parque oferece, possibilitam as pessoas dele usufruírem para o seu lazer, não obstante, o Parque apresentar-se de modo precário em alguns aspectos por esses mesmos usuários como os que dizem respeito a limpeza e a segurança.

As pessoas que habitualmente frequentam o Parque Municipal utilizam-no com uma certa cautela. Não são todas as áreas que são apropriadas e sim algumas áreas específicas, constituindo neste trabalho o que nós chamamos de "espacialidades". São essas "espacialidades" que permitem aos diferentes grupos uma identificação estética ou visual, proporcionando-lhes uma relativa segurança no uso de uma determinada área desse espaço

num determinado horário. Desse modo, a apropriação do Parque Municipal é significada por diversos grupos, tanto quanto são as espacialidades que se configuram em seu espaço. Neste trabalho, estudamos a significação atribuída pelas espacialidades do "grupo das famílias", "grupo das seis" e do "grupo dos albergados".

O Parque Municipal, enquanto espaço público, está aberto a população independentemente de sua condição social. As diferentes espacialidades constitutivas do Parque demonstram a diversidade de seu público. Todavia, o público que parece predominar é de baixa renda. Embora este estudo não permita afirmar o público predominante do Parque, ele permite afirmá-lo como espaço popular, entendido como um local de "consumo barato" acessível a uma parcela da população que não tem condição de usufruir de outras formas de lazer de "consumo mais alto" como *shopping*, clubes privados, dentre outros. Dessa forma, o Parque se apresenta para a parcela da população da cidade de poder aquisitivo mais baixo como uma possibilidade de realização de uma das dimensões constitutivas de sua cidadania. Segundo Santin, "conhecendo as condições de participação de uma pessoa nas atividades de lazer podemos estabelecer o nível de sua cidadania" (Santin, 1997 apud Guimarães, 2001:47). Os espaços públicos, como os estudados em Portugal por Fortuna, Ferreira e Abreu, podem constituir "lugares de inscrição das desigualdades econômicas e sociais e de reprodução das segmentações e exclusões culturais" (Fortuna, Ferreira e Abreu, 1999:112). Assim, podemos compreender a apropriação do Parque Municipal para o público de baixa renda como a realização de seu direito à cidade, o direito de usufruir dos serviços e espaços que ela oferece; entendendo a cidade, nesse contexto como "ambientes construídos que deveriam ter como paradigma o ser humano, um ser genérico que tem direito a um espaço dimensionado de acordo com sua ergonomia e condizente com suas necessidades básicas" (Pina, 1996:30).

Podemos então fazer a seguinte afirmação como conclusão deste trabalho: o Parque Municipal, por ser "seguro", acessível e barato, além dos equipamentos e serviços oferecidos em sua área, apresenta-se em Belo Horizonte como um espaço público que atende as necessidades de lazer de uma parcela da população dessa cidade, constituindo-se, desse modo, no que diz respeito a esse aspecto, como lugar de expressão e realização da cidadania de um público particular, ao mesmo tempo, que acolhe a diversidade constitutiva da espacialidade urbana dessa metrópole, configurando esse espaço como um espaço de "civildade" no contexto urbano da Capital. Como afirma Marshall, "a cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum" (Marshall, 1967:84).

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, Henri (org.). (2001), *A duração das cidades - sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro, DP&A.
- ALVARENGA, L. J.S. Muniz de. (1985), *Estudo do desmembramento da área original do Parque Municipal*. Monografia, Universidade Federal de Minas Gerais/ Escola de Arquitetura, digitado.
- ANDRADA, Martins F. Coelho. (1973), *Avenidas de Belo Horizonte*. Monografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/Escola de Arquitetura, digitado.
- ANDRADE, L. Teixeira. (2003), “Segregação socioespacial e construção de identidades urbanas” in Mendonça, J. G. de e Godinho, M .H. de L. (orgs.). (2003), *População, espaço e gestão na metrópole- novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte, PUC Minas.
- ANDRADE, L.Teixeira e TEIXEIRA, Alexandre. (2002), E. *A sexualidade no espaço urbano de Belo Horizonte*. In: INTERNATIONAL RESEARCH GROUP ON LAW AND URBAN SPACE - IRGLUS, Grupo 4 - Sex, gender and the city. Porto Alegre, 17,18 e 19 de julho de 2002.
- ARRUDA, Maria Arminda do N. (2000), "Prismas da memória: emigração e desenraizamento". *Cadernos CERU*. Série 2 nº 11, 29-40
- AUGÉ, Marc. (1994), *Não -Lugares - introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas-SP, Papirus,.
- BARRETO, Abílio.(1995), *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva _ história antiga*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais.
- BARRETO, Abílio.(1996), *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva _ história média*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais.
- BELO HORIZONTE (GOVERNO) – MEIO AMBIENTE. (2002) “Conheça os Parques e áreas verdes de Belo Horizonte”. Disponível em:"<http://www.pbh.gov.br/meio-ambiente/parques.htm>" acesso em 26/11/2002.
- BEATO, Cláudio. (2002), “Entrevista”. *Revista Pensar BH*, n. 2. (edição temática).
- BELO HORIZONTE. (1992), *Arborização urbana. Belo Horizonte, Secretaria Municipal do Meio Ambiente*, (Cadernos de Meio Ambiente - 7).

BENDIX, Reinhard. (1996), *Construção social e cidadania- estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo, EDUSP.

BRASIL. (2003). Ministério do Meio Ambiente. "O que é Agenda 21". Brasília,. Disponível em: (<http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/agenda21.html>). Acesso em:19 ago.2003.

BUÉRE, Júlio César. (1997), "Belo Horizonte: a apropriação social do espaço urbano", in. PAIVA, Eduardo F. (org.), *Belo Horizonte – histórias de um cidade centenária*, Belo Horizonte, Faculdades Integradas Newton Paiva.

CADERNOS CERU. 2000. Belo Horizonte: UFMG, Série 2 nº 11.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (2000), *Cidade de Muros - crimes, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/ EDUSP.

CARVALHO, Ildfonso S. de. (1978), *BH Urgente – a cidade está morrendo? Introdução à ciência urbana*. Belo Horizonte, Lemi.

CASTELLS, Manuel.(1983), *A questão urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, (Coleção Pensamento Crítico, v. 48).

CASTELLS, Manuel. (1999), *A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1*. São Paulo, Paz e Terra.

CASTELLS, Manuel. (1999), *O poder da Identidade.(A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2*. São Paulo, Paz e Terra.

CASTRIOTA, Leonardo B. (1993), "Algumas considerações sobre o patrimônio", in ARQUIAMÉRICA: I PAN-AMERICAN CONGRESS OF ARCHITECTURAL HERITAGE, 1992, Ouro Preto.

CAVALCANTE, Renaldo R. (1992), *Aspectos da função social do Parque Municipal Américo Renné Giannetti no contexto urbano/turístico de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil*. Monografia, Belo Horizonte, UFMG/ Escola de Arquitetura, 1992 (Curso de especialização em urbanismo) datilo.

CRISP: CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA.

(<http://www.crisp.ufmg.br>). Acessado em 10 de jul. 2003.

CHOAY, Françoise. (2001), *As alegorias do Patrimônio*. São Paulo, UNESP.

COMPANS, Rose. (2001), "Cidades sustentáveis, cidades globais. Antagonismo ou

complementaridade?", in Acselrad, Henri *A duração das cidades- sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. São Paulo, DP&A editora.

CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. (1992), *Parque Municipal - crônica de um século*. Belo Horizonte, CVRD.

CUNHA, Flávio S. (1985), "Patrimônio cultural e gestão democrática em Belo Horizonte". *Varia História*, n. 1, 83-98.

D'ALESSIO , Márcia M. (1998), "Intervenções da Memória na Historiografia: Identidades, Subjetividades, Fragmentos, Poderes". *Projeto História* (17), São Paulo:EDUC.

DAMATTA, R. (1977), *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco.

DAVIS, Mike.(1993), *Cidade de Quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo, Scritta.

D'INCAO, Maria A. (1992), "Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana". *Tempo Social*, col. 4n. 1 e 2.

DISTANTE, Carmelo. (1988), "Memória e Identidade, in: *Tempo Brasileiro* (95), Rio de Janeiro, Colégio Brasileiro.

DUHAU, Emílio. (2001) "Las metrópolis latinoamericanas en el siglo XXI : de la modernidad inconclusa a la crisis del espacio público". *Cadernos IPPUR*, vol. XV, n. 1: 41-68.

DUTRA, Eliana F. (org.). (1996), *BH Horizontes históricos*. Belo Horizonte, C/Arte.

FORACCHI, M.M e MARTINS, J. de Souza. (1994), *Sociologia e sociedade - leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro, LTC.

FORTUNA, C., FERREIRA, C. e ABREU, P. (1999), "Espaço público urbano e cultura em Portugal". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.52/3.

FRÚGOLI, Heitor. (1995), *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero.

FRÚGOLI, Heitor. (1990), "Shopping Centers: avenidas de sonho". *Ciência Hoje* nº 67: 26-34.

FRÚGOLI, Heitor. (1989), *Os shopping - centers de São Paulo e as formas de sociabilidade no contexto urbano*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de São Paulo. Datilo.

- GARCIA, Erivelto B. (1996), "Ação cultural, espaços lúdicos e brinquedos interativos", in Miranda, Danilo. S de (org.). *O Parque e a Arquitetura – uma proposta lúdica*, Campinas-SP, Papirus (Coleção Fazer/Lazer).
- GEERTZ, Clifford. (1978), *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GOMES, Leonardo J. M. (2003), "*Belo Horizonte: a cidade descrita. Documentos de uma história urbana*". Disponível em: ([http:// www.pbh.gov.br/portal2](http://www.pbh.gov.br/portal2)). Acesso em: 02 de out. 2003.
- GOMES, Leonardo J. M. (1992), *Memória de ruas: dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Cultura/ Museu Abílio Barreto.
- GOMES, Renato C. (1994), *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro, Rocco.
- GUIMARÃES, Ailton Vitor. (2001), *Abordagens do Lazer e suas inter-relações com o trabalho*. (Dissertação de Mestrado), Belo Horizonte, CEFET-MG.
- HALBACHS, Maurice. (1990), *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice.
- HARVEY, D. (1992), *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- JACOBS, Jane. (2001), *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- JORNAL ESTADO DE MINAS. (1993). Belo Horizonte, 30 mai.
- JORNAL ESTADO DE MINAS. (2002). Belo Horizonte, 3 mar. Caderno Gerais.
- JORNAL ESTADO DE MINAS. (1992). Belo Horizonte, 13 out. Coluna Descobrimo a Cidade.
- JORNAL ESTADO DE MINAS. (1950). Belo Horizonte, 29 de ago.
- JORNA HOJE EM DIA. (2000). Belo Horizonte, 27 de set.
- JORNAL O TEMPO. (2003). Belo Horizonte, 22 jul. Caderno Cidades.
- JOSEPH, Isaac. (2000), *Erving Goffman e a microsociologia*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- JUAN y PEÑALOSA, Rafael de. (1992), "Ciência, Economia e Solidão do Homem". *Síntese Nova Fase*, v.19 n. 56: 75-91.
- JULIÃO, Letícia. (1996), "Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna" in Dutra, Eliana F. (org.) (1996), *BH horizontes históricos*. Belo Horizonte, C/Arte.
- KANT, Emanuel. (1979), *Crítica da Razão Pura*. São Paulo, Abril Cultural (Coleção os

Pensadores).

LEFEBVRE, Henri. (1968) *O direito à cidade*. São Paulo, Editora Documentos.

LEFEBVRE, Henri. (1999) *A revolução urbana*. Belo Horizonte, UFMG.

LE GOFF, Jacques. (1988) *Por amor as cidades*. São Paulo, UNESP.

LE MOS, Celina B. (1988), *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, UFMG.

LE VEM, Michel Marie. (1977) *Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte – 1893-1914*. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política), Belo Horizonte, UFMG.

MAGNANI, José Guilherme C. (1984), *Festa no Pedaço – cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, Brasiliense.

MAGNANI, José Guilherme C. (1994), *O Lazer na Cidade. Texto apresentado ao Condephaat para fundamentar o processo de tombamento do Parque do Povo*. São Paulo, 4 de julho.

MARCELINO, Nelson Carvalho. (1983), *Lazer e humanização*. Campinas-SP, Papyrus (Coleção Fazer/Lazer).

MARSHALL, T.H. (1967), *Cidadania, classe social e Estado*". Rio de Janeiro, Zahar.

MARTIM, Wagner de B. (1999), *O Parque Municipal - espaço público de lazer*. Monografia. Belo Horizonte, PUC/ ICH. Datilo.

MEDEIROS, Regina (org.). (2001), *Permanências e mudanças em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, PUC Minas/Autêntica.

MENDONÇA, J. G. de e GODINHO, M .H. de L. (orgs.). (2003), *População, espaço e gestão na metrópole- novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte, PUC Minas.

MIRANDA, Danilo Santos de (org.). (1996), *O Parque e a Arquitetura – uma proposta lúdica*. Campinas-SP: Papyrus, (Coleção Fazer/ Lazer).

MUMFORD, Lewis. (1961), *A cultura das cidades*. Belo Horizonte, Itatiaia.

NORA, Pierre. (1995), "Entre Memória e História: a problemática dos lugares". *Projeto História* (10). São Paulo:EDUC.

PARQUE 21. (2002): *Programa de Revitalização e Preservação do Parque Municipal Américo Renné Giannetti*. Belo Horizonte, Prefeitura de Belo Horizonte/ Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental (SMCPUA). (digitado).

PAIVA, Eduardo F. (org.). (1997), *Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte, Faculdades Integradas Newton Paiva.

PIMENTEL, T. Velloso C. (1997), "Belo Horizonte ou o estigma da cidade moderna". *Varia História*, n.18: 61-66.

PINA, Luiz W. (1996), "O Parque lúdico: a construção de um novo conceito do brincar", in Miranda, Danilo S. de (org.). *O Parque e a Arquitetura – uma proposta lúdica*. Campinas-SP, Papirus, (Coleção Fazer/Lazer).

PINTO, Júlio P. (1998), "Os muitos tempos da memória". *Projeto História* (17). São Paulo: EDUC.

PDB - PLANO DIRETOR DE BELO HORIZONTE.- BH 2010. (1990), *Projeto de Lei do Plano Diretor*. Belo Horizonte, Prefeitura de Belo Horizonte/Secretaria de Planejamento.

PDB - PLANO DIRETOR DE BELO HORIZONTE. (1995), Lei de uso e ocupação do solo - estudos básicos. Belo Horizonte, Prefeitura de Belo Horizonte.

POULET, G. (1992), *O espaço proustiano*. Rio de Janeiro, Imago.

(PBH1) PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. (2002), *Programa Parque 21 - Parque Municipal, Um Mosaico Muito Colorido 1*. Belo Horizonte, Prefeitura de Belo Horizonte/Parque Municipal. (Relatório de pesquisa), digitado.

(PBH2) PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. (2002), *Programa Parque 21 - Parque Municipal, Um Mosaico Muito Colorido 3 (fluxo interno e de entorno)*. Belo Horizonte, Prefeitura de Belo Horizonte/Parque Municipal (Relatório de pesquisa), digitado.

REIS, Elisa P. (1996), "Reinhard Bendix, uma Introdução" in BENDIX, Reinhard. (1996), *Construção social e cidadania- estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo, EDUSP.

REVISTA MINAS GERAIS n. 27 jul/1990. "Um jardim incrustado no centro de Belo Horizonte" p.11-14.

REVISTA PENSAR BH. 2002. Belo Horizonte, Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social, N.2, Edição temática.

REVISTA SÍNTESE NOVA FASE, v. 19 n. 56: 75-91.

REVISTA VARIA HISTORIA. 1985. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH. N.1.

SANTOS, Boaventura de S. (1999), *Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez.

SANTOS, Danilo. (1995), "Apresentação", in Frúgoli, H. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo, Marco Zero.

SANTOS, Milton. (1980), *Por uma geografia nova*. São Paulo, Hucitec.

SEGAWA, Hugo. (1996), *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel/ FAPESP, (cidade aberta).

SIMMEL, Georg. (1983), *Sociologia*. São Paulo, Ática.

SOUZA, Marcelo L. de. (2000), *O desafio metropolitano*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

SOARES, Astréia. (1997), "Parque Municipal: um personagem coletivo do primeiro século de Belo Horizonte". Belo Horizonte, *Newton Paiva (Caderno de Filosofia e Ciências Humanas – Ano V n. 8)*.

SOJA, EDWARD W. (1993) *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

TEIXEIRA, Alexandre E. (2003). *Territórios homoeróticos em Belo Horizonte: um estudo sobre as interações sociais nos espaços urbanos*. (Dissertação de Mestrado), Belo Horizonte, PUC Minas.

VELHO, Gilberto (org.). (1999), *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

VELHO, Gilberto e CASTRO, Viveiros de. (1978), "O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica". *Artefato* nº 1, Rio de Janeiro, CEC.

VELTZ, Pierre. (2001), "Tempos da economia, tempos da cidade: as dinâmicas", in Acsehrad, Henri. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro, DP&A.

VÉRAS, Maura Pardini B. (2000), *Trocando Olhares - uma introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo: Studio Nobel: EDUC (Coleção cidade aberta).

ZALUAR, Alba. (1985), *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense.